

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUZIA BUCCO COELHO

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DOS  
IMPACTOS DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO DO  
CANTUQUIRIGUAÇU – PR

CURITIBA  
2015

LUZIA BUCCO COELHO

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DOS  
IMPACTOS DO PRONAF NO DESENVOLVIMENTO RURAL DO TERRITÓRIO DO  
CANTUQUIRIGUAÇU – PR

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Área de Concentração em Tecnologia, Regulação e Sociedade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Professor Dr. Nilson Maciel de Paula

CURITIBA  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Coelho, Luzia Bucco, 1981-

Políticas públicas e agricultura familiar: uma análise dos impactos do PRONAF no desenvolvimento rural do território do Cantuquiriguaçu - PR / Luzia Bucco Coelho. - 2015.

109 f.

Orientador: Nilson Maciel de Paula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Defesa: Curitiba, 2015.

1. Políticas públicas - Brasil. 2. Agricultura familiar. 3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Brasil). 4. Desenvolvimento rural - Cantuquiriguaçu (PR). I. Paula, Nilson Maciel de. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. IV. Título.

CDD 338.1098162

## ATA

Os membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado do PPPP – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná aprovaram a dissertação de Mestrado com o título "**Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma Análise dos Impactos do Pronaf no Desenvolvimento Rural do Território do Cantuquiriguaçu – PR**", apresentada pela mestranda **LUZIA BUCCO COELHO**, no dia 17 de março de 2015.

Seguem, em anexo, os pareceres dos integrantes da Comissão.

Curitiba, 17 de março de 2015



Prof. Dr. Wilson Maciel de Paula  
Presidente/Orientador/UFPR



Prof. Dr. Walter Tadahiro Shima  
Examinador/UFPR



Prof. Dr. Paulo André Niederle  
Examinador/UFRGS

## PARECER

### DEFESA DE DISSERTAÇÃO

**MESTRANDA:** Luzia Bucco Coelho

**TÍTULO:** "Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma Análise dos Impactos do Pronaf no Desenvolvimento Rural do Território do Cantuquiriguaçu – PR"

#### PARECER

*Trabalho considerado aprovado pela banca,  
com sugestões de correção de pontos  
específicos.*

Curitiba, 17 de março de 2015



Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula  
Presidente/Orientador/UFPR

## PARECER

### DEFESA DE DISSERTAÇÃO

**MESTRANDA:** Luzia Bucco Coelho

**TÍTULO:** "Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma Análise dos Impactos do Pronaf no Desenvolvimento Rural do Território do Cantuquiriguaçu – PR"


#### PARECER

---

Efetuar as alterações recomendadas durante a defesa.

---

Curitiba, 17 de março de 2015



---

Prof. Dr. Walter Tadahiro Shima  
Examinador/UFPR

## PARECER

### DEFESA DE DISSERTAÇÃO

**MESTRANDA:** Luzia Bucco Coelho

**TÍTULO:** "Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma Análise dos Impactos do Pronaf no Desenvolvimento Rural do Território do Cantuquiriguaçu – PR"


#### PARECER

---

A dissertação está adequadamente estruturada, possui resultados relevantes e carece apenas de revisões ortográficas e gramaticais.

---

Curitiba, 17 de março de 2015



---

Prof. Dr. Paulo André Niederle  
Examinador/UFRGS

## AGRADECIMENTOS

*Ao meu orientador, Professor Nilson, por toda ajuda na construção deste trabalho, não teria conseguido sem seu apoio e humanidade ao ensinar, obrigada pelas lições de confiança, paciência e dedicação nesta trajetória acadêmica;*

*Aos Professores da banca de qualificação e defesa, Professora Silvia, Professor Shima e Professor Paulo, pelos conselhos e sugestões para este trabalho;*

*À minha família, principalmente aos meus pais, João e Dinorá, agricultores familiares, que são inspiração em minha vida e exemplo de retidão e humildade, mesmo com tantas dificuldades no caminho, esse trabalho é para vocês;*

*À minha irmã Josele pelo exemplo na vida e na academia e à minha sobrinha Maria Eduarda pela companhia musical nas noites de escrita;*

*Às famílias de agricultores familiares do Cantuquiriguaçu e às instituições que tão bem me receberam e contribuíram para que este trabalho fosse possível;*

*Aos amigos: Patrícia, Kawana, Felipe e Jonas, que facilitaram o caminho nas estradas do Cantuquiriguaçu;*

*Aos Professores do programa que, com suas aulas, nos fizeram mais humanos; sim, a interdisciplinaridade é possível;*

*Aos amigos com quem compartilhei as preocupações e alegrias destes dois anos de mestrado;*

*Ao Banco do Brasil pela bolsa concedida que permitiu maior dedicação a esta pesquisa;*

*Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR, que possibilitou a realização deste curso de mestrado.*



*Peço-lhe que tente ter amor pelas próprias perguntas, como  
quartos fechados e como livros escritos em uma língua  
estrangeira. Não investigue agora as respostas que não lhe  
podem ser dadas, porque não poderia vivê-las. E é disto que  
se trata, de viver tudo. Viva agora as perguntas. Talvez passe  
gradativamente, em um belo dia, sem perceber,  
a viver as respostas.*

*Rainer Maria Rilke, 1903.*

## **RESUMO**

A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento das regiões rurais e para o abastecimento interno ganhou destaque nos últimos anos na agenda governamental, no interior dos movimentos sociais e no meio acadêmico. O objetivo desta pesquisa é analisar a execução da política pública do PRONAF e os seus impactos no desenvolvimento rural do território do Cantuquiriguaçu – PR, revelando as transformações ali ocorridas e a evolução da agricultura familiar, considerada como uma categoria socioeconômica. Para tanto, foram utilizados dados quantitativos e qualitativos sobre o PRONAF e a agricultura familiar na região, além de informações obtidas em entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares, representantes de instituições e atores sociais ligados à agricultura familiar, ao PRONAF e ao desenvolvimento rural do território. Tal política tem contribuído para a expansão da produção agropecuária por meio de financiamento concedido de forma concentrada tanto entre os agricultores quanto entre atividades. Parte pouco significativa dos recursos é destinada a atividades vinculadas ao mercado local como a bovinocultura leiteira, horticultura, fruticultura e industrialização de produtos por meio de agroindústria familiar. Dificuldades ainda não superadas pela política pública do PRONAF estão associadas a um distanciamento dos produtores de cadeias de comercialização de alimentos, ao mesmo tempo em que estes se envolvem crescentemente com a produção de soja e milho, conectando-se aos mercados globais.

**Palavras-chave:** PRONAF; Desenvolvimento rural; Agricultura familiar.

## **ABSTRACT**

The importance of family farm for local development in the countryside and food supply has been highlighted, in recent years, in the government agenda for agriculture, in social movements, and in the academic milieu. The aim of this research is to analyse the implementation of PRONAF and its impacts on rural development in the territory of Cantuquiriguaçu – PR, whose main structural transformations and features of family farming are revealed. This analysis is based on quantitative and qualitative data about PRONAF and family farming from the region, and also information gathered through interviews with farmers, local institutions and social actors working with the matters related to such a policy and the challenges of rural development in the region. The main impact of PRONAF in the region has been by means of credit, highly concentrated among producers as well as activities. Very little has been given to activities connected to local market, such as cattle raising, dairy products, horticulture, fruit production, and food processing. Hence, difficulties not yet coped by PRONAF, have emerged, as family farmers have become more detached from local food chains while getting more involved with production of global commodities like soybean and corn.

**Key-words:** PRONAF; Rural Development; Family farming

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ORIGEM DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS .....	47
GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO ETÁRIA DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS	48
GRÁFICO 3 - VALOR ADICIONADO, SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ - 1997/2012 (R\$1.000)	50
GRÁFICO 4 - CONDIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS POR ÁREA EM HECTARES. ....	55
GRÁFICO 5 - – CONDIÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS POR TIPO DE ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO .....	56
GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO NO VBP DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS, REBANHOS E EXTRAÇÃO VEGETAL DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU – 1997 A 2013.....	57
GRÁFICO 7 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ESTABELECIMENTOS DOS ENTREVISTADOS .....	58
GRÁFICO 8 - ESTABELECIMENTOS ATÉ 20 HECTARES, SEGUNDO O TIPO E A PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – 2006. ....	70
GRÁFICO 9 - ESTABELECIMENTOS DE 20 ATÉ 50 HECTARES, SEGUNDO O TIPO E A PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – 2006.....	71
GRÁFICO 10 - ESTABELECIMENTOS DE 50 ATÉ 100 HECTARES, SEGUNDO O TIPO E A PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – 2006.....	72
GRÁFICO 11 - ESTABELECIMENTOS DOS ENTREVISTADOS, SEGUNDO O TIPO E A PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO E MAQUINARIA NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – 2014.....	73
GRÁFICO 12 - UTILIZAÇÃO DE SEMENTES POR TIPO ENTRE OS ENTREVISTADOS DO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU .....	74
GRÁFICO 13 - TIPO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA UTILIZADA PELOS ENTREVISTADOS .....	77

GRÁFICO 14 - ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL DOS AGRICULTORES DO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU.....	82
GRÁFICO 15 - CRÉDITOS RURAIS DE PRONAF – CUSTEIO E INVESTIMENTO CONCEDIDOS AOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – DE 1995 A 2012.....	87
GRÁFICO 16 - NÚMERO DE CONTRATOS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO CONCEDIDOS AOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – DE 1995 A 2012.....	88
GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO CRÉDITO PARA CUSTEIO POR PRODUTOS (soma dos valores de 1995 a 2012) – CANTUQUIRIGUAÇU – PR.....	89
GRÁFICO 18 - CRÉDITOS RURAIS DE PRONAF - CUSTEIO POR PRODUTO NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – DE 1995 A 2012.....	90
GRÁFICO 19 - TIPOS DE ACESSO AO PRONAF NO GRUPO DE AGRICULTORES ENTREVISTADOS.....	91

## **LISTA DE MAPAS**

MAPA 1 – MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU .....	41
MAPA 2 - TERRITÓRIOS DA CIDADANIA EXISTENTES NO PARANÁ E LOCALIZAÇÃO DO CANTUQUIRIGUAÇU.....	42

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO ENTRE OS ENTREVISTADOS NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU – PR ..67

QUADRO 2 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS E RENDA MÉDIA ANUAL APROXIMADA .....93

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO CANTUQUIRIGUAÇU DE 1991 A 2010 .....	46
TABELA 2 - PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU E DO PARANÁ - 1999-2011 .....	51
TABELA 3 - PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU- PARANÁ – BRASIL - 2002-2011 .....	52
TABELA 4 - TIPOS DE ESTABELECIMENTO, ÁREA, RECEITA E PRODUTIVIDADE NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU E NO PARANÁ – 2006 .....	53
TABELA 5 - CONDIÇÃO DOS AGRICULTORES, POR TIPO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA, NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU – 2006 .....	55
TABELA 6 - IDH-M, RANKING E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS COMPONENTES DE RENDA, EDUCAÇÃO E LONGEVIDADE DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU, 1991-2010.....	61
TABELA 7 - ÍNDICE DE GINI, PERCENTUAL DE EXTREMAMENTE POBRES E RENDA PER CAPITA SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – 1991 A 2010.....	62
TABELA 8 - CRÉDITOS RURAIS DE PRONAF EM REAIS E EM NÚMERO DE CONTRATOS – CUSTEIO E INVESTIMENTO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – DE 1995 A 2012.....	86



## **LISTA DE SIGLAS**

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BACEN – Banco Central do Brasil

BB – Banco do Brasil

CMDR – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

COAMO – Cooperativa Agroindustrial de Campo Mourão

CODEFAP – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento Territorial do Cantuquiriguaçu

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DERAL – Departamento de Economia Rural

DNTR/CUT– Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores

EMATER– Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens PIB

MDA – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMC – Organização Mundial do Comércio

PAC – Política Agrícola Europeia

PNRA – Programa Nacional da Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 A IDENTIDADE ESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA REVISÃO CONCEITUAL.....</b>	<b>19</b>
2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR E OS MERCADOS GLOBAIS .....	19
2.2 ACEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITÓRIO.....	22
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA: O PAPEL DO ESTADO.....</b>	<b>29</b>
3.1 DESENVOLVIMENTO E POLITICAS PÚBLICAS: O PAPEL DO ESTADO.....	29
3.2 A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) .....	34
<b>4 DESENVOLVIMENTO RURAL NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU.....</b>	<b>40</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	40
4.2 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS DA AGRICULTURA REGIONAL .....	49
4.2.1 Estrutura fundiária e produtiva .....	52
4.2.2 Condições de vida dos agricultores familiares .....	60
4.2.3 Condições mercantis da agricultura familiar.....	64
4.3 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO .....	69
4.3.1 Tecnologia e inovação nas propriedades .....	69
4.3.2 Assistência técnica e extensão rural .....	75
<b>5 IMPACTOS DO PRONAF NO TERRITÓRIO DE CANTUQUIRIGUAÇU .....</b>	<b>79</b>
5.1 ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF	79
5.2 IMPORTÂNCIA DO PRONAF PARA AS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS	84
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>110</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O debate sobre agricultura familiar vem ganhando cada vez mais relevância e legitimidade no espaço acadêmico, social e político do país. A importância do segmento para o desenvolvimento das áreas rurais e sua contribuição para o abastecimento interno, com apoio dos movimentos sociais rurais, têm sido citadas com muita frequência nos discursos governamentais, pelos movimentos sociais e pelos estudiosos do tema.

Após profundas mudanças ocorridas na agricultura brasileira, em curso desde a década de 1960, a agricultura familiar, enquanto categoria social e econômica passou a ganhar mais relevância. Entre os benefícios recebidos, destacam-se os proporcionados pelas políticas públicas voltadas a esse segmento socioeconômico com o propósito de elevar o padrão de vida com melhorias em suas condições produtivas e em sua interação com os mercados. Sendo assim, as questões tratadas nesta dissertação estão relacionadas aos impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no desenvolvimento rural do território do Cantuquiriguaçu, constituído por 20 municípios no estado do Paraná, e especificamente à sobrevivência da agricultura familiar baseada na pequena produção e na produção de alimentos.

Considerando que a agricultura familiar brasileira tem se destacado no abastecimento alimentar doméstico, a análise aqui desenvolvida avalia o alcance das políticas públicas de apoio à pequena produção por meio do PRONAF. Ao mesmo tempo, questiona-se em que medida essa agricultura se mantém presa a um modelo produtivo exclusivo ou é atraída pela rentabilidade da produção de *commodities* para o mercado externo. Nesse contexto, o governo se vê diante de um desafio na execução de políticas agrícolas voltadas para a agricultura familiar, uma vez que o objetivo de preservar estruturas produtivas específicas pode se render a atrativos emanados dos mercados globais. Exemplo disso é o fato de pequenos produtores passarem a produzir soja como uma alternativa mais rentável, comparada à produção de alimentos básicos para o mercado local. Ou seja, as estratégias que estimulam e valorizam a produção de alimentos pela agricultura familiar não necessariamente a desvinculam da monoculturação, com prejuízos para o desenvolvimento rural sustentável.

Pretende-se, com esta pesquisa, captar os elementos determinantes das transformações ocorridas no território do Cantuquiriguaçu, levando em consideração o processo histórico e de ocupação que influenciou o modelo de desenvolvimento vigente nesta região. Para tanto, a análise realizada trata dos impactos do PRONAF no desenvolvimento rural do território do Cantuquiriguaçu, onde, para efeitos de delimitação geográfica, foi utilizada a escala territorial introduzida nas políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir dos anos 2000, consolidado pelo programa Territórios da Cidadania, em 2008, e tendo como referência o período de vigência do PRONAF desde sua implantação, em 1995, até o ano de 2012. O objeto de análise compreende aspectos da evolução da agricultura familiar, enquanto uma categoria socioeconômica, e da política pública do PRONAF no contexto espacial do território do Cantuquiriguaçu.

A dissertação foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro, é apresentado o referencial teórico relativo à agricultura familiar à luz do desenvolvimento rural de acordo com a perspectiva de território, e busca-se compreender a dinâmica entre os mercados locais e globais e o processo de inserção da agricultura familiar nesses mercados. Ressalta-se o papel do Estado desempenhado por meio das políticas públicas como mediadoras da relação entre a sobrevivência da agricultura familiar e os mercados. No segundo capítulo, apresenta-se um resumo da trajetória do PRONAF, implementado para atender às exigências de organizações da sociedade civil, as quais exigiam a formulação e a implantação de políticas públicas para o segmento da agricultura familiar. São também descritos os principais aspectos de operacionalização do programa, público-alvo e formas de acesso. No terceiro capítulo, é realizado um diagnóstico do território do Cantuquiriguaçu pela análise da evolução da agricultura familiar, tendo por base as características socioeconômicas, a inserção nos mercados e os impactos da política pública do PRONAF no desenvolvimento rural desta região, além de aspectos relacionados à estrutura produtiva, fundiária, transformações econômicas e tecnológicas. No quarto e último capítulo, são analisados a dinâmica de operacionalização do programa, a estrutura das interações e o engajamento da rede de atores sociais envolvidos, por meio dos dados relativos à execução do PRONAF no território, considerando os impactos deste para o desenvolvimento rural e para as transformações produtivas.

Além de dados quantitativos sobre a agricultura familiar na região e sobre a execução do PRONAF, a análise desenvolvida tem como base informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares, organizações e instituições que participam da operacionalização do PRONAF no território. As entrevistas foram realizadas no período de setembro a dezembro de 2014, em seis municípios do território do Cantuquiriguaçu, Cantagalo, Cândói, Quedas do Iguaçu, Marquinho, Goioxim e Nova Laranjeiras. Nas entrevistas, pretendeu-se abranger as principais instituições e atores sociais ligados à agricultura familiar, ao PRONAF e ao desenvolvimento rural do território, bem como compreender melhor a realidade dessas famílias, buscando diversificar as fontes de informações. A escolha da amostragem foi aleatória, buscando-se visitar famílias de diversos municípios para compor realidades diferentes do território.

Foram entrevistadas ao todo 20 famílias de agricultores familiares e 11 organizações que possuem relação com a agricultura familiar na região: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento, Conselho de Desenvolvimento Territorial do Cantuquiriguaçu (CONDETEC), Agroindustrial Cooperativa (COAMO), Banco do Brasil (BB) e Associações vinculadas à agricultura familiar local e regional. As questões buscaram compreender a realidade vivenciada por essas famílias de agricultores no território e também entender a dinâmica de operacionalização do PRONAF entre os atores envolvidos e a influência do PRONAF sobre as atividades produtivas do território, bem como sobre o modelo de desenvolvimento que vem sendo adotado por essas famílias.

Sobre os dados quantitativos referentes aos créditos de PRONAF, foram obtidos diretamente em consulta ao Banco Central do Brasil, que é o responsável pelo registro de todas as operações do país no Sistema de Crédito Nacional (SCR). Os dados de produção da região foram repassados pelo Departamento de Economia Rural (DERAL) e fontes secundárias como o Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Atlas do Desenvolvimento Humano, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA).

Sobre o tipo de desenvolvimento rural estimulado na região pelo PRONAF, pode-se observar que os impactos foram mais visíveis em algumas atividades

produtivas específicas como a soja e o milho, pois grande parte dos recursos da política pública desde sua implementação foram direcionados para o financiamento dessas *commodities*. Percebeu-se também que as maiores dificuldades para a diversificação das atividades nas propriedades parte do engajamento e organização das instituições e dos produtores em cadeias de comercialização, visto que falta padronização das cadeias produtivas para fortalecimento e expansão na região. No entanto, deve-se considerar que esses resultados da política pública no território do Cantuquiriguaçu comportam também impactos da ocupação histórica e cultural da população que ali vive e se estabeleceu, seja esta migrante indígena ou quilombola, constituindo o cenário de desenvolvimento atual resultado de todas essas intervenções.

## **2 A IDENTIDADE ESPACIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA REVISÃO CONCEITUAL**

Desde meados do século XX, a sobrevivência da agricultura familiar em meio às profundas transformações capitalistas do meio rural tem sido tema de amplas controvérsias. Se muitos acreditavam em sua capacidade de integrar a estrutura fundiária e socioeconômica do meio rural como parte do intenso processo de diferenciação, outros profetizavam seu desaparecimento como resultado do próprio avanço do capitalismo no campo, cujo resultado seria a inexorável concentração de capital e a formação de um mercado de trabalho rural.

A pequena produção sofreria, assim, um processo de degeneração, cedendo espaço a uma forma economicamente superior de exploração agrícola. Entretanto, a agricultura familiar tem se mantido ao longo da história, em diferentes formas de organização social e econômica, reproduzindo-se e adaptando-se a distintas condições de mercado e mudanças políticas.

Neste capítulo, é construído um referencial de análise da agricultura familiar, tendo por base as noções de desenvolvimento rural e de território, as quais são consideradas na discussão da ação do estado através da política agrícola voltada para esse segmento socioeconômico.

### **2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR E OS MERCADOS GLOBAIS**

Ao longo das décadas recentes, o processo de globalização promoveu significativas transformações econômicas e sociais que afetaram as estruturas produtivas e comerciais, bem como os padrões de consumo e a dinâmica dos mercados consumidores finais (MARTINELLI, 1999). Tal processo resultou em diferentes modelos de desenvolvimento no meio rural, os quais podem ser sintetizados pela dualidade entre o modelo agroexportador, baseado em grandes propriedades monocultoras, e o modelo de agricultura familiar, calcado em pequenas propriedades com produção diversificada e voltada prioritariamente ao mercado interno. Em que pese à ampla diferenciação socioeconômica no campo, é

possível identificar essas duas categorias paradigmáticas como expressões de modelos alternativos, mesmo que simultâneos e inter-relacionados, de desenvolvimento da agricultura. Mais ainda, suas várias interfaces apontam para distintas concepções de ocupação do espaço agrário, de organização social e de relação com a natureza (CONSEA, 2010).

O processo de globalização permitiu remodelar o mercado consumidor com características globais, resultando numa padronização do consumo alimentar e no fortalecimento de cadeias produtivas transnacionais que passaram a integrar os mercados. Além disso, culturas e estados nacionais se subordinaram às estratégias empresariais e à propagação do livre mercado sob a égide de instituições globais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, e instituições criadas pelas áreas de livre comércio, segundo as quais as regras de convivência nos mercados globais são definidas (MCMICHAEL, 1996; FRIEDMANN, 2000).

As mudanças decorrentes da globalização dos mercados envolveram tanto o sistema produtivo quanto as redes de distribuição e os padrões de consumo, predominantemente influenciadas pelos países industrializados, em particular os Estados Unidos. Paralelamente à difusão de um modelo de produção e consumo centrado na proteína animal, os mercados globais de alimentos foram integrados pela força de corporações transnacionais como Kraft, Unilever e Nestlé, a partir das quais o comércio de alimentos processados aumentou significativamente (FRIEDMANN, 2000).

Essa nova configuração do sistema agroalimentar implicou também mudanças estruturais na agricultura, em particular nos processos produtivos e organizacionais baseados em alta tecnologia, em detrimento dos conhecimentos tradicionais formados nas comunidades locais. Tal processo, de dimensões internacionais, envolveu uma realocação de subsectores nacionais estáveis para arranjos transnacionais flexíveis, integrados aos grandes mercados, moldados pelo lucro e pela competitividade, com impactos sociais e ambientais locais.

Para tanto, foram essenciais a ação do estado por meio de políticas específicas e a articulação entre agricultura e indústria no interior dos complexos agroindustriais. Nesse contexto, o agricultor familiar foi posto em sintonia com as demandas do capital agroindustrial e aderiu à modernização da agricultura, ou seja, “o processo pelo qual o progresso tecnológico se internaliza e penetra na agricultura,



modificando o tipo de relação que o agricultor estabelece com a natureza e os sistemas produtivos” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2004, p. 46).

Os processos de inserção dos agricultores familiares em relações mercantis têm sido tema relevante no mundo acadêmico e de grande interesse para a definição de políticas públicas voltadas tanto para a promoção dos mercados quanto para mitigar seus efeitos negativos em segmentos sociais mais vulneráveis. De acordo com Schneider (2013), não é mais possível conceber a existência de uma agricultura (mesmo que familiar e praticada em pequena escala) e de estratégias de desenvolvimento rural sem levar em consideração o papel dos mercados. As transformações que afetam a vida e as atividades econômicas dos agricultores e do espaço rural como um todo estão permeadas pela interação com o conjunto da economia através de diferentes circuitos de comércio, a exemplo da modernização da agricultura brasileira, impulsionada por políticas agrícolas. A base empresarial resultante, formada a partir de *commodities*<sup>1</sup> voltada ao mercado internacional, se tornou o principal alvo da política agrícola, tanto por estar à frente das mudanças estruturais da agricultura quanto por diminuir os desequilíbrios da balança comercial do país.

Por outro lado, a inserção da agricultura familiar nos mercados possui grande importância para os caminhos do desenvolvimento rural no âmbito local. No entanto, a busca de alternativas para a agricultura familiar deslocou as preocupações para além das relações comerciais dominantes, redefinindo assim a ocupação do espaço rural e a exploração dos recursos naturais. Segundo Veiga (2005), esse deslocamento instalou um novo tipo de relação com o rural, tornando-o altamente atrativo nas sociedades mais desenvolvidas, o qual o difere das relações meramente produtivas e mercantis, envolvendo novas atividades como turismo e lazer, e uma concepção distinta de desenvolvimento rural.

De qualquer forma, reconhece-se que a reprodução social da agricultura familiar e os processos de desenvolvimento passam pela compreensão das relações mercantis. Daí a importância do vínculo entre os espaços produtivos e os mercados,

---

<sup>1</sup> *Commodities* podem ser definidas como um ativo físico que possui características padronizadas, de ampla negociação em diversas localidades, que pode ser transportado e armazenado por um longo período de tempo. Estas podem ser negociadas no mercado a vista, que envolve a entrega física imediata da mercadoria, ou ser negociada como referência nos mercados de derivativos (KALDOR, 1939 *apud* PEREIRA, 2009).

as regras em torno das quais estes funcionam e as interações entre os diversos grupos sociais que deles participam.

Para Abramovay (1992), a agricultura familiar representa uma forma particular de organização do trabalho e da produção, implicando em formas também específicas de integração aos mercados. Um dos tipos de mercantilização das atividades agrícolas desse segmento se dá pelos mecanismos de compra e venda e de integração em cadeias agroindustriais, segundo relações contratuais. Como resultado, o mercado no qual a agricultura familiar se envolve representa uma relação com esferas industriais e comerciais de amplitude mundial. E mais, esses agricultores...

integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando sua base técnica, e o círculo em que se reproduzem e transformam-se numa nova categoria social. De camponeses, tornam-se agricultores profissionais (ABRAMOVAY, 1992. p. 126-7).

A sobrevivência da agricultura familiar, no interior de um processo de profundas transformações, não depende de estratégias que a mantenham imune ao processo que converte o meio rural num espaço produtor de *commodities* aos mercados globais. As interfaces entre aquele segmento social e os setores dominantes do mercado são dinâmicas e contraditórias, criando alternativas ao mesmo tempo em que transforma o produtor familiar num agente dos grandes mercados.

## 2.2 ACEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITÓRIO

O desenvolvimento das áreas rurais tem sido visto como solução para muitos problemas da sociedade atual, entre estes a diminuição da pobreza e da fome. No Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008 do Banco Mundial, destaca-se que um dos caminhos para o desenvolvimento é a agricultura de pequena escala e que, no Século XXI, a agricultura continua a ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável e a diminuição da pobreza. O Banco Mundial (2008) percebe a agricultura e as indústrias a ela associadas como

ferramentas essenciais para o desenvolvimento e redução da pobreza, principalmente nos países baseados na renda agrícola. Uma das premissas para a consolidação do desenvolvimento rural, de acordo com a instituição, é tornar as produções em pequena escala mais competitivas e sustentáveis, diversificando as fontes de renda da força de trabalho e da economia rural.

A agricultura familiar, nesse contexto, é beneficiada pelo aumento de renda desde que incorpore tecnologias que elevem sua produtividade e que aumentem seu grau de mercantilização. Nesse sentido, o papel do Estado é fundamental, uma vez que pode proporcionar bens públicos essenciais, melhoria do ambiente de investimento, regulamentação da gestão de recursos naturais e garantia de resultados sociais desejáveis. A agricultura pode, então, contribuir como atividade econômica e fonte de crescimento para a economia nacional, fornecendo oportunidades de investimento para o setor privado e impulsionando indústrias.

Nesse contexto, a agricultura familiar tem se mostrado uma categoria socioeconômica essencial para o desenvolvimento devido à sua importância na produção de alimentos, diversificação das atividades produtivas, articulação com os mercados locais e promoção do equilíbrio ambiental. Além disso, a identificação dos movimentos sociais com essa categoria, em escala mundial, tem realçado sua posição como um elemento essencial para o desenvolvimento rural.

A discussão em torno do desenvolvimento rural é ampla, podendo este ser visto a partir de suas dimensões global e local. Na primeira, há um incentivo à modernização da pequena produção, estimulando o aumento na produtividade e a monoculturação vinculada às cadeias agroindustriais. Na perspectiva dos valores locais, há um ambiente de maior diversidade produtiva e sustentabilidade ambiental e cultural dos territórios. Todavia, essas dimensões não são totalmente excludentes no tocante às estratégias adotadas pela agricultura familiar, uma vez que os produtores são atraídos para a produção de *commodities* globais. Com isso, os ganhos proporcionados pelos grandes mercados não raro seduzem os agricultores familiares a alternativas estranhas às suas condições socioculturais e econômicas.

Nas décadas de 1950 e 1960, o tema do desenvolvimento era discutido a partir de uma perspectiva basicamente econômica. De acordo com Furtado (1961), o desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho. Assim, segundo o autor, foi criada a ideia de que desenvolvimento, estabelecido sob a

influência da “teoria do subdesenvolvimento”, acarretava reconhecer as limitações da agricultura como setor dinâmico e transformador, implicando numa dicotomia, ainda não superada, que contrapunha os processos modernizantes da indústria, majoritariamente urbana, aos sistemas agrícolas tradicionais, opondo de forma categórica o rural ao urbano.

Essas questões levaram ao entendimento de que o rural é, de certa forma, inferior ao urbano e conduziram ao próprio sentido de atraso e pobreza no campo. Enquanto “desenvolvimento” identificava-se com progresso, modernidade, urbanização, industrialização, com uma população burguesa, o “subdesenvolvimento” identificava-se com atraso, tradicional, rural, pobre, inculto e mestiço (GUIMARÃES, 2013). Segundo Veiga (1997), ao se utilizar a noção de “desenvolvimento rural” supõe-se não somente sua desigualdade, mas uma defasagem ou descompasso entre os espaços urbanos e rurais. E mais, o desenvolvimento rural é parte integrante de uma única dinâmica sistêmica de desenvolvimento e não convém realizar essas divisões e pensar esses espaços separadamente.

Numa perspectiva histórica, o desenvolvimento inscrito nas agendas sociais foi transportado para o campo da política e passou a permear as expectativas e o jogo das disputas sociais a partir da década de 1950 (NAVARRO, 2001). Esse período foi marcado pelo processo de “Revolução Verde”, numa avalanche de transformações técnicas produtivas no campo em escala mundial, resultando numa homogeneização do método de produção agrícola, práticas agronômicas e uso de insumos industriais genéricos (GOODMAN *et al.*, 1990). Durante os anos 80, as políticas inspiradas no modelo neoliberal enfraqueceram o papel do Estado, deixando de lado o tema do desenvolvimento rural da agenda das políticas sociais e econômicas. Apenas na década de 1990, o tema reaparece tanto na condução das políticas nacionais quanto nas orientações de organismos multilaterais.

Essa revisão das questões relacionadas ao desenvolvimento rural também ocorreu em função da necessidade de reorientação do protecionismo da Política Agrícola Europeia (PAC), que reconheceu, de um lado, os problemas criados pela agricultura intensiva e, de outro, a multifuncionalidade do espaço rural, papel no equilíbrio ecológico e suporte às atividades de recreação e preservação da paisagem (KAGEYAMA, 2004).

O debate sobre o tema trouxe à tona duas principais visões sobre desenvolvimento, uma centrada na globalização e outra baseada na localização e diversidade. Na primeira, a dinâmica das agriculturas nacionais está diretamente em linha com aparatos globais de regulação, na medida em que as estruturas produtivas tenderiam a ser dominadas por cadeias globais de *commodities* e sistemas alimentares. A segunda abordagem, em vez de valorizar as forças homogeneizadoras externas sobre as mudanças rurais, enfatiza os atores e as diversidades locais como responsáveis pela obtenção de alguma autonomia da agricultura e dos espaços rurais. (MIOR, *apud* KAGEYAMA, 2008, p.70).

Portanto, o desenvolvimento rural pode ser alcançado na medida em que aspectos relativos à sustentabilidade dos territórios, preservação dos valores culturais, produção de alimentos e preservação ambiental sejam prioritários. As diferenças entre essa visão e a do Banco Mundial estão nos termos de convivência entre o agronegócio e a agricultura familiar. Nesse sentido, ganha relevância a abordagem centrada nos territórios como referência para a análise do desenvolvimento rural.

Estratégias com enfoque territorial para o desenvolvimento rural ajudam na geração de políticas públicas, que podem trazer melhorias às regiões rurais. Como a heterogeneidade desses espaços dificulta a aplicação de um modelo único de desenvolvimento, o enfoque territorial releva cada espaço com suas condições próprias de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental.

Tendo como referência o espaço rural como território, a dimensão local do desenvolvimento ganhou maior relevância na literatura. De acordo com Schneider (2009, p.26), recentemente “esse tipo de perspectiva territorial do desenvolvimento rural recebe contribuições sistemáticas e vem sendo alimentada pelas discussões sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento”. Nessa mesma perspectiva, Abramovay (2006) identificou nos laços diretos entre atores sociais uma das razões para a formação de sistemas produtivos localizados, nos quais a análise sobre o meio vai além da agricultura numa dinâmica que envolve diferentes atores sociais e uma diversa gama de atividades articuladas entre si. Segundo o autor:

o estudo dos territórios sob o ângulo das forças sociais que os compõem é um convite a análises empíricas bem fundamentadas sobre sua constituição, mas abre caminho, para se compreender as mudanças que novas forças sociais podem imprimir à maneira como estão hoje organizadas (ABRAMOVAY, 2006, p.10).

Fligstein (2001), baseado em grande parte nos trabalhos de Pierre Bourdieu, considera essas regiões como campos em que se encontram protagonistas com interesses diversos, cuja composição é produzida pela distribuição das diferentes formas de capital. Nessa perspectiva, o Estado e as instituições assumem posição de destaque, promovendo mudanças e dinâmicas sintonizadas com as perspectivas de desenvolvimento local. No Brasil, os estudos orientados por essa abordagem tratam do alcance e dos aspectos evolutivos de políticas públicas em regiões específicas, com vistas a identificar as limitações e também as potencialidades econômicas locais para reorientar suas trajetórias de desenvolvimento.

Os territórios não são um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores, uma vez que eles se constituem de laços informais, modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais.

A ideia central é que o território, mais que simples base física para relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa de elos que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Há, portanto, uma teia de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000).

Por sua vez, Friedmann (2000) ressalta os aspectos físicos da natureza para definir a noção de território, caracterizado como bio região, a qual se especializa produtivamente segundo os ciclos dos elementos naturais. Esses sistemas locais se tornam, assim, partes da biosfera, sobre os quais o homem atua, alterando seus contornos originais. Ou seja, os territórios, definidos socialmente, demarcados pela atividade econômica ou pela divisão espacial de trabalho, resultam da ação do estado e dos mercados de um sistema global que os afasta de seus traços naturais.

Por essa razão, o desenvolvimento rural não deve ser entendido pelo limitado conceito de crescimento econômico, mas como um processo que envolve as dimensões econômica, sociocultural, política, institucional e ambiental (KAGEYAMA, 2008). Mais ainda, o rural não se resume somente ao agrícola, mas envolve outros aspectos que compõem o território, também importantes para o

desenvolvimento de uma região. Além disso, mudanças econômicas, tecnológicas, sociais, ambientais e institucionais que se acumularam ao longo da história precisam ser tratadas em conjunto quando do desenho e execução de políticas públicas para a agricultura.

Para Van Ploeg (2000), o desenvolvimento rural implica objetivos voltados à produção de bens públicos em sinergias com os ecossistemas locais, à valorização das economias de escopo sobre as economias de escala e à pluriatividade das famílias rurais. Trata-se de uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe.

Em virtude do novo contexto agrícola e dos novos desafios para o Estado e para as políticas públicas, o debate sobre desenvolvimento rural tem apresentado maior repercussão. De acordo com Schneider (2007), a agricultura familiar teve destaque nesse período devido ao seu crescimento como categoria política, articulada ao movimento sindical dos trabalhadores rurais, acentuando a importância do papel do Estado para o meio rural na criação de políticas públicas para esse segmento social.

Como anotado acima, no âmbito global, há um incentivo à modernização da pequena produção, estimulando o aumento na produtividade e a monoculturação vinculada às cadeias agroindustriais. Já numa perspectiva dos valores locais, há incentivo à diversidade produtiva e à sustentabilidade ambiental e cultural dos territórios. Todavia, essas dimensões não são totalmente excludentes no tocante às estratégias adotadas pela agricultura familiar, uma vez que ela se articula a mercados globais ao mesmo tempo em que se engaja em modelos de produção sintonizadas com valores locais.

Nos termos de Kageyama (2008), o que dá sentido ao rural enquanto território socialmente construído e com papéis específicos na reprodução e desenvolvimento das sociedades é a relação complementar com as cidades, ou com o urbano, de maneira geral, e que ocorre geralmente através dos mercados (produção e consumo). Paralelamente, o desenvolvimento rural ganhou uma dimensão mais ampla ao envolver os aspectos relacionados à ruralidade e à territorialidade, com vistas à sustentabilidade socioeconômica e ambiental (SCHNEIDER, 2009).



No Brasil, tratando-se de políticas públicas para a agricultura, houve intervenções Estatais no processo de modernização agrícola e instauração do Complexo agroindustrial para quebrar o antigo padrão de expansão agrícola, fundado no uso extensivo de terra e força de trabalho, e, também, para viabilizar a transformação das forças produtivas na agricultura brasileira. O papel desempenhado pelo Estado nesse modelo de desenvolvimento foi de fomentador, por meio da formulação e execução de políticas públicas, tanto no nível setorial quanto macroeconômico, que estimulavam o modelo mundial de incentivo à produtividade e à exportação de *commodities*.

No entanto, para o setor da produção familiar, o resultado dessas políticas foi negativo, pois parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pelas políticas agrícolas, principalmente nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção. Somente na década de 1990, houve reformulações nas políticas agrícolas que contribuíram para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar brasileira. De acordo com Delgado (2009), foi nesse período que realmente se demarcaram os termos em relação ao futuro das relações entre economia e agricultura – sobre o papel da agricultura na economia – e sobre a apropriação do significado do Brasil rural e do desenvolvimento rural.



### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA: O PAPEL DO ESTADO**

Este capítulo tem por objetivo resumir os aspectos do processo de liberalização comercial do setor agrícola e seus impactos sobre o desenvolvimento rural. Privilegia-se, aqui, a ideia de que a ação estatal teve um papel determinante nos arranjos que foram ocorrendo no setor e nos caminhos escolhidos para o desenvolvimento. Busca-se apresentar, de maneira sintetizada, o relacionamento entre Estado, mercado e agricultura, que acabou por construir o que conforma o modelo atual de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Em seguida, desenha-se a trajetória das políticas públicas para agricultura familiar no Brasil e como, influenciada por lutas e reivindicações de diversos movimentos sociais, uma política voltada especificamente para a agricultura familiar, por meio do PRONAF foi criada. Ao fim, apresenta-se uma síntese do programa, as modificações ao longo de sua existência, as formas de acesso, os beneficiários e interfaces com a agricultura familiar, bem como as principais críticas à forma de operacionalização e distribuição dos recursos.

#### **3.1 DESENVOLVIMENTO E POLITICAS PÚBLICAS: O PAPEL DO ESTADO**

Após o período desenvolvimentista, quando houve forte intervenção do Estado no setor agrícola, as últimas décadas nos países em desenvolvimento foram marcadas pela hegemonia dos mercados e liberalização comercial, que trouxeram mudanças e promessas de melhorias tanto para o desenvolvimento da agricultura quanto para o crescimento econômico, em particular nos países menos desenvolvidos onde o setor agrícola tem grande peso na economia.

Em contraposição às expectativas quanto aos ganhos proporcionados pela liberalização do comércio agrícola, foi formado um quadro de incerteza e vulnerabilidade como observado na crise alimentar de dimensões globais após 2005. Em um mercado dominado por um grupo de países de desenvolvimento avançado, as condições de livre mercado têm provocado uma dependência externa nociva de muitos países de importações baratas e ajuda alimentar, enfraquecendo sua

capacidade produtiva doméstica (WISE *et al*, 2008). Nesse contexto, alguns países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, se destacaram como grandes competidores nos mercados de *commodities* globais, impulsionados por ampla dotação de recursos naturais, por uma forte inserção nas cadeias agroindustriais mundiais, por um avançado processo de agroindustrialização comandado por empresas transnacionais, e pela existência de infraestrutura capaz de conectar competitivamente a produção local com a demanda externa. Segundo Wise (2009), medidas liberalizantes têm transformado a dinâmica dos mercados agrícolas, sejam elas reduções de tarifas ou redução dos subsídios, para os países menos desenvolvidos, onde essas ações têm pouco impacto. Paralelamente, reformas introduzidas na política agrícola, especialmente da Europa e EUA, abriram espaço para outros países de agricultura mais desenvolvida. Portanto, a perspectiva de reduzir a dependência dos países pobres de suprimento externo se torna menos provável.

Entretanto, nessa análise é preciso levar em conta que a incapacidade da Organização Mundial do Comércio (OMC) de concluir a Rodada Doha, em grande parte devido à resistência dos países desenvolvidos em reduzir o grau de incentivo e proteção às suas agriculturas, tem travado a agenda liberalizante. Portanto, o comércio agrícola mundial tem sido contaminado por estratégias protecionistas em meio a iniciativas que impulsionam a integração global dos mercados e dos sistemas produtivos nacionais por meio das cadeias produtivas controladas por grandes corporações. Além disso, o envolvimento de cada país nesse contexto não se dá de forma homogênea, uma vez que, no interior de agriculturas competitivas, sobrevivem segmentos produtivos e grupos sociais não competitivos engajados em sistemas agroalimentares alternativos. Assim, a liberalização dos mercados não pode ser vista como uma onda que uniformiza relações socioeconômicas e estruturas produtivas, mas como um processo limitado e contestado pela heterogeneidade dos sistemas agroalimentares em nível local.

Nesse sentido, as decisões em relação à economia e à agricultura de um país dependem, em grande parte, das estratégias dos governos e da correlação de forças predominantes no plano nacional e mesmo internacional. Os movimentos sociais pressionando os governos por políticas específicas ou por mudanças estruturais, assim como a coalizão formada pelos países no âmbito das negociações multilaterais ilustram esse ponto. Escolhas de política econômica, ou mesmo

indecisões momentâneas, acabam por definir os rumos do crescimento econômico e da trajetória da economia, favorecendo ou penalizando grupos sociais diferentemente. (DELGADO, 2009).

No Brasil, o agronegócio incorporou visivelmente o projeto de liberalização comercial, porque, entre os países da América Latina, juntamente com a Argentina, é líder do comércio agrícola, e isso explica o foco constante no aumento da produtividade e das exportações de *commodities*. Segundo Delgado (2009), essa situação criou a visão de que o papel da agricultura na economia consiste na geração de saldos crescentes na balança comercial para tentar manter controlada a conta de transações correntes na balança de pagamentos. Então, quanto maior a produção de *commodities*, maior o saldo de exportações e melhor para a economia.

A liberalização também estimulou o ingresso de empresas globais de alimentos no país, por meio de facilidades estabelecidas para a importação de insumos e equipamentos e para a livre circulação do capital, bem como acesso aos recursos naturais, como terra e água. Essas empresas exercem, atualmente, amplo domínio sobre toda a cadeia agroalimentar brasileira e sua inserção nas cadeias globais. Schlesinger (2009) observa que é essencial ter um controle rigoroso da expansão da soja (e de outras monoculturas, como a cana-de-açúcar), para evitar danos permanentes ao bem mais precioso do país, que é a sua terra, e que o governo brasileiro deveria promover mais políticas públicas para a agricultura familiar e para as pequenas e médias indústrias agrícolas, que geram renda para a população rural.

As políticas públicas podem ser entendidas como ações, ou propostas, promovidas principalmente pelos governos para a regulação dos múltiplos problemas e contradições que desafiam as sociedades contemporâneas. Toda política pública, de determinada forma, está diante de um processo conflituoso de alocação pública de recursos e oportunidades entre os diferentes grupos sociais com interesses e preferências, por sua vez, em disputa. Esse conflito de alocação de recursos por meio das políticas públicas age num plano relativamente autônomo em relação às lógicas mercantis, familiares e associativo-comunitárias (SUBIRATS e GOMÀ, 1998, ROMANO, 2007). Esse processo de alocação também é influenciado pelos diversos tipos de redes políticas existentes. Essas redes são resultado da cooperação entre as organizações, conformadas por laços institucionais, mas também por relações interpessoais, que desempenham um papel importante na

elaboração da agenda, no processo de decisão e na colocação em prática da ação pública.

Nessas redes, as regras institucionais e os modos de operação que derivam das instituições envolvidas funcionam como um amálgama entre os atores que definem política pública e também entre aqueles por ela afetados. Mais ou menos abertas, mais ou menos institucionalizadas, mais ou menos integradas, as redes de política podem tomar forma de redes flexíveis ou de comunidades de política pública estáveis e integradas que acabam exercendo coação através da definição e implantação de uma política pública (HASSENTEUFEL *apud* ROMANO, 2007).

O setor agrícola brasileiro sempre teve o Estado como formulador e executor de políticas, e esse apoio frequentemente esteve ligado à preocupação de desenvolvimento enquanto modernização do setor e pautado, principalmente, nos interesses econômicos, políticos e sociais vigentes na economia mundial e que favoreciam uma determinada elite dominante. Apesar das mudanças nas políticas fiscal e monetária e das limitações econômicas nos últimos anos, promovendo instrumentos de política agrícola mais alinhados com o mercado, o crédito rural oficial continua sendo o alicerce do sistema de financiamento à agricultura, enquanto o apoio à comercialização e a transferência de risco dependem do apoio do Estado (COELHO, 2001).

No que se refere a políticas públicas específicas, o segmento da agricultura familiar, até o início da década de 1990, não era beneficiado por qualquer tipo de apoio ou política específica. A partir de então houve uma reformulação da política agrícola, iniciada com a Constituição Federal de 1988, abrindo precedentes para um movimento democratizante também no setor rural. Foi quando ocorreram reivindicações de movimentos sociais e redes ligadas à área rural que colocaram os pequenos agricultores familiares em evidência, exigindo uma agenda específica voltada para sua especificidade como um segmento socioeconômico com vínculos mercantis frágeis e sistemas produtivos pouco eficientes.

Em 17 de janeiro de 1991, foi promulgada a Lei 8.171, conhecida como “Lei Agrícola”, que fixou novos fundamentos, prevendo recursos, ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. Com objetivos complementares, criou-se também a Lei Agrária 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, na qual é estabelecida a subvenção econômica a produtores rurais nas operações de crédito

rural sob a forma de equalização de preços de produtos agropecuários e equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros de operações de crédito rural.

Essas Leis e decretos tiveram como ponto de apoio a Constituição Federal, que, promulgada em 1988, consolidou conquistas e ampliou os direitos dos cidadãos em vários contextos. Ao se priorizar a descentralização, foram introduzidos novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando à democratização do acesso dos beneficiários aos recursos públicos, o que gerou um crescimento das políticas setoriais nas esferas federal, estaduais e municipais. Especificamente sobre a política agrícola, o Artigo 187, paragrafo 1º, da Constituição prevê que

A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: os instrumentos creditícios e fiscais, os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização, o incentivo à pesquisa e à tecnologia, a assistência técnica e extensão rural, o seguro agrícola, o cooperativismo, a eletrificação rural e a irrigação, a habitação para o produtor rural [...] (BRASIL, 1988).

No entanto, mesmo pautado na Constituição Federal, o envolvimento dos produtores e trabalhadores rurais foi prejudicado por sua indefinição enquanto grupo social específico de agricultores familiares, enfraquecendo assim as bases sociais para a formulação de políticas a eles voltadas, o que acabou suscitando protestos e contestações. Grande parte dos agricultores familiares ficou à margem dos benefícios oferecidos, principalmente pelas políticas de crédito rural, preços mínimos e seguro rural. De um modo geral, essas políticas agrícolas, com abrangência nacional, contemplavam apenas algumas necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, cuja caracterização era bastante imprecisa e apenas retórica no âmbito da burocracia estatal brasileira (MATTEI, 2006).

Desse modo, a década de 1990 foi marcada por fatores decisivos que mudaram os rumos das políticas voltadas ao meio rural. Por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), passou a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada reconversão e reestruturação produtiva dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura

da economia. Com isso, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas Jornadas Nacionais de Luta na primeira metade da década de 1990 e, a partir de 1995, passaram a ser denominadas “Grito da Terra Brasil”<sup>2</sup> (MATTEI, 2006).

Foi então que, impulsionado pelos movimentos envolvidos com reforma agrária e trabalhista, como o Movimento Sem Terra, a CONTAG, pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA), os fóruns e estudos sobre a agricultura familiares – elaborados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) –, e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) – influenciando a legislação agrícola brasileira –, foi criada, em 1995, a primeira política pública específica para a agricultura familiar, o PRONAF.

### 3.2 A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O surgimento do PRONAF trouxe grandes mudanças para o segmento da agricultura familiar e constitui um marco histórico da intervenção do Estado na agricultura brasileira. Os agricultores familiares, até então excluídos das políticas públicas para o rural, se tornam alvo das mesmas e atores sociais, uma vez que o surgimento do programa representou seu reconhecimento e legitimação como categoria social específica (SCHNEIDER e GAZZOLA, 2004).

De acordo com Schneider (2003), o conceito de agricultura familiar como segmento socioeconômico envolve uma diversidade de sistemas produtivos, de tipos de inserção mercantil e de vínculos intersetoriais, sendo capaz de reproduzir-se incorporando inovações em larga escala, devendo ser, também, compreendido pelo sentido de suas relações de parentesco e consanguinidade, e não somente por sua integração ao mercado ou seu progresso tecnológico. Gazzola (2004, p.25) complementa dizendo que “trata-se de uma forma social de constituição distinta da

---

<sup>2</sup> De acordo com a CONTAG, o Grito da Terra foi a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGS) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRS). Reuniu anualmente, na capital federal, pessoas de todo o país, entre lideranças, agricultores(as) familiares, assalariados(as) rurais, assentados(as) e acampados(as) da reforma agrária, dentre outros que apoiam as bandeiras de luta da população rural.

forma colonial e, por isso, se constitui na base do desenvolvimento rural da sociedade brasileira e dos países capitalistas avançados”.

Nesse contexto, para esse segmento o PRONAF atende às reivindicações das organizações dos trabalhadores e produtores rurais. A história do programa inicia em 1994, ainda no governo Itamar Franco, quando foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAP), que operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Em 1995, no Governo Fernando Henrique Cardoso, o programa foi reformulado e instituído como linha de crédito pela Resolução do Banco Central nº 2.191, de 24 de agosto de 1995.

De acordo com a pesquisa do IPEA, realizada por ANDRADE (1999), para atender a uma demanda da CONTAG, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) aprovou a destinação de R\$ 200 milhões para serem aplicados na produção agrícola explorada em regime familiar, mas a institucionalização do programa somente ocorreu posteriormente, por meio do Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996. Daí em diante, o programa foi ampliado para as áreas de investimentos e infraestrutura e ganhou maior dimensão, passando a operar de forma integrada em todo território nacional.

Vale destacar que a ideia que sustentou a criação do PRONAF na esfera governamental foi o reconhecimento da capacidade da agricultura familiar de absorver mão-de-obra, o que a transformou em opção privilegiada para combater parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural (IPEA, 1999). Nesse contexto, o documento de criação do PRONAF destaca como objetivo geral propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares.

Desse período em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar o segmento da agricultura familiar que se estendeu por todo o território nacional, ampliando o crédito por meio de programas específicos voltados a diversas categorias, promovendo a assistência técnica e fortalecendo a infraestrutura no interior das propriedades rurais e em seu entorno espacial e econômico.

O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre a administração pública federal, estadual e municipal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações. A aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF



depende da adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do programa e à efetivação de suas contrapartidas. O objetivo principal do programa, quando de seu lançamento em 1996, era fortalecer as atividades do agricultor familiar, integrá-lo à cadeia agroindustrial, aumentar sua renda e agregar valor ao produto e à propriedade, mediante a profissionalização e a valorização dos produtores e suas famílias e a modernização do sistema produtivo.

As diretrizes<sup>3</sup> do programa propõem a melhoria da qualidade de vida no segmento da agricultura familiar mediante a promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada. Esse objetivo deve ser alcançado por meio do aumento da capacidade produtiva através da implantação de novas tecnologias e difusão de técnicas adequadas aos agricultores, bem como investimentos em infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo. Acredita-se que, com essas ações, seja facilitado o acesso, a permanência e a competitividade do agricultor familiar no mercado. Também são amparadas atividades voltadas à verticalização da produção, associativismo e cooperativismo, permitindo a participação dos agricultores nas decisões e iniciativas do programa, fomentando processos participativos e descentralizados em forma de parceria entre os setores públicos e privados.

Ao longo da evolução do programa, houve mudanças nos propósitos do PRONAF, que sugeriam uma distinção deste à Agricultura Empresarial, a concentração e o apoio à produção de alimentos:

ter como base a produção de alimentos para o próprio consumo ou para a segurança alimentar da população em geral; contribuindo na valorização do trabalho familiar e para o desenvolvimento sustentável do campo diferentemente da agricultura patronal ou industrial que utiliza o modelo de monocultura e latifúndio de *commodities* agrícolas, gerando exploração do trabalho agrícola, desigualdade e degradação ambiental (RELATÓRIO DO PRONAF, 2006).

Também em 2006, por meio da Lei 11.326 da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos Familiares Rurais, sancionada pelo presidente Lula em 24 de julho, a categoria social de agricultor familiar passa a ser reconhecida legalmente, o que lhe assegura o direito de acesso a políticas públicas diferenciadas, que deverão

---

<sup>3</sup> Ver mais informações sobre em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm).



estar articuladas em um Plano Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

De acordo com o Manual de Crédito Rural do BACEN (2015), são beneficiários do PRONAF e podem obter financiamento os agricultores que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)<sup>4</sup> ativa no site do MDA e atenda às seguintes condições:

- explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, comodatário, permissionário de áreas públicas ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- resida na propriedade ou em local próximo;
- tenha o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento;
- tenha renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo do PRONAF;
- não disponha, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais;
- tenha obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de até R\$ 360 mil reais.

São também beneficiários do PRONAF, mediante apresentação de DAP ativa, pescadores que se dediquem à pesca artesanal, aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m<sup>3</sup> de água, extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores, e os integrantes de comunidades quilombolas rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Os créditos do programa podem ser destinados ao custeio, investimento ou integralização de cotas-partes em cooperativas pelos beneficiários. Atualmente, estão vigentes as seguintes linhas de crédito: PRONAF Custeio, PRONAF Mais Alimentos – Investimento, PRONAF Agroindústria, PRPMAF Agroecologia, PRONAF Eco, PRONAF Floresta, PRONAF Semiárido, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem,

---

<sup>4</sup> A Declaração de Aptidão ao PRONAF é um documento que identifica os beneficiários do PRONAF e suas características, fornecida gratuitamente por entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para possibilitar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais, a DAP precisa estar ativa no site do MDA.

PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, PRONAF Cota-Parte e Microcrédito Rural.

Sobre a evolução da disponibilização de recursos do PRONAF em nível nacional, de acordo com informações do MDA e BACEN, na safra de 1999/2000, o programa disponibilizou cerca de 3,3 bilhões, atendendo 3.403 municípios e foi utilizado em torno de R\$ 2,1 milhões (66% do montante). Em 2005/2006, o número de municípios atendidos era de 5.363, que recebiam cerca de R\$10 milhões disponibilizados, sendo que aproximadamente 84% desse valor foram utilizados pelos agricultores. No ano agrícola de 2013/2014<sup>5</sup>, agricultores familiares de 5.462 municípios, dos 5.570 que integram o território nacional, recorreram aos recursos do programa. Foram disponibilizados R\$21,1 bilhões e, destes, contratados aproximadamente R\$20,7 bilhões.

Para o Plano Safra<sup>6</sup> 2014/2015 da agricultura familiar, foram anunciados R\$24,1 bilhões destinados aos empréstimos de investimento e custeio para a agricultura familiar, sendo mantidas as condições de contratação e taxas de juros do Plano Safra 2013/2014, com limite da renda anual bruta familiar para fins de enquadramento no PRONAF de R\$ 360 mil. O teto para os empréstimos de custeio é de R\$ 100 mil e o de investimento R\$ 150 mil. Os encargos de custeio são de até 3,5% ao ano e os de investimento são de até 2% ao ano<sup>7</sup>.

Um dos pontos críticos do PRONAF se refere à distribuição regional dos recursos, cuja maior parte tem sido destinada aos estados do sul, embora cerca de 50% dos agricultores familiares no Brasil estejam localizados na região Nordeste (IBGE, 2009). De acordo com dados do MDA, 45,3% do total emprestado entre 2000 e 2010 foi destinado ao Sul, 20,2% ao Sudeste, 18,8% ao Nordeste, 8,5% ao Norte e 7,2% ao Centro-Oeste. Outro aspecto diz respeito à especialização produtiva gerada pelo programa, segundo a qual “o agricultor familiar é levado, pela política pública, a plantar o que esta financia. Ou seja, o que é mais fácil e historicamente as

---

<sup>5</sup> De acordo com dados do MDA, de junho de 2014 (11 meses do lançamento do Plano Safra 2013/2014).

<sup>6</sup> Em 2003, o Governo Federal criou o Plano Safra, uma ferramenta de divulgação do planejamento do setor agrícola e pecuário, este é editado anualmente e vale de julho a junho, corresponde ao ano agrícola. Nesse programa constam produtos e linhas de crédito disponíveis, as regras de operacionalização e público alvo. Ver mais sobre o histórico em: GRISA, C. e WESZ JUNIOR, V. **Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios**. *Boletim do OPPA*, n. 3, 2010.

<sup>7</sup> Constam as regras de contratação do Plano Safra 2014/2015 para a agricultura familiar no site do MDA: [http://www.mda.gov.br/plano\\_safra/](http://www.mda.gov.br/plano_safra/).

instituições bancárias tem tradição de financiamento e de operacionalização” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2004, p.175).

Há, portanto, um desequilíbrio na distribuição dos recursos do PRONAF, levando-se em conta a distribuição regional dos agricultores familiares. Essa desproporção pode ser explicada pela maior integração dos agricultores familiares da região Sul aos mercados, pelo uso mais intenso de insumos agrícolas e melhor estrutura de assistência técnica oficial nos estados da região Sul, em comparação com as demais regiões. Além disso, destaca-se a pressão mais eficaz do movimento local junto ao governo e aos bancos (CASTRO, REZENDE e PIRES, 2014).

Mesmo com todas as críticas ao programa, na história da agricultura familiar brasileira, essa é a única política pública específica para o segmento. Por isso, é importante analisar seus impactos na dinâmica econômica e social em nível local tendo em vista suas potencialidades e o engajamento dos diferentes atores produtivos, institucionais e associativos para o desenvolvimento rural.

Assim, mesmo considerando o alcance nacional do PRONAF, o objetivo desta pesquisa é analisar seus impactos no território de Cantuquiriguaçu, Paraná, onde a agricultura familiar é bastante representativa. Para tanto, o diagnóstico a seguir trará nuances de como se delineou a estruturação da agricultura familiar nesta região ao longo de sua ocupação e consolidação como território.

## 4 DESENVOLVIMENTO RURAL NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU

O objetivo deste capítulo é analisar o desenvolvimento rural no território do Cantuquiriguaçu, tendo por base os aspectos históricos e características socioeconômicas que resultaram no contexto atual da região. Para tanto, será caracterizado o espaço, enfatizando o processo de ocupação da região e os aspectos que a definiram como território, com ênfase na predominância da agricultura familiar e na ruralidade do espaço, a estrutura fundiária e produtiva e os aspectos socioculturais. São apresentados indicadores setoriais do território e breves considerações acerca do desempenho econômico da região no período recente. Atenção especial será dada também à inserção da agricultura familiar nos mercados e às transformações econômicas e tecnológicas daí resultantes.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O território está localizado no Terceiro Planalto Paranaense, entre as mesorregiões geográficas Centro-Sul e Oeste do estado do Paraná e abrange uma área de 13.947,73 km<sup>2</sup>, sendo formado por 20 municípios<sup>8</sup> (MAPA1). Essa região faz divisa, ao norte e noroeste, com o território Paraná Centro; a oeste, com o território Cascavel; ao sul, com o Grande Sudoeste; a sudeste, com o território União da Vitória e, a leste, faz divisa com o território Centro-Sul (MAPA 2). Sua população total, segundo o Censo Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, era de 232.519 habitantes, 46,2% dos quais vivendo no meio rural.

A denominação Cantuquiriguaçu resultou de uma escolha dos habitantes locais em razão de os municípios localizarem-se nos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu. Esses rios possuem relação com a história de ocupação da região; Cantu foi uma homenagem a um município italiano *Cantú* da região da Lombardia, e, do tupi-guarani, Piquiri significa *rio dos peixinhos* e Iguaçu, *rio grande*. Há uma espécie de

---

<sup>8</sup> Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

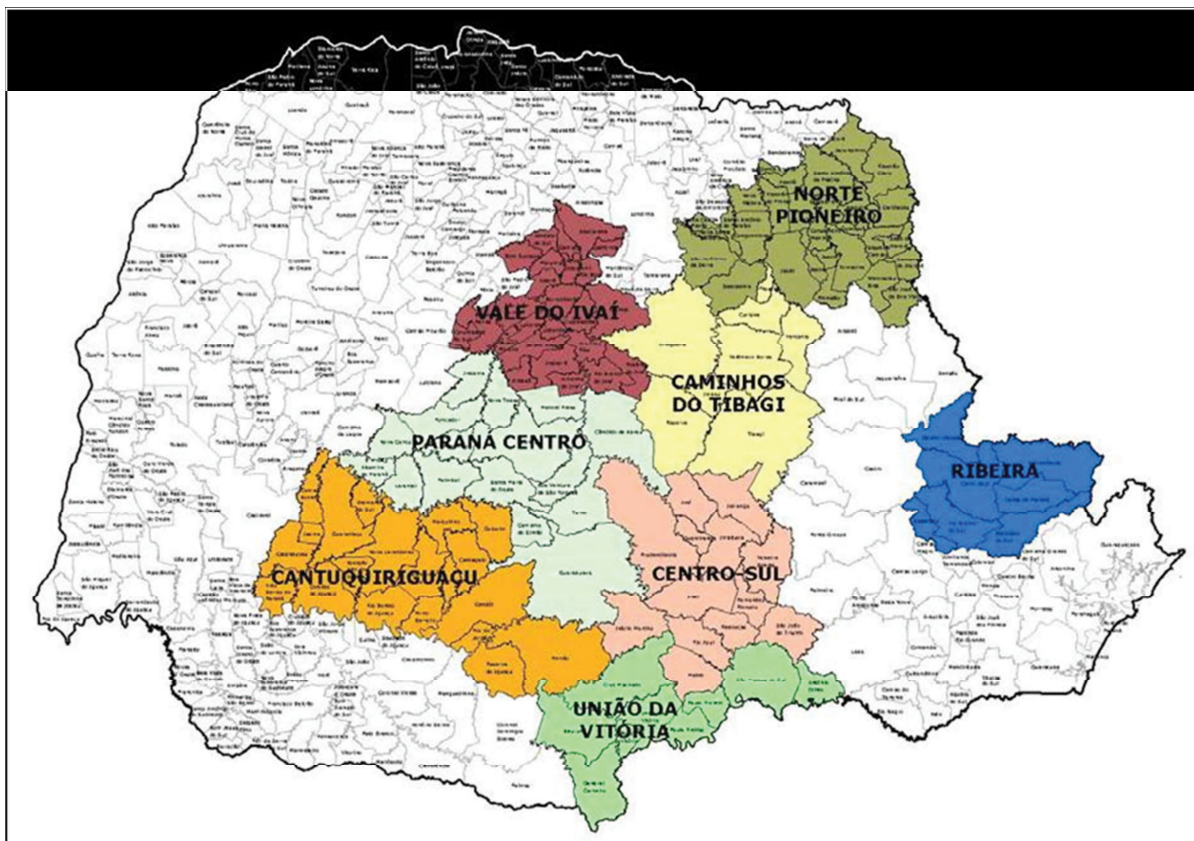
identidade socioterritorial já estabelecida nesta região, a qual pode ser observada por meio de organizações como a Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu, criada em 1984 no território, e essa composição será detalhada no Capítulo 5, que trata das instituições na região.



MAPA 1 – MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU  
FONTE: IPARDES (2007)

A formação do território derivou de um desmembramento do município de Guarapuava, localizado na área central do Paraná, cuja formação data da segunda metade do século XVIII, quando a região era um grande sertão, habitado por comunidades indígenas. Conforme o IPARDES (2007, p.18), “o processo de desbravamento, povoamento e urbanização trouxe consigo o encontro e, muitas vezes, o confronto cultural com os habitantes indígenas, os quais, no que se refere ao território, acabaram sendo empurrados sertão adentro”. As comunidades que permaneceram foram organizadas em reservas, conforme a política oficial do Estado brasileiro. Atualmente, ainda residem na Reserva Indígena Rio das Cobras, localizada nos municípios de Quedas do Iguaçu, Espigão do Alto Iguaçu e Nova Laranjeiras, 2.397 índios que pertencem aos povos Guarani Mbya e Kaingangs, em

uma área de 18.862 ha e 190 Kaingangs, na Reserva Indígena Boa Vista, em Laranjeiras do Sul, com área declarada de 7.336 ha.



MAPA 2 - TERRITÓRIOS DA CIDADANIA EXISTENTES NO PARANÁ E LOCALIZAÇÃO DO CANTUQUIRIGUAÇU  
FONTE: IPARDES (2007)

De modo geral, o meio rural de Cantuquiriguaçu esteve associado a características tradicionais, de cunho patriarcal e latifundiário, assentado sobre bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo. Por um longo período, a região esteve sujeita a uma quase total ausência de infraestrutura viária, fato que dificultou sua integração com outras regiões do Estado e freou sua ocupação populacional (IPARDES, 2004). Pela cronologia do processo de emancipação dos municípios da região, é possível perceber que sua ocupação se deu mais intensamente no período recente: Laranjeiras do Sul (1946) e Guaraniaçu (1952) os mais antigos, e posteriormente: Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Marquinho, Porto Barreiro e Reserva do Iguaçu (1997).

A colonização daquelas áreas, assim como de outras regiões do Paraná, deu-se a partir de migrações nacionais e internacionais. No início do século XX,



imigrantes eslavos e italianos ocuparam parte da região. Na década de 1950, registrou-se um grande fluxo de imigrantes gaúchos e catarinenses formado por famílias que, tendo passado por um processo de minifundização em seus estados de origem, buscavam solos férteis e abundantes em terras paranaenses – principalmente nas áreas do sudoeste e do oeste. Esse movimento foi impulsionado por uma campanha de ocupação do sertão, que iniciou na década de 1930 e ficou conhecida como “marcha para o oeste”.

A campanha da “marcha para o oeste” contribuiu para atingir o que documentos da época consideravam sertão, num movimento que ignorou as populações tradicionais que residiam nesses locais (os caboclos pioneiros, ou pequenos proprietários, ocupantes e interessados na posse de terras). A frente de ocupação produtiva se sobrepondo a uma população já residente foi conduzida de forma organizada por empresas da iniciativa privada.

O discurso oficial perpetuou a visão de que esse movimento contribuiu para ocupação de uma região vazia isolada, praticamente abandonada, que foi entregue à ação das *obrages*<sup>9</sup> estrangeiras, cujo objetivo principal era o desenvolvimento da região por meio da exploração extrativista da erva-mate e da madeira (PRIORI *et al*, 2012). Outra atividade relevante para a economia da região no processo de ocupação desse território foi o tropeirismo. O comércio de muares pelos tropeiros entre o Rio Grande do Sul e São Paulo foi responsável pela criação de diversas estradas e pela origem de diversas cidades da região. Os tropeiros provocavam intenso tráfego e faziam suas pousadas em vários pontos das estradas, o que deu origem a muitos povoados (IPARDES, 2007).

A exploração da erva-mate e a extração madeireira foram determinantes para a formação de uma base econômica que desencadeou o desenvolvimento e ocupação do Cantuquiriguaçu. A erva-mate era comercializada para a região do Rio da Prata, entre os portos de Paranaguá e Buenos Aires, devido à maioria de as empresas serem provenientes destas regiões, e consistia em ser o principal produto de exportação da província no início do século XIX. Em 1920, o Paraná contava com

---

<sup>9</sup> As *obrages* eram grandes áreas de terras concedidas pelo governo brasileiro a algumas empresas do exterior (argentinas e inglesas) para a extração de erva-mate e madeira no Oeste do Paraná. Desde a independência política da província do Paraná em 1853, os governos do Estado tornaram-se responsáveis pela distribuição das terras tidas como devolutas, beneficiando as grandes empresas colonizadoras que representavam o interesse do capital fundiário especulativo e detinham prioridade para demarcar e revender as terras (WACHOWICZ, 1987; PRIORI *et al*, 2012).

53 municípios, dos quais 32 tinham como principal atividade econômica a extração da erva-mate (CAPRI e OLIVERIO, 1923).

Por apresentar facilidade no manejo e por ser uma planta nativa, a erva-mate era uma cultura acessível e seu comércio expandiu-se rapidamente. No auge de sua expansão, muitos agricultores chegaram a abandonar os trabalhos da agricultura, e grande parte foi trabalhar como mensalista para as corporações estrangeiras (*obrages*). Devido à grande movimentação comercial, o ciclo da erva-mate foi também responsável por significativa parcela das construções do estado, financiando projetos relacionados à construção das ferrovias e estradas de rodagem para escoamento da produção. Essas empresas estrangeiras acabaram influenciando a organização de todo o território, definindo o tamanho das propriedades rurais e até mesmo o desenho das cidades, bem como os rumos do desenvolvimento econômico regional. Os imigrantes que vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina também trouxeram muitos costumes que acabaram influenciando a cultura desse espaço.

Deve-se destacar que, embora tenham ocorrido avanços no desenvolvimento da região, houve perda para muitos. Famílias de posseiros, sertanejos e nativos que habitavam essas terras foram expulsos para dar espaço à atividade extrativista comercial e de grande escala. Outros, ainda, eram mantidos como trabalhadores em regime de semiescravidão em grandes latifúndios de exploração de erva-mate das empresas argentinas (PRIORI, *et al*, 2012). De acordo com os autores, a propriedade, a posse e titulação se tornaram questões importantes para a efetiva colonização dessa região, marcada por constantes irregularidades.

Por outro lado, o conflito entre o desejo dos posseiros de permanecerem na terra e os interesses das grandes empresas colonizadoras era permeado pela ilegalidade e pelo direito já estabelecido daqueles já instalados, além das disputas nos tribunais estaduais e federais em torno das denominadas terras devolutas. Esses interesses se chocavam e acabavam inevitavelmente gerando conflitos, muitas vezes intensos e violentos, entre colonos, posseiros e supostos proprietários, políticos e a comunidade local.

Essa disputa por terras se estendeu por um longo período, desembocando em novos conflitos pela posse de terra nos municípios que compõem o Cantuquiriguaçu, em geral ligados ao movimento dos sem-terra – cujo contingente



populacional compõe grande parte da população agrícola regional (IPARDES, 2007). Entre 1988 e 2011, foram 59 ocupações de terras, das quais participaram 11.575 famílias, a maioria delas lideradas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) e também de grupos quilombolas. Ao todo, de 1984 a 2011 foram fundados 49 assentamentos rurais, com 4.204 famílias ocupando 95.222 ha de terra (DATA LUTA, 2012).

De acordo com a pesquisa de Coca (2013), o histórico da implantação de grande parte dos assentamentos do Cantuquiriguaçu está relacionado ao enfrentamento do MST e o maior latifúndio do sul do Brasil, pertencente à empresa Giacommet-Marodin Indústria de Madeiras – S.A., com sede em Caxias do Sul/RS. Esse latifúndio ocupava 83 mil ha, estendendo-se pelo território dos municípios de Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu e Quedas do Iguaçu. Nele, a principal atividade desenvolvida, até então, era a exploração de madeira. No entanto, grande parte dessa área não era explorada e despertou o interesse dos camponeses, que viam ali a possibilidade de desapropriação tendo como fim a reforma agrária no âmbito da região. Os primeiros conflitos ocorreram em 1980, quando surgia no estado um enorme contingente de agricultores sem-terra, num movimento sintonizado com a questão agrária nacional que emergia a partir das perspectivas de reforma agrária. O ressurgimento da luta pela terra em nível de Brasil derivava do processo de democratização no plano institucional e da capacidade de organização dos movimentos sociais rurais. Mais ainda, resultava da agenda desses movimentos pela redistribuição da terra e da necessidade de corrigir os efeitos do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, em curso desde os anos de 1960 como parte do movimento global da revolução verde.

Sobre o processo modernizante, o interesse pela industrialização da agricultura e a pretensão de aumentar a produção nacional nos anos de 1960, culminaram na manutenção dos problemas no campo e a existência de conflitos localizados pela posse da terra. A modernização agrícola no Paraná, que iniciou em algumas regiões e gradativamente foi se estendendo a todas as áreas do estado, foi acompanhada de mudanças produtivas e tecnológicas, com graves repercussões sociais, dentre as quais se lista o êxodo rural, a concentração fundiária e o desemprego no campo (PRIORI *et al*, 2012).

Os municípios que compõem o território Cantuquiriguaçu não fugiram às características mais gerais que marcaram esse processo de migração das áreas rurais e que teve importância significativa na composição do quadro populacional daquele espaço (TABELA 1). Mais especificamente, ainda que substantivas parcelas dos emigrantes rurais tenham se fixado em centros urbanos próximos de suas áreas de origem, predominaram os deslocamentos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região (IPARDES, 2007).

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO CANTUQUIRIGUAÇU DE 1991 A 2010

POPULAÇÃO	RURAL		URBANA	
	1991	2010	1991	2010
Candói	10.470	7.957	1.513	7.026
Cantagalo	6.527	4.443	4.916	8.509
Campo Bonito	3.580	1.827	1.479	2.580
Catanduvas	6.109	4.860	3.712	5.342
Diamante do Sul	3.689	2.105	826	1.405
Espigão Alto do Iguaçu	6.639	3.031	1.333	1.646
Foz do Jordão	6.039	1.493	261	3.927
Guaraniaçu	13.700	6.778	7.797	7.804
Goioxim	7.288	5.747	295	1.756
Ibema	2.311	1.125	3.795	4.941
Laranjeiras do Sul	7.398	5.746	19.539	25.031
Marquinho	6.238	4.457	479	524
Nova Laranjeiras	11.974	8.869	820	2.372
Pinhão	14.825	14.891	9.829	15.317
Porto Barreiro	4.749	2.972	295	691
Quedas do Iguaçu	8.700	9.618	14.822	20.987
Reserva do Iguaçu	9.520	3.402	837	3.905
Rio Bonito do Iguaçu	5.056	10.339	714	3.322
Três Barras do Paraná	10.878	5.729	4.104	6.095
Virmond	2.946	2.070	626	1.880
Cantuquiriguaçu	148.636	107.459	77.992	125.060
Paraná	2.250.760	1.531.834	6.197.953	8.912.692
Brasil	35.834.485	29.830.007	110.990.990	160.925.792

Fonte: IBGE (2014)

No tocante ao movimento populacional para o território, tem-se que a origem das famílias entrevistadas confirma a história do processo de ocupação e colonização do Cantuquiriguaçu, visto que elas migraram para o território entre as décadas de 1960 e 1990 com o intuito de trabalhar na agricultura, ter melhores condições de vida e de conseguir maiores áreas de terras para cultivo, haja vista o

processo de minifundização das regiões de origem. Das 20 famílias (GRÁFICO 1), apenas 4 são originárias de municípios do território, o restante veio de Santa Catarina (20%), do Rio Grande do Sul (20%), e do Centro e Sudoeste do Paraná (60%). Deve ser mencionado que parte da migração foi ocasionada pelos movimentos de assentamento ocorridos na região nesse período.

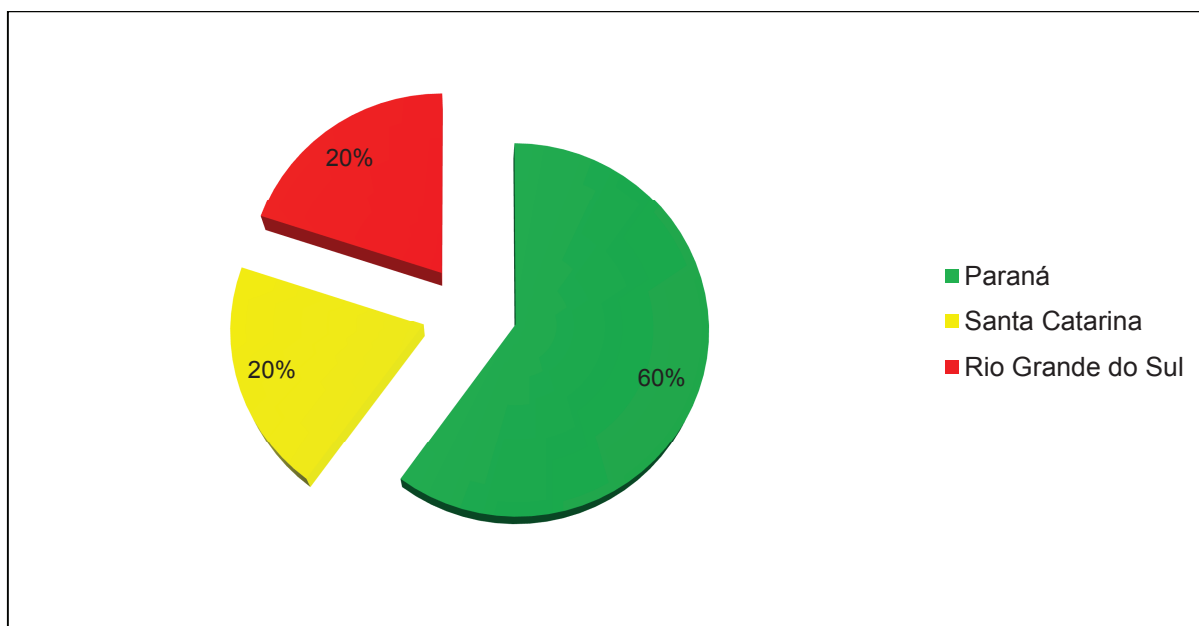


GRÁFICO 1 - ORIGEM DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS  
FONTE: Pesquisa de campo

No sentido inverso, nas últimas décadas, a intensidade do êxodo rural familiar tem diminuído substancialmente, principalmente após a implantação de políticas públicas como a aposentadoria rural, que aumentou a possibilidade de permanência das pessoas mais idosas no espaço rural. Ainda assim, grande parte da população jovem, que cresceu em meio às dificuldades encontradas para a reprodução socioeconômica das unidades produtivas e com maior acesso à escolaridade com viés urbano, ainda vê a cidade como a possibilidade de um futuro mais promissor (FROEHLICH & PIETRZACKA, 2004).

Essa composição etária das unidades familiares (GRÁFICO 2) pode comprometer a reprodução social e continuidade do trabalho familiar nessas áreas, já que está acontecendo um envelhecimento no campo. De acordo com os agricultores, os jovens vão embora em busca de melhores condições de vida, como se observa no depoimento a seguir.

[...] O jovem sumiu na verdade, o povo que ficou é de uma geração de 1978 pra trás, não voltaram, a maioria da população nova foi embora, é preciso criar planos para que nossos filhos não vão.

É preciso atentar para a criação de políticas agrícolas que sejam baseadas em conceitos mais amplos de desenvolvimento rural, em que responsabilidades ambientais, econômicas, sociais e culturais estejam imputadas nas práticas rurais, para que a pluriatividade da agricultura familiar se fortaleça e mantenha-a sustentável no campo (VEIGA, 2005).

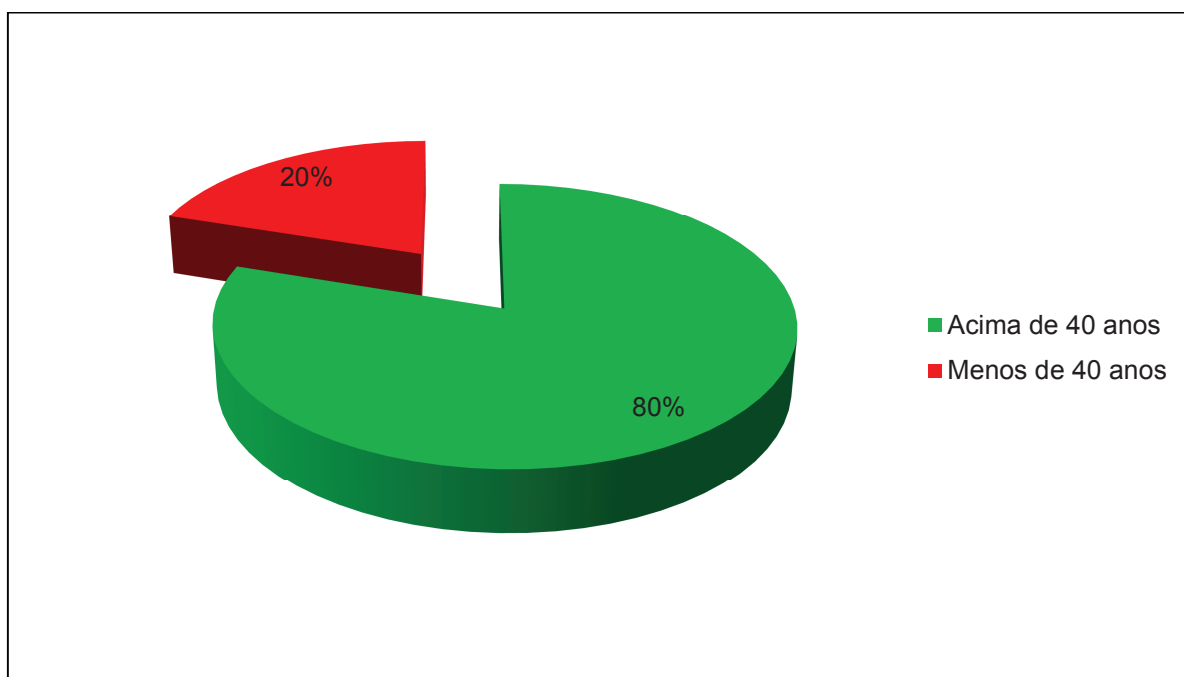


GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO ETÁRIA DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS  
 FONTE: Pesquisa de campo

Cabe ressaltar que o êxodo rural nesta região não foi motivado somente pela modernização agrícola. A substituição das plantações permanentes por monoculturas temporárias como a soja, o trigo e o milho, também fez com que diminuísse a necessidade de utilização de mão de obra no campo. Além disso, essas lavouras contavam com um alto nível de mecanização, reduzindo o uso de mão de obra, diferente do que era observado no caso da erva-mate e da indústria madeireira. No período recente, o fato de a região comportar vários assentamentos populacionais reforçou sua característica fundiária historicamente predominante centrada na agricultura familiar e seus traços socioeconômicos.

## 4.2 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS DA AGRICULTURA REGIONAL

Até a década de 1930, a economia paranaense era basicamente fundamentada na extração vegetal da erva-mate e da madeira. A partir daí, o café passou a ser o principal produto da economia do estado, perdendo posteriormente espaço para a produção de soja, que, a partir da década de 1960, durante o processo de modernização ampliou sua produção e assumiu o papel principal na estrutura produtiva do estado. As transformações socioeconômicas, geradas a partir desse processo de modernização da agricultura no estado do Paraná, gerou profundas alterações produtivas e fundiárias. A estrutura agrária foi modificada em todas as regiões paranaenses, e isso foi percebido nas alterações das formas de utilização e exploração da terra, na concentração nas posses das propriedades e nas condições de vida dos agricultores (FAJARDO, 2007).

Como destacado anteriormente, a exploração madeireira e da erva-mate foram importantes como fomentadoras da ocupação do solo paranaense no início do século XX, determinando assim as características do desenvolvimento e ocupação nessas regiões, priorizando as ações da iniciativa privada, e a exploração do trabalho dos nativos e ocupantes da região. Posteriormente esse processo gerou conflitos de divisão de terras e estabeleceu a agricultura familiar como segmento predominante na região, embora, em termos de estrutura fundiária, a posse da maior parte das áreas ainda esteja concentrada em grandes propriedades.

O processo de modernização da agricultura propagou-se também no território de Cantuquiriguaçu, onde predominam estabelecimentos agrícolas, transformando processos produtivos e concentrando a estrutura fundiária. Todavia, suas repercussões no conjunto da economia regional concentraram-se principalmente nas atividades agrícolas. Por essa razão, a economia do território está visivelmente concentrada nas atividades primárias, cujas externalidades não têm sido suficientes para a formação de uma estrutura agroindustrial. A predominância da agricultura familiar, de uma forma geral, tem reforçado a relação entre o meio rural e o conjunto da economia regional, bem como ajudado na evolução da produção e da geração de renda do setor primário (GRÁFICO 3).

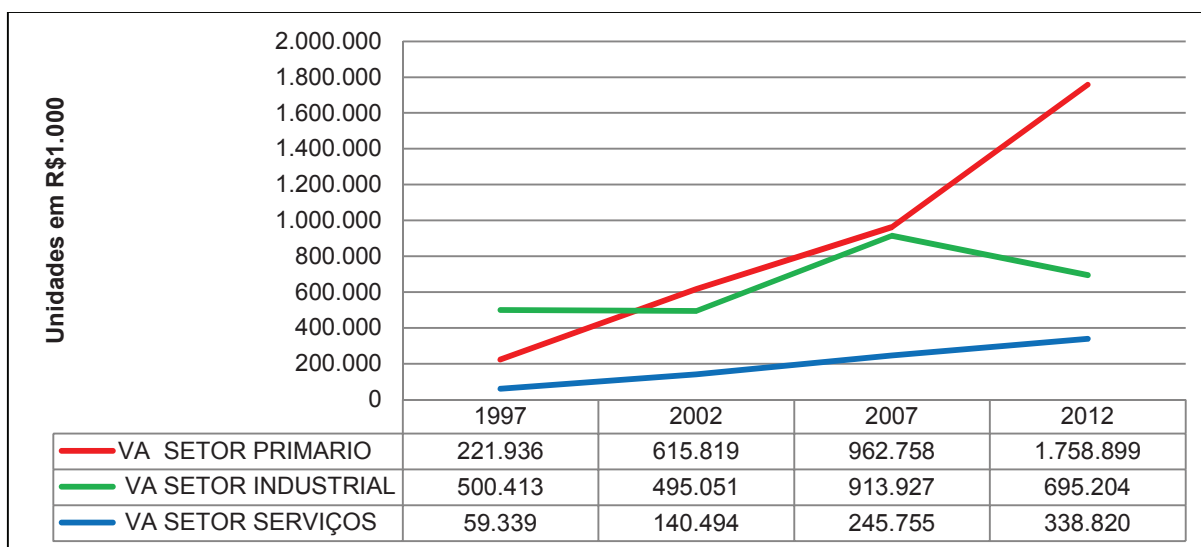


GRÁFICO 3 - VALOR ADICIONADO, SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ - 1997/2012 (R\$1.000)  
FONTE: IPARDES

Sobre o comportamento da economia do território, em 2012 o setor primário foi responsável por 62,98% do valor adicionado, percentual superior ao de 1997 que alcançou 28,39%. Por sua vez, o peso relativo à indústria no período 1997-2012 passou de 64,01% em 1997 para 24,89% em 2012. Já o setor de serviços aumentou sua participação no período, partindo de 7,60 % em 1997 e chegando a 12,13% em 2012. Mas, dada sua pequena relevância para a economia regional, esse aumento não é suficiente para indicar qualquer alteração estrutural de forma a reorientar a tendência dominante.

Paralelamente, é preciso destacar o engajamento da agricultura familiar, de forma geral no país, em cadeias produtivas cujas estruturas de comercialização e processamento acabam conectando esse segmento produtivo aos mercados nacional e internacional. Assim, a agricultura familiar não se restringe à própria subsistência ou ao abastecimento local apenas. Sua inserção nos mercados significa uma instância estratégica para a geração de riqueza e principalmente para proporcionar segurança alimentar ao país.

No Brasil, o último Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2006, mostrou que os agricultores familiares agregavam 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupando 24,3% da área cultivada e empregando 74,4% da mão de obra do setor agropecuário. Respondendo, ainda, por 9% do Produto Interno Bruto (PIB) total do país, que foi naquele ano de R\$ 1,94 trilhão,, o PIB da agricultura familiar é responsável por 32% do PIB do agronegócio brasileiro, que, no mesmo ano, chegou

a R\$ 540,19 bilhões. De acordo com essa pesquisa, o segmento familiar concentra-se mais no Sul do país, onde a agricultura familiar e o agronegócio estão mais articulados, o que vem mostrando resultados positivos nas suas taxas de crescimento, igualando-se, até mesmo, às do segmento patronal.

Quanto ao PIB do território (TABELA 2), este representava 1,64% do PIB do Paraná em 1999, diminuindo sua participação em 2011 para 1,43%, embora em termos de variação anual tenha crescido a taxas próximas às do Estado, e evoluído positivamente.

TABELA 2 - PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU E DO PARANÁ - 1999-2011

ANO	PIB A PREÇOS CORRENTES (R\$ 1000)		A/B (%)	VARIAÇÃO ANUAL	
	CANTU (A)	PARANÁ (B)		CANTU	PARANÁ
1999	1.039	63.389	1,64	100,00	100,00
2000	1.090	69.131	1,58	104,91	109,06
2001	1.266	76.413	1,66	116,15	110,53
2002	1.477	88.407	1,67	116,67	115,70
2003	1.819	109.459	1,66	123,16	123,81
2004	2.009	122.434	1,64	110,45	111,85
2005	1.902	126.677	1,50	94,67	103,47
2006	1.824	136.615	1,34	95,90	107,85
2007	2.220	161.582	1,37	121,71	118,28
2008	2.675	179.263	1,49	120,50	110,94
2009	2.701	189.992	1,42	100,97	105,99
2010	3.077	217.290	1,42	113,92	114,37
2011	3.417	239.366	1,43	111,05	110,16

Fonte: IPARDES (2014)

Destaca-se que, embora a economia estadual seja afetada por transformações mais complexas, envolvendo uma expansão da indústria e de serviços, e da população urbana, no plano do território as mudanças são mais tímidas, devido a suas dimensões e ao fraco dinamismo de sua economia. Avaliação semelhante pode ser feita no tocante ao crescimento do PIB per capita (TABELA 3), no qual houve evolução significativa em relação ao ano de 2002, mas que ficou abaixo novamente da média estadual e nacional do PIB per capita do território. Como demonstrado pela relação Paraná/Cantuquiriguaçu e Brasil/Cantuquiriguaçu, os valores obtidos no estado e no país são bem maiores que os valores do território.

TABELA 3 - PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU-PARANÁ – BRASIL - 2002-2011

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA (R\$ 1,00)			PR/CANTU	BR/CANTU
	CANTU (A)	PARANÁ (B)	BRASIL		
2002	5.461,85	8.945,00	8.378,00	1,64	1,53
2003	7.286,45	10.935,00	9.498,00	1,50	1,30
2004	7.801,15	12.080,00	10.692,00	1,55	1,37
2005	7.303,80	12.344,00	11.658,00	1,69	1,60
2006	7.183,45	13.152,00	12.687,00	1,83	1,77
2007	8.803,85	15.711,00	14.465,00	1,78	1,64
2008	10.331,45	16.927,00	15.992,00	1,64	1,55
2009	10.342,90	17.779,00	16.918,00	1,72	1,64
2010	12.133,15	20.814,00	19.766,00	1,72	1,63
2011	13.443,25	22.770,00	21.536,00	1,69	1,60

Fonte: IPARDES (2014)

É preciso considerar que a região não partiu do mesmo ponto de desenvolvimento do estado, e nem esteve sujeito aos mesmos processos históricos, além do que a emancipação tardia dos municípios influenciou consideravelmente esse cenário atual. O território esteve sujeito a um processo de ocupação baseado no extrativismo com externalidades praticamente nulas e desprovido de qualquer suporte do estado através de política regional ou setorial. Embora atualmente a economia regional apresente uma evolução positiva em seu conjunto, mesmo que ainda concentrada nas atividades rurais, chama atenção o perfil distributivo da renda e da propriedade ainda bastante concentrado. Os movimentos sociais e o acesso à terra por meio de assentamentos não têm sido intensos o suficiente para alterar aqueles traços estruturais da agricultura regional.

#### 4.2.1 Estrutura fundiária e produtiva

De uma forma geral, a agricultura familiar tem sido responsável por grande parte da produção de alimentos do país; ao mesmo tempo, a produção de alimentos é a fonte de renda da população mais pobre da zona rural, colaborando diretamente com a subsistência e produção de autoconsumo dos núcleos familiares. A partir de informações do Censo Agropecuário de 2006 da agricultura familiar, do Departamento de Economia Rural (DERAL) e da Secretaria da Agricultura e



Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB), foi construído um conjunto de indicadores relativos à estrutura fundiária e produtiva da agricultura familiar no território.

Em 2006, havia 25.463 estabelecimentos agropecuários (TABELA 4), distribuídos de forma heterogênea entre os municípios do território, principalmente devido às diferenças de relevo, fertilidade e tipo de solo e às atividades produtivas empreendidas. Por sua vez, os estabelecimentos agropecuários que utilizam mão de obra familiar<sup>10</sup> representam 83,2% do total, contra 16,8% da agricultura não familiar. Entre os estabelecimentos familiares, 79,5% obtiveram receitas e eram economicamente ativos, enquanto na agricultura não familiar essa proporção chegou a 84%.

TABELA 4 - TIPOS DE ESTABELECIMENTO, ÁREA, RECEITA E PRODUTIVIDADE NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU E NO PARANÁ – 2006.

ESTABELECIMENTO	CANTUQUIRIGUAÇU		PARANÁ	
	FAMILIAR	NÃO FAMILIAR	FAMILIAR	NÃO FAMILIAR
Total dos estabelecimentos	21.180	4.283	302.828	68.235
% dos estabelecimentos por tipo	83,18	16,82	81,61	18,39
Que obtiveram receita	16.846	3.599	235.447	57.408
Receita (R\$ 1.000,00)	231.200	440.389	5.580.099	9.536.138
% da receita	34,43	65,57	36,91	63,09
Área em hectares	321.941	757.673	4.252.659	11.139.123
% da área	29,82	70,17	27,63	72,37
Receita média por ha (R\$)	718,14	581,24	1312,14	856,09
Receita média estabelecimento com Renda (R\$)	13.724,33	122.364,27	23.700,02	166.111,66

FONTE: IBGE, 2014

Sobre a receita obtida, os estabelecimentos familiares foram responsáveis por 34,43% (R\$ 231 milhões) enquanto os estabelecimentos não familiares<sup>11</sup> foram responsáveis por 65,57% (R\$ 440 milhões). Essas informações demonstram que a agricultura familiar vem também se destacando na economia rural da região, mesmo contando com recursos financeiros e tecnológicos mais escassos que a agricultura não familiar. Ao mesmo tempo, o perfil concentrado de distribuição da terra não sofreu alterações, mantendo os mesmos traços da ocupação inicial da região.

<sup>10</sup> O tipo de estabelecimento familiar é composto por unidades produtivas com área total de quatro módulos fiscais ou menos, no Cantuquiriguaçu um módulo fiscal equivale a 18 hectares.

<sup>11</sup> O tipo de estabelecimentos não familiares é composto por unidades produtivas acima de quatro módulos fiscais. .

No Cantuquiriguaçu, ao compararem-se os segmentos (TABELA 4) quanto à produtividade da terra, somando o valor da receita obtida com os produtos e dividindo pela área utilizada na produção dos estabelecimentos familiares, obteve-se R\$ 718,14, enquanto a não familiar obteve R\$ 581,24; no nível estadual, a diferença é maior – R\$ 1.312,14 dos estabelecimentos familiares e 856,09 dos não familiares. Ou seja, apesar das deficiências econômicas e tecnológicas dos agricultores familiares, há uma eficiência produtiva maior, quando o valor gerado por unidade de área é considerado. Quanto à receita média dos estabelecimentos que obtiveram receita pela agricultura familiar, esta equivale a apenas 11,22% da não familiar no território e 14,27% no estado.

De acordo com Guanziroli *et al* (2012), por ter desvantagens em relação à estrutura fundiária, os agricultores familiares fazem uso mais intensivo da terra por ser este o seu fator mais escasso e, por isso, exploram-na ao máximo, diferentemente dos não familiares que possuem áreas mais extensas e acabam utilizando intensivamente a mão de obra e não a terra. Esses aspectos influenciam diretamente o perfil da atividade produtiva desenvolvida, assim como influenciam também o mercado de terras e o próprio processo de concentração fundiária.

Sobre o perfil dos estabelecimentos encontrados no território, entre os agricultores entrevistados (GRÁFICO 4), verificou-se que predominam áreas de até 20 hectares (62%), de 20 a 50 hectares são 29% e acima de 50 hectares apenas 9% das propriedades. Essa proporção no tamanho das áreas exige que os espaços sejam bem aproveitados pelos agricultores, que, em alguns momentos, precisam recorrer a arrendamentos de terceiros para aumentar o plantio ou expandir as atividades, principalmente quando se trata do plantio de *commodities*.

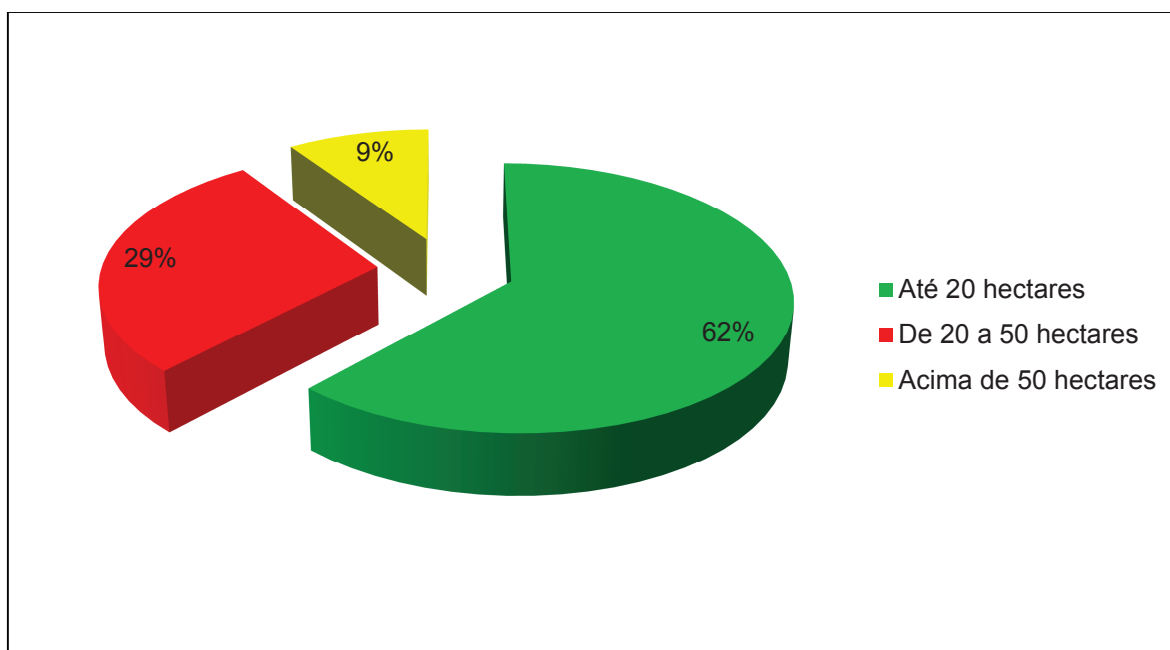


GRÁFICO 4 - CONDIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS POR ÁREA EM HECTARES.

FONTE: Pesquisa de campo

Outro aspecto importante da estrutura fundiária da região (GRÁFICO 5) refere-se à condição de posse da terra. Embora predomine no território a condição de proprietário (TABELA 5), ainda é grande o número de agricultores nas condições de assentados sem titulação definitiva, arrendatários e de ocupantes que não possuem área e vivem em propriedades de terceiros ou de familiares em áreas cedidas.

TABELA 5 - CONDIÇÃO DOS AGRICULTORES, POR TIPO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA, NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU – 2006

CONDIÇÃO DOS AGRICULTORES	ESTABELECIMENTOS	%	ÁREA (HÁ)	%
Proprietário	17836	70,05	967.210	89,59
Assentado sem Titulação Definitiva	3590	14,10	52.779	4,89
Arrendatário	1034	4,06	31.087	2,88
Parceiro	240	0,94	6.028	0,56
Ocupante	1780	6,99	22.482	2,08
Produtor sem Área	983	3,86	-	-
Total	25463	100,00	1.079.586	100,00

FONTE: IPARDES, dados revisados e alterados após a divulgação da 2ª Apuração do Censo Agropecuário de 2006, em outubro de 2012.

Nas entrevistas, os agricultores e as instituições citaram a questão da regularização fundiária como uma das maiores dificuldades enfrentadas na região, tanto dos títulos de assentamento quanto de processos de minifundização por

herança familiar, o que acaba sendo um entrave para o agricultor familiar que deseja acessar os recursos de crédito disponibilizados pelo governo federal para o segmento da agricultura familiar. Entre os entrevistados, assim como no território como um todo, predomina também a condição de proprietário (85%), enquanto 10% são ocupantes, 5% são assentados sem titulação definitiva, dependendo da regularização por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

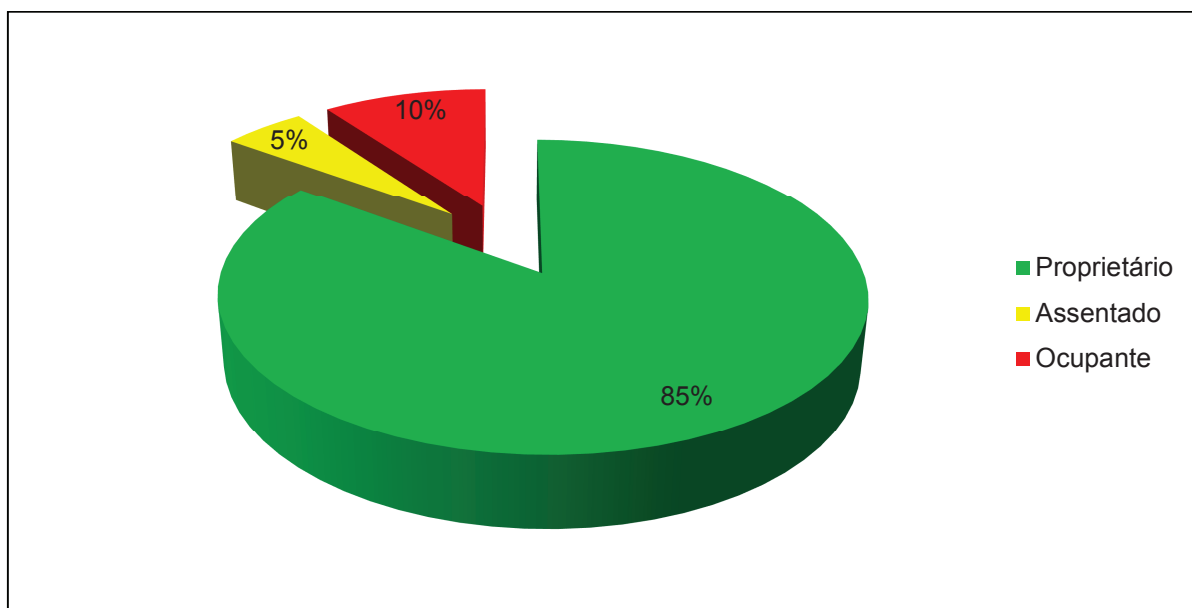


GRÁFICO 5 - – CONDIÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES ENTREVISTADOS POR TIPO DE ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO

FONTE: Pesquisa de campo

Quanto à estrutura produtiva e as atividades desenvolvidas na região, as culturas do setor agrícola que obtiveram maior representatividade de 1997 a 2013 (GRÁFICO 6) foram a soja e milho, seguindo a tendência do estado que está entre os maiores produtores de *commodities* do país. Observa-se que o crescimento das áreas ocupadas pela soja ultrapassa a substituição da área que era ocupada pela lavoura de milho, não tendo relação somente com a rotação de culturas, mas também com a facilidade gerada pelas tecnologias disponíveis que facilitam seu manejo em relação a outras culturas, aumentando a produtividade sem maiores custos de produção e necessidade de mão de obra.

Já o milho vem sendo explorado principalmente nas unidades produtivas familiares. Nesse caso, o uso de tecnologia convencional é restringido pela topografia e pelo limitado capital disponível, com consequente comprometimento da

produtividade, o que contrasta com outros estabelecimentos com áreas maiores, onde se cultiva o milho em rotação<sup>12</sup> com a soja, com alta tecnologia e produtividades comparáveis às mais altas do estado (IPARDES, 2004)

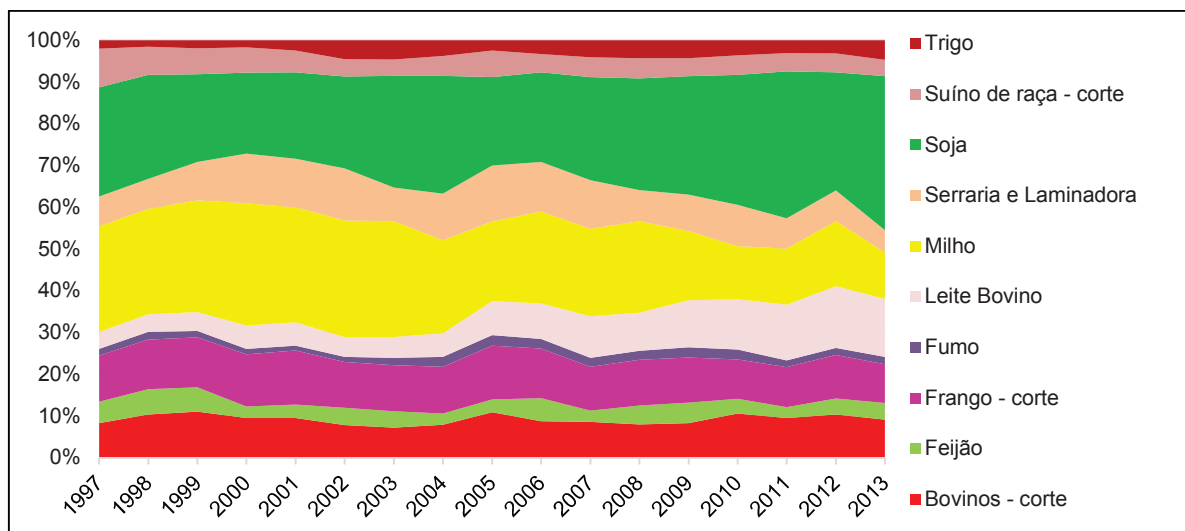


GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO NO VBP DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS, REBANHOS E EXTRAÇÃO VEGETAL DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU – 1997 A 2013.  
FONTE: DERAL

A extração de madeira, que foi uma das principais atividades da região no período de ocupação, ainda é importante na economia local, na qual grande parte do valor bruto de produção do setor é atribuída à venda de madeira em tora para serrarias e laminadoras. As espécies mais cultivadas no território são o pinus e eucalipto. Como requer investimentos de capital e devido a serem culturas permanentes, são cultivadas principalmente em grandes propriedades e por empresas do setor privado. É importante mencionar, no entanto, que se trata da exploração de espécies artificialmente plantadas, como o Pinus e o Eucalipto, enquanto, no período de ocupação, a atividade madeireira era baseada nas reservas de espécies nativas. Sendo assim, entende-se que essa atividade, embora ainda enraizada na cultura predatória de tempos passados, se mantém por meio de uma reconversão para outras espécies e formas de processamento da madeira.

A produção de leite tem se expandido no território e é uma das principais atividades da agricultura familiar da região. A adaptação da atividade entre os

<sup>12</sup> De acordo com a EMBRAPA, a rotação de culturas consiste em alternar espécies vegetais numa mesma área agrícola para conservação do solo, pode ser exclusivamente de culturas anuais ou culturas anuais e pastagens, o que demanda planejamento da propriedade a médio ou mesmo em longo prazo. No território a rotação entre os entrevistados ocorre principalmente por meio de ciclos de culturas com pastagens ou anual com o cultivo de soja e milho.

agricultores familiares deve-se também ao tamanho das propriedades e à possibilidade de trabalhar com outras culturas concomitantemente, otimizando a renda familiar. De acordo com informações do IPARDES (2007), os agricultores familiares desta região produzem em média 50 litros diários e utilizam raças de dupla aptidão, tendo apoio de programas governamentais que incentivam a inseminação artificial, tecnologias de produção de pastagens para alimentação, transporte e resfriamento adequado do leite.

Por sua vez, a bovinocultura de corte, a suinocultura e a avicultura têm mantido constante o Valor Bruto de Produção (VBP) no período analisado, a primeira sendo produzida em sua maioria por agricultores não familiares e as outras vinculadas a sistemas de integração agroindustrial. O fumo é cultivado em sua maioria por agricultores familiares, sendo o produto enviado posteriormente para processamento em outras regiões do Paraná ou em outros estados. De uma maneira geral, observa-se no gráfico 6 que a estrutura produtiva da agricultura familiar no território está lastreada em sistemas de produção mistos, intercalando a produção vegetal, principalmente o cultivo de *commodities* como a soja e o milho com a pecuária, principalmente a produção de leite.

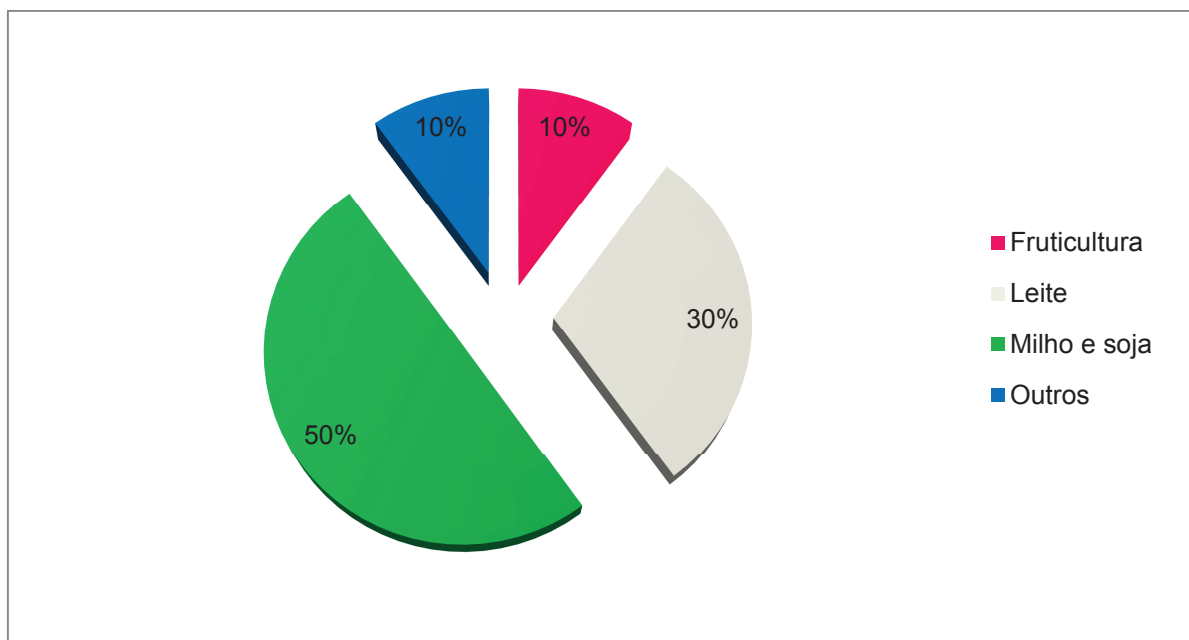


GRÁFICO 7 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ESTABELECIMENTOS DOS ENTREVISTADOS

FONTE: Pesquisa de campo

Entre os agricultores entrevistados, em conformidade com o cenário encontrado no território, predomina o cultivo das *commodities*, algumas intercaladas

com outras atividades para complementar a renda e acompanhadas da produção de produtos de subsistência. Nas atividades desenvolvidas (GRÁFICO 07), destaca-se o cultivo de milho e soja seguido da produção de leite. Quando questionados sobre a opção pelas atividades, o plantio da soja foi justificado pelos agricultores como de fácil cultivo, já que a maior parte do trabalho é realizada de forma mecanizada, diminuindo a necessidade de mão de obra, o que acaba poupando tempo da família, que pode ser dispendido com outras atividades, como a produção de leite e a horticultura, por exemplo. Já o milho, além das vantagens tecnológicas da soja, em algumas propriedades é utilizado para silagem e alimentação dos animais e também devido à necessidade de rotação de culturas para manutenção do solo.

Segundo os agricultores, a atividade leiteira não exige muito espaço, e são aproveitadas áreas não mecanizáveis para manter os animais, sendo que, nos períodos de entressafras, é realizado também o plantio de pastagens para a alimentação dos animais. A horticultura e a fruticultura ocupam pouco espaço das propriedades e vêm sendo valorizadas recentemente devido à possibilidade de garantia de compra dos produtos pelo estado e municípios nos programas de compra direta, além de serem utilizados para autoconsumo.

De acordo com Grisa e Schneider (2008), a produção para o autoconsumo, também denominada mínimo calórico, mínimo alimentar vital, consumo doméstico e, popularmente, produção "pro gasto" – é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo, caracterizada pelo seu valor de uso para os membros da família. Sobre o que é produzido de alimentos para autoconsumo nas famílias entrevistadas, destacaram-se as hortaliças, leguminosas, vegetais, frutas, criação de peixe, criação de suínos, criação de frango e a produção artesanal de queijos, doces e pães na propriedade.

A análise das informações sobre as principais atividades desenvolvidas no território do Cantuquiriguaçu e sua participação na receita da região permite dimensionar a importância da agricultura familiar para a economia e desenvolvimento local, como também sua participação na produção de uma agricultura extensiva, como a soja e o milho. Esses traços têm determinado a infraestrutura do território e a condição de vida não só do meio rural, mas de todos os habitantes desta região.

#### 4.2.2 Condições de vida dos agricultores familiares

A estreita relação da região com a atividade agropecuária faz com que esta seja responsável por grande parte das receitas obtidas e influencie as condições de vida e de desenvolvimento do meio rural. Embora ocupando pequena parcela da estrutura fundiária, a maioria dos estabelecimentos desse território é de produção familiar, herança do sistema de ocupação pelos imigrantes e dos movimentos de assentamento populacionais. A agricultura familiar representa 83,1% dos estabelecimentos rurais existentes no território, o que demonstra a importância desse segmento e da atividade rural para o desenvolvimento da região.

Sobre as desigualdades, há amplo consenso em torno de suas evidências em diversas áreas e de suas manifestações cotidianas identificadas pelos indicadores de renda, saúde, habitação, educação, ou ainda entendidas como necessidades básicas não atendidas pelos indivíduos em função da inexistência ou limitação de recursos para supri-las (SCHNEIDER; FIALHO, 2000).

Já a noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis de uma pessoa ou família. Conhecer o número e a localização dos grupos sociais com traços de pobreza e acompanhar sua trajetória num período relativamente longo é importante para o planejamento das ações de combate à pobreza, sobretudo para o direcionamento de ações do Estado a partir da identificação dos grupos prioritários. (KAGEYAMA e HOFFMAN, 2006).

No território do Cantuquiriguaçu, os indicadores de desenvolvimento (TABELA 6) refletem a grande desigualdade existente, principalmente quando comparado ao estado. Muito embora nos últimos anos os índices de desenvolvimento da região tenham evoluído positivamente, ainda assim, estão abaixo da média estadual. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)<sup>13</sup> do território (0,65) encontrava-se, em 2010, abaixo da média estadual de (0,74), e da nacional de (0,72). Dos 20 municípios, 13 regrediram no *ranking* estadual, acentuando a desigualdade existente na região. Somente o município de Virmond,

---

<sup>13</sup> O IDHM é elaborado com base nos indicadores de educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade e renda da população. Apresenta-se como ferramenta relevante em análises socioeconômicas devido à possibilidade de expor desigualdades entre as diferentes estruturas.



que possui o índice mais elevado (0,72) ficou próximo da média nacional; em geral, houve aumento significativo do IDH no território, mas a posição de grande parte dos municípios no estado piorou, ficando de uma forma geral mal posicionados em relação ao *ranking* estadual.

TABELA 6 - IDH-M, RANKING E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS COMPONENTES DE RENDA, EDUCAÇÃO E LONGEVIDADE DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU, 1991-2010.

MUNICÍPIO	1991 IDHM	2010 IDHM	Ranking Estadual 1991	Ranking Estadual 2010	Variação IDHM de 1991 a 2010		
					IDHM Educação	IDHM Longevidad e	IDHM Renda
Campo Bonito	0,37	0,68	345	295	269,74%	23,56%	35,03%
Candói	0,30	0,63	339	378	446,74%	27,54%	25,00%
Cantagalo	0,33	0,63	323	378	342,37%	24,88%	24,12%
Catanduvas	0,42	0,67	280	308	186,50%	21,79%	20,04%
Diamante do Sul	0,33	0,60	391	393	215,13%	21,98%	59,63%
Espigão A. do Iguaçu	0,31	0,63	330	376	357,02%	13,85%	51,92%
Foz do Jordão	0,36	0,64	294	363	249,30%	26,03%	27,73%
Goioxim	0,22	0,64	393	368	972,55%	29,67%	62,91%
Guaraniaçu	0,39	0,67	268	310	191,71%	25,34%	34,75%
Ibema	0,37	0,68	302	288	289,24%	25,36%	25,28%
Laranjeiras do Sul	0,46	0,70	149	199	141,46%	27,68%	14,35%
Marquinho	0,22	0,61	364	389	1002,38%	17,46%	51,48%
Nova Laranjeiras	0,29	0,64	387	367	450,00%	26,79%	43,79%
Pinhão	0,36	0,65	354	354	256,00%	30,42%	29,03%
Porto Barreiro	0,32	0,68	372	272	394,12%	22,90%	53,64%
Quedas do Iguaçu	0,42	0,68	119	295	204,76%	9,67%	27,78%
Reserva do Iguaçu	0,49	0,64	66	362	81,53%	24,81%	1,76%
Rio Bonito do Iguaçu	0,31	0,62	353	383	333,04%	21,10%	45,73%
Três Barras do PR.	0,40	0,68	189	295	212,92%	20,96%	28,87%
Virmond	0,38	0,72	253	115	305,16%	22,90%	38,01%
Cantuquiriguaçu	0,35	0,65	-	-	268,72%	23,06%	32,91%
Paraná	0,50	0,74	-	-	17,55%	22,24%	124,1%
Brasil	0,49	0,72	-	-	128,32%	23,26%	14,22%

FONTE: IPARDES (2014)

Os índices de educação, longevidade e renda refletiram mudanças sociais com desempenhos diferentes nos municípios da região, mas, de modo geral, no território evoluíram positivamente. A educação foi a área que registrou maior evolução no período (268,7%), crescendo acima da média estadual (17,5%) e nacional (128,3%); mesmo assim, ainda existe, entre os maiores de 15 anos, um alto índice de analfabetismo (11,7%), acima da média paranaense (6,2%). Embora os

resultados em relação ao estado sejam ruins, houve no território uma evolução positiva nesse índice (91,0%).

A renda constitui, entre o grupo de indicadores utilizados para quantificar e qualificar a situação de pobreza, um dos referenciais capazes de expressar aspectos da privação humana relacionada à satisfação das necessidades básicas dos habitantes e desigualdade social (IPARDES, 2007). Em 1991, o número de extremamente pobres do território (TABELA 7) era de 81.994 habitantes (36,1%) chegando em 2010 a 20.647 habitantes (8,8%), num nível bastante superior à média paranaense (1,9%). Dos componentes analisados, o que teve variação menos expressiva no período foi longevidade que cresceu somente 23,0% no período.

TABELA 7 - ÍNDICE DE GINI, PERCENTUAL DE EXTREMAMENTE POBRES E RENDA PER CAPITA SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – 1991 A 2010.

MUNICÍPIOS	ÍNDICE DE GINI		% DE EXTREMAMENTE POBRES		RENDAS PER CAPITA	
	1991	2010	1991	2010	1991	2010
Campo Bonito	0,58	0,48	34,08	2,98	192,39	585,04
Candói	0,49	0,54	19,29	9,92	208,71	472,40
Cantagalo	0,65	0,51	45,25	5,75	195,95	424,57
Catanduvas	0,64	0,53	34,74	6,65	266,91	539,43
Diamante do Sul	0,56	0,45	57,17	11,14	84,70	344,73
Espigão Alto do Iguaçu	0,50	0,57	49,75	18,67	106,59	409,12
Foz do Jordão	0,41	0,54	16,43	7,59	193,00	467,65
Goioxim	0,61	0,49	62,37	15,18	77,25	320,16
Guaraniaçu	0,61	0,54	35,67	5,53	200,44	614,94
Ibema	0,53	0,44	26,36	3,09	216,10	499,24
Laranjeiras do Sul	0,69	0,54	24,29	4,60	379,54	659,33
Marquinho	0,53	0,50	60,27	10,15	100,17	366,30
Nova Laranjeiras	0,53	0,56	51,04	17,71	114,36	366,26
Pinhão	0,58	0,53	36,78	10,89	183,24	454,31
Porto Barreiro	0,53	0,52	45,17	4,95	123,73	535,40
Quedas do Iguaçu	0,57	0,58	27,11	12,23	229,78	586,88
Reserva do Iguaçu	0,55	0,57	17,47	13,61	392,16	419,62
Rio Bonito do Iguaçu	0,46	0,50	42,80	9,67	118,37	405,76
Três Barras do PR.	0,64	0,50	37,63	7,37	216,84	562,22
Virmond	0,45	0,53	27,35	7,74	194,61	655,20
Cantuquiriguaçu	0,53	0,50	36,18	8,88	289,29	584,93
Paraná	0,60	0,53	12,57	1,96	439,09	890,89
Brasil	0,63	0,60	18,64	6,62	447,56	793,87

FONTE: Atlas Brasil, 2013.

Confirmando os números, que indicam melhorias na região, houve uma redução do número de extremamente pobres, que era 36,1% em 1991 e passou para 8,8% em 2010. Apesar disso, de modo geral,

todos os municípios apresentaram taxas de pobreza ainda bastante elevadas, comparativamente à média estadual e nacional. Isso se manifesta também na renda *per capita* do período, a qual se encontra 34,34% abaixo da média estadual e 26,31% abaixo da média nacional, embora tenha evoluído no período cerca de 202,19%, semelhante ao estado (202,89%) e mais do que o país, que cresceu 177,37%. Quanto ao grau de desigualdade captada pelo índice de Gini<sup>14</sup>, o território mantém-se de acordo com a média nacional e estadual, tendo evoluído 6% no período.

O problema da desigualdade de renda e da exclusão das populações rurais mais pobres é de natureza estrutural e mesmo as transformações socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas no território não foram insuficientes para igualar os índices aos números estaduais e nacionais. Embora tenha ocorrido uma diminuição da desigualdade de renda e da pobreza na região, ainda há um longo caminho a se percorrer em termos de desenvolvimento, isso porque a diminuição da pobreza está atrelada à estrutura socioeconômica e histórica que a produziu, o que exige mudanças mais profundas nessas áreas.

Outros aspectos que influenciam as condições de vida dos agricultores foram abordados nas entrevistas, como o acesso à educação, à energia elétrica, à água tratada, à saúde e ao transporte. De acordo com os agricultores entrevistados, o acesso às escolas foi facilitado pelo transporte rural escolar gratuito, fazendo com que mesmo quem mora em comunidades distantes do perímetro urbano do município possa frequentar a escola sem ter custos com o deslocamento. Todos os estabelecimentos visitados possuíam energia elétrica, enquanto a água utilizada nos estabelecimentos era retirada de poço ou fonte natural, sem tratamento específico; apenas uma família tinha acesso à água tratada, por morar próximo à área urbana. Quanto ao saneamento básico, somente as áreas urbanas dos municípios possuem redes de esgoto.

---

<sup>14</sup> O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda (WOLFFENBUTTEL, 2014).

No tocante à área da saúde, todos os municípios visitados possuíam posto de saúde em funcionamento na data das entrevistas. Por sua vez, o setor viário e a preservação das estradas é uma das questões que mais preocupa os agricultores, como se depreende de depoimento de um agricultor:

é preciso manter as estradas organizada ajuda muito, outra coisa é que as área de lazer, cultura tem diminuído até a igreja fechou, precisa de água tratada, coleta de lixo também.

O representante da EMATER de um dos municípios afirmou que as principais dificuldades dos agricultores familiares no território são:

O acesso ao mercado, devido a questões de logística como a localização da propriedade, o processamento do produto, a embalagem do produto, o transporte, o armazenamento, a gestão do negócio, os meios de comunicação, bem como a fornecimento para o mercado de forma contínua, pois os produtos da agricultura são sazonais. Orientamos os agricultores para unirem-se em associações ou cooperativas para enfrentarem o mercado.

A maioria das famílias entrevistadas falou da importância de manter as estradas rurais, que servem para deslocamento e escoamento da produção e das dificuldades, que aumentam em épocas de safra, já que há muito tráfego de caminhões e máquinas agrícolas e nem sempre as vias são cascalhadas. A falta de acesso às propriedades acaba afetando diretamente as questões comerciais, haja vista que a infraestrutura de escoamento é um item importante para o fluxo de mercadorias e relações mercantis no meio rural.

#### 4.2.3 Condições mercantis da agricultura familiar

Nas ultimas três décadas, houve profundas alterações do meio rural do sul do Brasil com a integração dos agricultores aos diferentes mercados e a incorporação de novos imperativos para a reprodução social da agricultura familiar, que acabou materializando-se em um novo tipo de ruralidade. (NAVARRO, 2002).

Esse processo de mercantilização não foi uniforme, evoluindo gradualmente até mesmo em regiões mais desenvolvidas, porque a agricultura é heterogênea,

absorvendo elementos que eventualmente são mercantilizados. Nesse caso, mercantilização possui um sentido amplo indo além das transformações trazidas pelo progresso técnico em determinada atividade. A mercantilização eliminou os antigos padrões de relacionamento social e recolocou-os baseada num sistema de mercado, que posiciona a motivação do lucro no lugar da motivação da subsistência, conectando o sistema produtivo com o sistema de preços. As relações de reciprocidade e redistribuição para a comunidade foram então deslocadas progressivamente para uma relação mercantil de troca (POLANYI apud PERONDI, 2007; VAN DER PLOEG, 1993).

No Paraná, o sistema cooperativo agropecuário possui forte papel na mercantilização da produção agrícola representando, de acordo com dados da Organização do Sistema Sindical Cooperativo (OCEPAR), em torno de 55% da economia agrícola do estado (com faturamento de R\$38,5 bilhões em 2012) atendendo cerca de 1/3 da população rural do estado. Pequenos e médios produtores com área de até 72 ha representam 70% dos quadros sociais das cooperativas, os quais dependem quase que exclusivamente dos serviços cooperativos desde a compra de insumos até a comercialização dos produtos. Sobre a infraestrutura de armazenagem da produção, a participação das cooperativas no total da capacidade estática de armazenagem do estado chega a aproximadamente 54%.

No território do Cantuquiriguaçu, atuam 11 cooperativas, distribuídas entre seis municípios – 4 em Laranjeiras do Sul, 2 em Nova Laranjeiras, 2 em Rio Bonito do Iguaçu, uma em Cândói, uma em Quedas do Iguaçu e uma em Virmond – e essas cooperativas desempenham um papel importante na organização da produção e comercialização no território. São poucos os agentes de comercialização, contando apenas com algumas empresas agropecuárias e atacadistas no comércio local dos municípios. Dessa forma, a infraestrutura para armazenagem da produção fica quase restrita às cooperativas agropecuárias, que possuem forte influência na vida dos habitantes. Estas participam de todo o processo de produção, desde o fornecimento dos insumos necessários para a implantação da lavoura, a prestação de Assistência Técnica até o acompanhamento da produção e comercialização dos produtos (IPARDES, 2007),

De acordo com o gerente de uma cooperativa regional, entrevistado sobre as atividades desenvolvidas no território, esta acompanha a produção dos seus

cooperados e dá suporte desde o planejamento do plantio até a comercialização da safra. O principal elo entre a cooperativa e os cooperados é a assistência técnica, que fica responsável pelo sucesso das colheitas e a indicação da tecnologia adequada a cada cooperado. Também são oferecidos aos cooperados linhas de financiamento para aquisição de máquinas e implementos, investimentos em fertilidade do solo e calcário, além de sistema de permuta a prazo de safra para a aquisição de insumos quando do plantio das lavouras, que seria uma forma de compra antecipada da produção. Segundo seu depoimento,

[...] visando dar condições para o pequeno produtor, a cooperativa atua no fornecimento dos insumos necessários para a implantação da lavoura e na prestação de assistência técnica. Além da assistência na produção, a cooperativa também comercializa os produtos obtidos pelos agricultores familiares, com preços praticados no mercado, fazendo com que os mesmos não tenham nenhuma dificuldade de comercializar sua produção.

As cooperativas também oferecem cursos de capacitação e treinamento para as famílias de agricultores, cujo objetivo é prepará-los para o uso correto das máquinas e implementos agrícolas, vendidos pela própria cooperativa, e para a utilização das técnicas adequadas de plantio, com vistas à redução de perdas e melhores resultados nas colheitas. Para as mulheres, oferecem cursos nas áreas de economia doméstica, culinária, higiene no lar e indústria caseira, para melhorar a gestão das receitas e aproveitamento dos alimentos produzidos na propriedade.

Na opinião dos entrevistados, as cooperativas funcionam como o comércio da agricultura: “[...] a cooperativa é o nosso mercado, nós compramos tudo lá”, diz um agricultor. Isso porque adquirem na cooperativa a maioria dos produtos de que precisam para a atividade rural. Devido aos treinamentos e cursos para as famílias, existe uma forte ligação e um sentimento até de gratidão dos agricultores para com as cooperativas. Acaba sendo natural que os cooperados vendam toda sua produção a quem os acompanhou durante o processo produtivo e ainda oferece a possibilidade de contratos futuros de compra antecipada de produção. Percebe-se grande dependência dos agricultores dessas organizações e carência de orientação tecnológica e de produção por parte de instituições públicas que não tenham relação com o mercado.

Pode-se visualizar (QUADRO 1) que o local de comercialização se estabelece na compra de insumos e varia de acordo com a atividade desenvolvida,

enquanto a assistência técnica vem apenas como acessório para a orientação do processo produtivo. Os agricultores que produzem soja e milho vendem sua produção para as cooperativas e empresas agropecuárias locais, mediante acordo prévio entre as partes. Combinado antes da produção, muitos negociam antecipadamente a safra para garantir a cobertura dos custos de produção, sendo que parte é mantida livre para negociarem de acordo com a oscilação de preços das *commodities* no mercado.

QUADRO 1 - ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO ENTRE OS ENTREVISTADOS NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU – PR

FAMÍLIA	PRINCIPAL ATIVIDADE	AQUISIÇÃO DE INSUMOS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	COMERCIALIZAÇÃO
1	milho e soja	cooperativa	cooperativa	cooperativa
2	horticultura e fruticultura	agropecuária	não possui	comércio local, feira
3	fruticultura	agropecuária	EMBRAPA	feira, direto ao consumidor
4	milho	cooperativa	agropecuária	cooperativa
5	leite	cooperativa	não possui	laticínio
6	milho e soja	cooperativa	cooperativa	cooperativa
7	milho e soja	cooperativa	cooperativa	cooperativa
8	milho e soja	cooperativa	cooperativa	cooperativa
9	agroindústria de embutidos	agropecuária e cooperativa	própria	comércio local, direto ao consumidor
10	leite	agropecuária	agropecuária	laticínio
11	leite	agropecuária	EMATER	laticínio
12	fumo	fumageira	sindicato	fumageira
13	milho	agropecuária e cooperativa	agropecuária	cooperativa e agropecuária
14	leite	agropecuária	Secretaria de Agricultura	laticínio
15	milho e soja	cooperativa	EMATER	cooperativa
16	leite	agropecuária	EMATER	laticínio e direto ao consumidor
17	milho e soja	agropecuária	cooperativa	laticínio
18	milho e soja	agropecuária cooperativa e	cooperativa	agropecuária
19	leite	agropecuária	agropecuária	laticínio
20	milho e soja	cooperativa	cooperativa	cooperativa

FONTE: Pesquisa de campo

Os produtores de leite possuem opções diversificadas de venda na região, laticínios, venda direta ao consumidor, comércio local e até mesmo processamento do produto em derivados. Mas a maioria negocia com os laticínios, devido ao preço oferecido e ao transporte do produto que é realizado por essas empresas.



O preço do leite está atrelado a outros fatores que não apenas a concorrência local, existindo um preço mínimo estipulado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Mesmo assim, como a produção é pulverizada e o produto *in natura* requer estrutura adequada, alimentação correta do rebanho, raças adaptadas ao ambiente, isso influencia diretamente a produtividade e qualidade do leite produzido. Também é necessário fazer uso de um conjunto de práticas sanitárias e de manejo dos rebanhos e das pastagens, bem como dispor de um conjunto mínimo de benfeitorias e equipamentos para o desenvolvimento da atividade (IPARDES, 2009). Esses fatores impactam diretamente na negociação de valores, que varia muito entre os produtores entrevistados, havendo famílias que vendiam o leite a R\$ 0,65 e outras a R\$ 1,00 em um mesmo município.

As atividades de horticultura e fruticultura no território (QUADRO 1) possuem mercados diferenciados, mas, como a possibilidade de estocagem é prejudicada devido à perecibilidade e sazonalidade da produção, a busca por mercados é constante para não haver perda de renda e prejuízos na produção. A organização desse segmento em cooperativas ainda é muito incipiente na região, de acordo com a presidente da Associação de Produtores Orgânicos do Município de Quedas do Iguaçu. Segundo ela, espera-se que a produção de hortaliças e frutas cresça, garantindo mercado e melhores preços, contribuindo para a permanência no campo:

[...] esperamos que a produção de hortaliças e frutas cresça para que possam construir agroindústrias, valorizando a agricultura familiar para que o jovem não saia do campo (com diversificação). É difícil o acesso ao crédito pela burocracia e falta conhecimento dos agricultores para ir atrás.

A mercantilização é, portanto, um processo de orientação dos processos produtivos para o mercado induzindo a mudanças técnicas e aproximando os produtores das leis gerais de reprodução do capital como agentes do modo de produção capitalista (VAN DER PLOEG, 1993). Percebe-se que esse processo de mercantilização da agricultura familiar é uma batalha constante por sobrevivência nos diferentes mercados aos quais se conectam, desvendando oportunidades para vender bem e diminuir os custos de produção.



### 4.3 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

São amplamente discutidos e estudados os processos de transformação da base tecnológica e a formação dos complexos agroindustriais na agricultura brasileira, iniciados em meados da década de sessenta. É comum nas discussões sobre o tema focar os aspectos bem-sucedidos do processo de modernização da agricultura, como o aumento de produtividade e de escala de produção alcançados, enquanto as críticas a esse processo se concentram na orientação da política agrícola, falta de suporte por parte do Estado diante das oscilações de preço e dos riscos e incertezas dos mercados agrícolas internacionais, problemas típicos das economias de mercado (SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

#### 4.3.1 Tecnologia e inovação nas propriedades

Entre as questões que permeiam esse tema, ênfase deve ser dada principalmente àquelas envolvendo seus impactos no desenvolvimento das áreas rurais, na produção de alimentos e na sustentabilidade dos sistemas de produção. A propagação da inovação tecnológica no campo tem se dado com o aumento do uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, expansão de área ocupada por monoculturas tem impactado diretamente a agricultura familiar, por um lado atraindo os produtores para um novo modelo produtivo, e por outro desestruturando sistemas historicamente consolidados e mesmo expulsando produtores do campo. (FAO, 2014).

Um aspecto importante a ser considerado sobre a agricultura familiar na atual conjuntura econômica é que esta não se constitui em um bloco homogêneo, mas é formada por agricultores que incorporam tecnologias modernas e por aqueles que ainda produzem utilizando instrumentos rudimentares. Essa realidade varia de acordo com as características políticas, culturais e naturais de cada país e mesmo dentro de territórios específicos (SANTOS 2008). Nesse sentido, após conhecer as variáveis socioeconômicas que compõem o território do Cantuquiriguaçu, é

importante conhecer o padrão tecnológico predominante utilizado pela agricultura familiar neste espaço.

Para isso, foi estabelecido um critério geral capaz de ser aplicado a todos os agricultores, entendendo que a principal variável do padrão tecnológico dominante na produção agrícola é a força de tração, pois interfere diretamente na produtividade, sendo que a força mecânica é a forma mais moderna e eficiente de tração. Os agricultores familiares foram então separados, segundo a procedência e o tipo de tração<sup>15</sup> e de acordo com estratos de áreas<sup>16</sup> (GRÁFICO 7, 8 e 9).

Nas áreas até 20 hectares (GRÁFICO 8), predominam estabelecimentos que usam tração mecânica, exclusivamente ou associada com tração animal. Considerando a procedência da força de tração, percebe-se que a força mecânica nesses estabelecimentos é, em sua maioria, contratada, e que a força de tração animal é predominantemente própria.

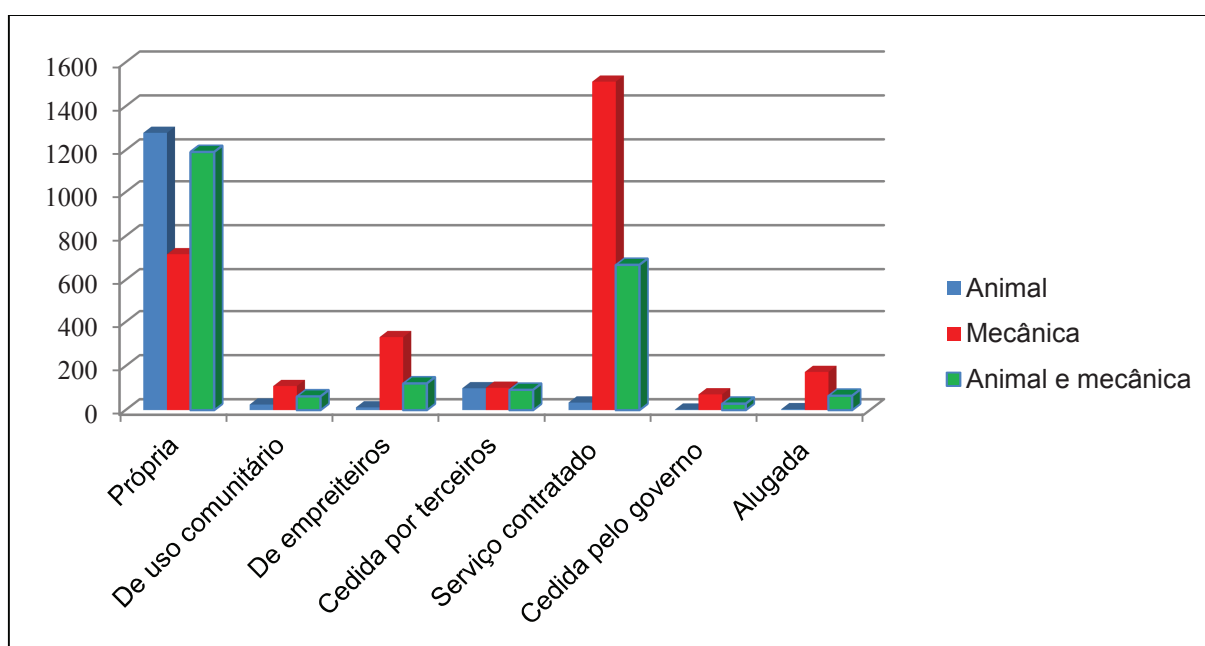


GRÁFICO 8 - ESTABELECIMENTOS ATÉ 20 HECTARES, SEGUNDO O TIPO E A PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – 2006.  
FONTE: IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO, 2006.

<sup>15</sup> O Censo Agropecuário contém informações de posse e do uso de tração, por procedência e tipo de força: uso exclusivo de tração mecânica; uso de tração mecânica e tração animal; uso de tração animal; sem uso de tração. E a procedência: própria, de uso comunitário, cedida por terceiros, cedida pelo governo e alugada. Os estratos de área utilizados nos gráficos visam abranger todo o segmento da agricultura familiar que possui áreas máximas de até 72 hectares.

<sup>16</sup> A terra, mais precisamente o tamanho da propriedade, é fundamental ao acesso aos mecanismos de financiamento, especialmente para os investimentos em capital fixo, e, portanto, para o padrão tecnológico. Outro aspecto é a determinação da escala de produção e do nível tecnológico compatível com a escala (IPARDES, 2005).

É visível a relação entre o uso de força de tração mecânica e o tamanho dos estabelecimentos, isso porque, conforme aumenta a área, a proporção do uso de tração mecânica também aumenta. Observa-se nas propriedades com extensão entre 20 e 50 hectares (GRAFICO 9) a predominância da utilização da força mecânica de tração e animal e mecânica de procedência própria, sendo que ainda existe um alto percentual de estabelecimentos que utiliza serviços contratados de força de tração mecânica.

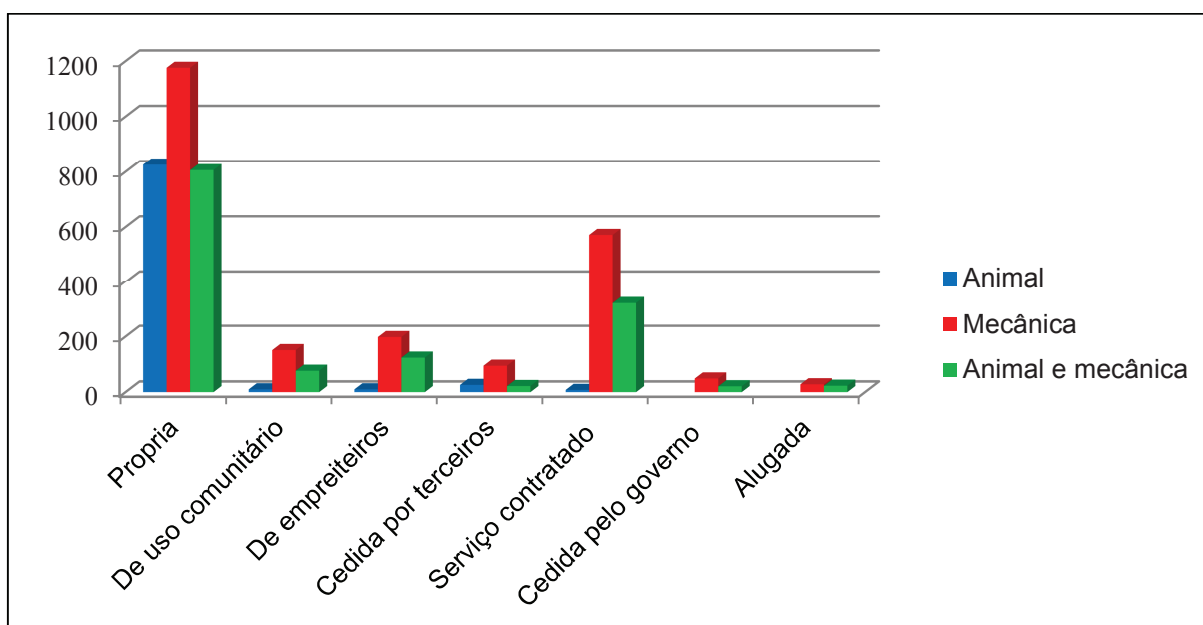


GRÁFICO 9 - ESTABELECIMENTOS DE 20 ATÉ 50 HECTARES, SEGUNDO O TIPO E A PROCEDENCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – 2006.

FONTE: IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO, 2006.

Nas áreas com estratos superiores a 50 e até 100 hectares (GRÁFICO 10), a maioria dos agricultores possui força de tração própria e mecânica, sendo que pouquíssimas propriedades utilizam de serviços contratados para manejo das áreas. Essa comparação entre os estabelecimentos, principalmente nos maiores estratos de área, sugere que a condição social é importante na definição do nível tecnológico dos agricultores. Quanto maior a área, mais elevado o nível tecnológico de procedência própria aplicado nos estabelecimentos (IPARDES, 2009).

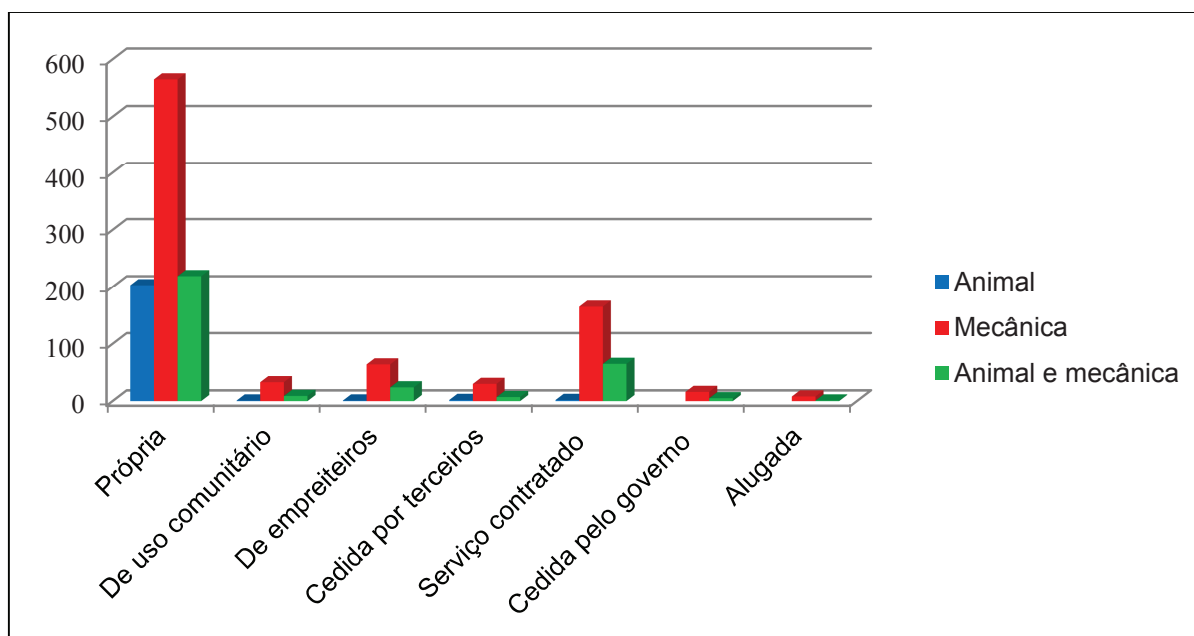


GRÁFICO 10 - ESTABELECIMENTOS DE 50 ATÉ 100 HECTARES, SEGUNDO O TIPO E A PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – 2006

FONTE: IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO, 2006.

Pelos dados obtidos, percebe-se que existe um padrão tecnológico predominante nos estabelecimentos do território: o uso de tração mecânica, considerando seu uso exclusivo e associado com tração animal. Esse padrão está disseminado por toda a estrutura social e por todos os estratos de área. Essa evidência indica que é a combinação dos fatores, tamanho do estabelecimento e a condição social do produtor, que determina o nível tecnológico incorporado, porque a procedência do uso dessas forças em estratos menores provém em grande parte de serviços contratados, diferente dos estratos maiores nos quais a força de tração é própria em sua maioria. Não havia no território estabelecimentos desprovidos de qualquer tipo de tração. Todos, sem exceção, utilizavam algum tipo de tração no período analisado.

Entre os agricultores entrevistados (GRÁFICO 11), cujas áreas são de no máximo 72 hectares, o padrão tecnológico dominante é o uso de tração mecânica. Muito embora predomine o uso de força de tração própria, grande parte dos agricultores utiliza implementos de uso comunitário, em geral de associações de moradores, ou serviços contratados, mantendo os padrões tecnológicos exigidos pelas diferentes atividades desenvolvidas nos estabelecimentos.

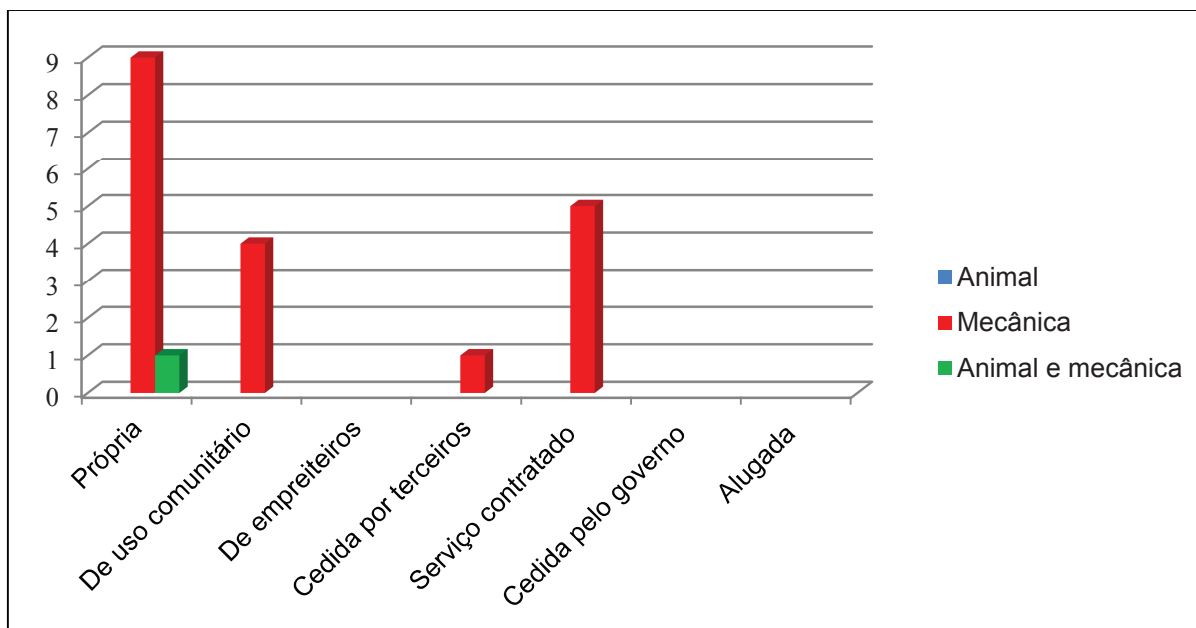


GRÁFICO 11 - ESTABELECIMENTOS DOS ENTREVISTADOS, SEGUNDO O TIPO E A PROCEDÊNCIA DA FORÇA DE TRAÇÃO E MAQUINARIA NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – 2014.

FONTE: Pesquisa de campo

Esse padrão tecnológico incorporou material genético melhorado (sementes e variedade e raças de animais melhorados), que passa a ser adquirido no mercado e substitui o material nativo. A motorização e mecanização com tratores e colheitadeiras substituem a tração animal e induzem um novo padrão marcado pela colheita mecânica, que exige homogeneidade na maturação dos produtos e a quimificação com adubos industriais, substituindo práticas como o uso de esterco para a fertilização do solo. O uso da química com orientação técnica é uma forma de padronização dos tratos culturais (IPARDES, 2005).

Entre as 20 famílias entrevistadas, é comum a utilização de insumos químicos no processo produtivo, inclusive nas atividades de fruticultura e horticultura. Também foi citada a utilização de inseticidas, pesticidas e herbicidas e sementes geneticamente modificadas. Entre os agrotóxicos mais citados pelos agricultores está o Roundap – glifosato, um herbicida utilizado no cultivo da soja geneticamente modificada, capaz de torná-la tolerante a esse herbicida à base de glifosato, que serve para dessecação pré e pós-plantio, e é eficiente no controle de plantas daninhas. Essa tolerância faz com que o agricultor possa aplicar apenas esse herbicida sobre a soja, reduzindo os custos de produção, o número de aplicações e diminuindo a necessidade de mão de obra. Esta última justificativa foi largamente citada pelos entrevistados para preferência por sementes transgênicas

(GRÁFICO 12). Cerca de 60% dos entrevistados utilizam essa tecnologia na produção de grãos, 30% utilizam sementes convencionais e apenas 10% ainda fazem uso de sementes crioulas, mas, nesse caso para fruticultura e horticultura.

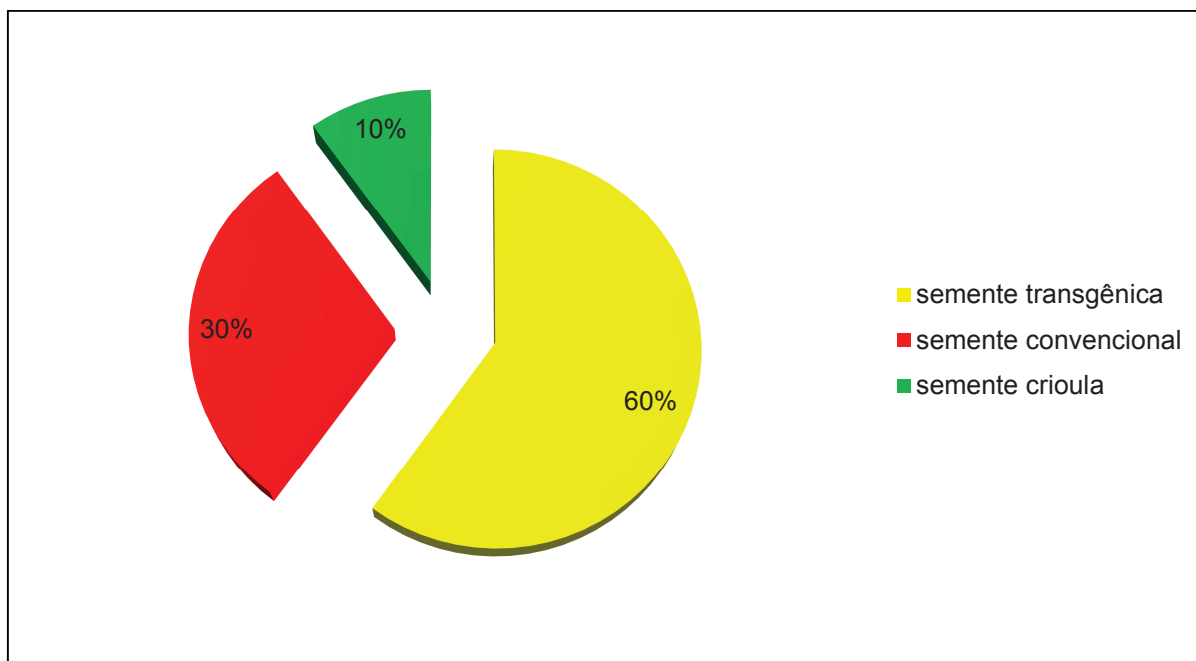


GRÁFICO 12 - UTILIZAÇÃO DE SEMENTES POR TIPO ENTRE OS ENTREVISTADOS DO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU  
FONTE: Pesquisa de campo.

Nas outras atividades, como a bovinocultura leiteira, não se percebe um padrão tecnológico único nos estabelecimentos visitados no território. O planejamento e o tipo de instalações estão relacionados com o método de criação escolhido, o manejo da produção, o tamanho do rebanho e as condições sociais e econômicas de cada produtor.

Não há como comparar um estabelecimento com poucos animais e de criação extensiva e praticamente artesanal, com o que possui exploração intensiva ou semiextensiva mecanizada. Verificou-se uma grande variação na produtividade do leite entre os entrevistados (mínimo de 8 litros/dia, máximo 20 litros/dia por animal), o que pode ter influência de fatores que impactam diretamente na qualidade e quantidade de leite produzido como a estrutura utilizada, alimentação correta do rebanho, presença de raças adequadas ao ambiente, práticas sanitárias e de manejo dos rebanhos e das pastagens.

#### 4.3.2 Assistência técnica e extensão rural

Outro fator que influencia no desenvolvimento das atividades é a assistência técnica, sendo que a maioria dos produtores recorre a algum tipo de apoio nesse sentido, seja para o processo produtivo, seja contínuo ou mesmo para a elaboração de projetos. O serviço de assistência técnica e de extensão rural no Brasil, desde o final da década de 1940, possui papel fundamental no processo de desenvolvimento das áreas rurais, movido pela ideia de que o incremento de técnicas de produção e inovação resulta em melhorias nos processos de produção, nos resultados e nas condições de vida das pessoas no campo.

Esse movimento extensionista teve como ponto de partida a noção de comunidade rural, vista como uma organização social homogênea e não estratificada e sem conflitos internos de interesses. O objetivo era que todos, fazendeiros, pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, fossem incluídos no público de assistência técnica, para o qual foram elaborados programas visando melhoria do padrão de vida, de saúde e de educação, e elevação do nível de renda da comunidade rural, mediante o aumento da produção e da produtividade agropecuária (QUEDA & SZMRECSÁNYI, 1979).

O intuito de superar o atraso na agricultura acabou gerando consequências sociais, principalmente entre os pequenos produtores, proprietários e não proprietários, e trabalhadores rurais, os quais sofreram os maiores ônus no esforço do desenvolvimento. E foi para esse público-alvo que a extensão rural desenvolveu ações destinadas à promoção e à assistência social com vistas a promover um modelo de desenvolvimento baseado na modernização tecnológica. Ao mesmo tempo, buscava-se, por intermédio das relações sociais entre os extensionista e os trabalhadores e produtores, minimizar as perspectivas de mudanças estruturais no campo, mitigando assim possíveis conflitos que desafiassem o *status quo* e alterassem a correlação de forças no campo. Desse modo, coube tanto aos ideólogos extensionistas quanto à classe dominante no campo ressaltarem a noção de “comunidade rural”, entendida como uma organização social homogênea e sem conflitos internos de interesses.

Atualmente a capilaridade dos serviços públicos de extensão rural encontra-se abalada e, mesmo nos estados onde se preservou uma estrutura mínima de

funcionamento das empresas de assistência técnica e extensão rural, estes restringem-se, quase que exclusivamente, a promover o desenvolvimento agrícola e a orientação do processo produtivo, dispondo de poucos profissionais capacitados a promover o desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2004).

No estado do Paraná, a EMATER é o principal órgão público de assistência aos agricultores familiares e seu papel principal é operar políticas públicas e execução de programas instituídos pelos governos federal, estadual e municipal com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável, promover melhoria da qualidade de vida da população rural, aumentar a renda dos agricultores, e preservar ambientalmente o espaço rural. Paralelamente, a extensão rural oficial está voltada aos sistemas de produção, viabilizando negócios e proporcionando renda.

Na organização municipal, existem as secretarias de agricultura, abastecimento e pecuária, que oferecem programas de apoio ao agricultor e ao desenvolvimento da agricultura familiar, com serviços especializados, de assistência veterinária e agrônômica, como análises químicas e físicas de solo, distribuição de calcário e inseminação artificial. O apoio dessas secretarias não é contínuo, dependendo do interesse e da demanda dos agricultores para a solução de problemas específicos. Isso é determinado pela heterogeneidade da agricultura familiar, em função das características políticas, culturais e naturais no interior de cada território, dificultando a elaboração de um projeto único e uniforme de desenvolvimento (SANTOS, 2008, p. 77).

Entre os agricultores entrevistados (GRÁFICO 13), há produtores que contam com assistência técnica contínua na propriedade, seja esta pública, privada ou própria, numa proporção de 35% do total. Outros 40% possuem assistência técnica apenas para o período de produção, modelo que vem se expandindo entre os produtores e que possui ligação com a comercialização dos produtos pelas agroindústrias.



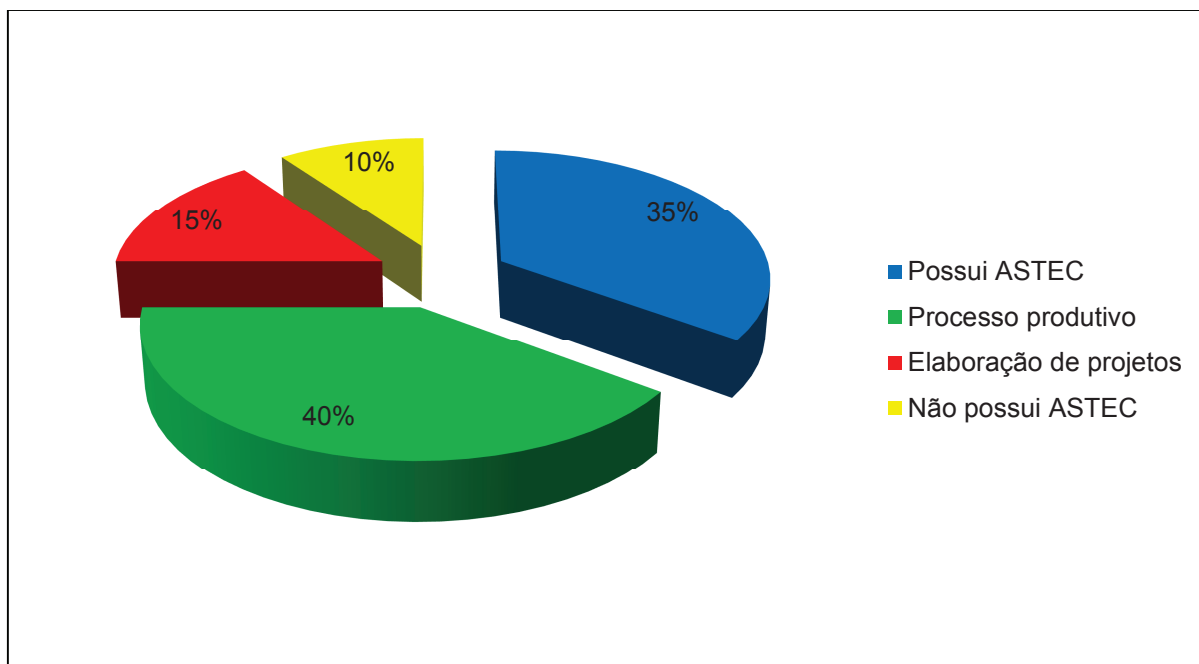


GRÁFICO 13 - TIPO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA UTILIZADA PELOS ENTREVISTADOS  
 FONTE: Pesquisa de campo

Nesse caso, a orientação é proveniente dos estabelecimentos que comercializam os insumos que seriam as cooperativas e agropecuárias da região (VER QUADRO 1), limitando-se a dar assistência a agricultores que produzem *commodities*. A assistência é gratuita e, segundo os agricultores, quando compram insumos, as empresas acompanham o processo desde o plantio, passando pela florada, dessecagem, até a colheita, vinculado ao compromisso de venda da produção, que precisa estar dentro dos padrões de qualidade exigidos pelo mercado.

O restante dos agricultores (10%) não possui serviço de assistência técnica ou conta com assistência apenas para elaboração de projetos (15%). Nesse caso, para poder obter recursos do PRONAF de crédito de custeio ou investimento, é necessário apresentar projeto simplificado assinado por profissional credenciado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Isso não significa que esses agricultores possuem acompanhamento para a realização do empreendimento na propriedade, sendo que a maioria somente paga pela confecção do projeto e mantém-se na atividade sem orientação técnica.

Percebeu-se que, na atividade leiteira, existe uma resistência à melhoria tecnológica e poucos produtores utilizam esse serviço de forma contínua. De acordo com o IPARDES (2009), essa heterogeneidade da atividade leiteira é comum entre os produtores do Paraná, o que parece replicar no território de Cantuquiriguaçu,

onde o mercado é atendido tanto por produtores com maiores volumes de leite quanto um grande contingente de pequenos produtores que se caracterizam por possuir rebanhos reduzidos, sem melhoramento genético e baixo nível tecnológico. Nesse contexto, há necessidade de implementação de políticas públicas, programas de capacitação e de assistência técnica para ajudar a promover inovações junto aos agricultores familiares.

Percebe-se no território que o processo histórico e de ocupação muito influenciou nas condições socioeconômicas, na estrutura fundiária e na escolha das atividades desenvolvidas nas áreas rurais. Nos últimos anos, a região passou por um processo de evolução em termos de desenvolvimento, melhorando seu desempenho em vários setores, mas ainda se encontra abaixo dos níveis estaduais. Ressalta-se a importância da agricultura familiar nessas melhorias, haja vista que a maior parte dos habitantes das áreas rurais são agricultores familiares e os municípios dependem das receitas desse segmento, que é responsável por grande parte das receitas do território e que garante a sobrevivência dessa população no campo.

## 5 IMPACTOS DO PRONAF NO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU

Este capítulo mostra a dinâmica de operacionalização do PRONAF no território do Cantuquiriguaçu desde sua implementação em 1995 até 2012, delineando a estrutura das interações e engajamento da rede de atores do PRONAF e como esta se relaciona e influencia as transformações no território. Procura-se, com isso, identificar os impactos do PRONAF no desenvolvimento rural e nas transformações produtivas que ocorreram no território, na produção de alimentos e redes locais e também apresentar os aspectos que vêm sendo priorizados pela política e sua contribuição para reforçar o modelo de produção vigente.

### 5.1 ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONAF

A implementação de políticas públicas abrange diferentes níveis governamentais, órgãos administrativos e atores com interesses diretos e indiretos, estabelecendo o que é chamado de rede de política pública. A estrutura dessas interações tem relação com a eficácia das políticas e sua eficiência. Cada ação de política pública gera sua organização própria de interessados e participantes que passam a se relacionar entre si por dependências financeiras ou administrativas, distinguíveis entre si por cortes de atuação pública ou privada (SUBIRATS, 1989).

A participação dos atores em determinada rede justifica-se por seus interesses, variando também de acordo com a função econômica ou serviço desempenhado, com seu território, com a relação com outros atores do grupo ou ainda com o tipo de assessoramento exercido. Dessa forma, as redes envolvidas em políticas públicas são oriundas da construção de relações sociais entre os atores, promovendo a transformação desses espaços e dando sentido e coerência às suas ações.

Para Bourdieu (2005), esse espaço de atuação dos diversos envolvidos “é um campo de ação socialmente construído onde se afrontam atores dotados de recursos diferentes” (p. 24). De acordo com o autor, os estudos sobre o

desenvolvimento não devem restringir-se a um único campo teórico uma vez que abordagens recentes sugerem a interação entre economia, história, sociologia e outras ciências humanas e sociais na perspectiva do território como construção social, apoiada na cooperação e reciprocidade, ainda que de natureza conflituosa. Muitas dessas perspectivas partem do princípio de que a construção de um território requer a existência de “capital social”<sup>17</sup> elevado que possibilite um ambiente favorável ao engajamento, visando o desenvolvimento (ORTEGA, 2013).

Os atores que operacionalizam o PRONAF estão de modo geral ligados à agricultura familiar no território do Cantuquiriguaçu, entre os quais estão os agentes financeiros, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as Prefeituras Municipais, as entidades de Assistência Técnica e extensão rural e as organizações da sociedade civil (conselhos, associações). Essas organizações possuem grande importância para a agricultura familiar e para a expansão do PRONAF e a forma como elas se articulam e desempenham seus papéis influencia diretamente os resultados e direcionamento dessa política na região.

Para que os créditos do PRONAF não se voltem às classes médias do interior, mas realmente a quem deles precisa, as organizações locais têm função de atestar a condição de agricultor familiar de cada pretendente ao crédito. Os bancos são responsáveis pelo repasse dos recursos e respondem pelo crédito que atribuem, assumindo o risco das operações, o que explica que, mesmo tratando-se de bancos estatais, essas organizações tendem a preferir aqueles agricultores com quem trabalham habitualmente. A pressão dos próprios movimentos sociais sobre essas instituições e a melhor definição do público a ser atingido pelo PRONAF tem permitido, porém, ampliar consideravelmente a clientela em direção a famílias mais pobres das regiões (ABRAMOVAY, 2002).

Quando questionado a respeito do papel dos agentes financeiros no território do Cantuquiriguaçu e junto ao PRONAF, o representante de um banco público presente na região afirmou que:

---

<sup>17</sup> Capital Social é o conjunto de recursos atuais e potenciais que estão associados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo cujo conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2010, p. 67).

é importante impulsionar a economia do país e regiões, agindo com sustentabilidade e que, como instituição pública, impulsiona atração de investimento e desenvolvimento maiores e sustentáveis para o país. Sobre a chegada do PRONAF e sua importância para o território, esta vem corrigir e diferenciar o grande e o pequeno produtor, com foco na produção de alimentos e na manutenção da família no campo, fortalecimento do setor rural para sucessão no campo, evitando a venda das propriedades para grandes empreendimentos.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais possui papel fundamental na operacionalização do PRONAF no Cantuquiriguaçu, atuando na mobilização dos agricultores, incentivando o engajamento político e a participação nas organizações da sociedade civil, emitindo a DAP e ainda divulgando o programa e negociando junto a outros atores e instâncias municipais, estaduais e federais. De acordo com Schroeder (2006), a análise das ações das organizações sociais deve atentar para as dificuldades e a precariedade existentes na mediação das políticas de fortalecimento da agricultura familiar. É preciso também observar o conjunto de habilidades sociais formadas no contexto político e histórico em que se dão suas ações e as correlações de forças entre diferentes grupos sociais no território.

A dificuldade de inserção em redes constituídas por uma diversidade maior de nós e vínculos institucionais do que as formas de cooperação estabelecidas no espaço local é um limitante considerável à atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais — quando se trata da mediação das políticas públicas significa, entre outras consequências, arcar com parte significativa dos custos e das etapas do aprendizado organizacional, o que inclui acesso a informações, apoio técnico e operacional, articulações políticas, capacidade de proposição, amplitude das oportunidades de desenvolvimento (p. 24-25).

Sobre o vínculo dos agricultores com o sindicato rural e as entidades de classe, de um modo geral no contexto do território, ainda há pouca adesão associativa. No gráfico 14, verifica-se que mais da metade não é associado a nenhum tipo de organização civil ou entidade de classe, 24% possuem vínculo somente com entidades de classe, 14% participam de cooperativas e 6% possuem vínculo com cooperativas e entidades de classe. Para os entrevistados, o papel do sindicato dos trabalhadores rurais é orientar os agricultores familiares para políticas públicas, para a busca por melhorias e direitos da classe e proporcionar serviços de assistência técnica para elaboração de projetos de financiamentos pelo PRONAF.

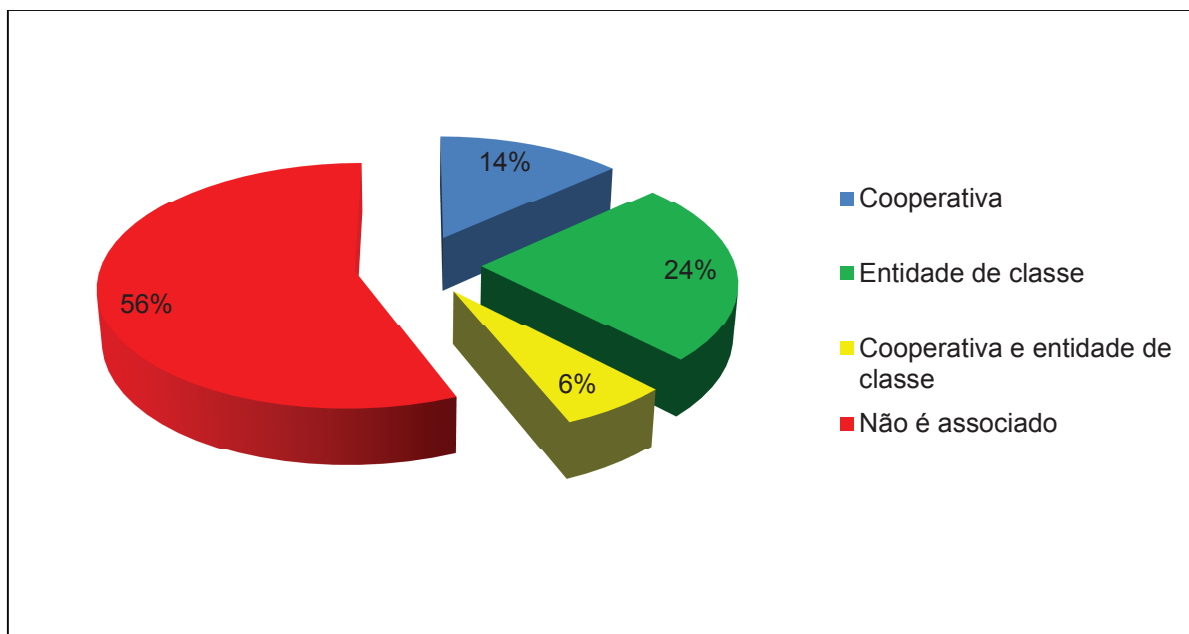


GRÁFICO 14 - ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL DOS AGRICULTORES DO TERRITÓRIO DO CANTUQUIRIGUAÇU

FONTE: IBGE (dados referem-se aos 25.463 estabelecimentos existentes no território no ano de 2006).

De acordo com o IPARDES (2001), os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR's) são formados estritamente como contrapartida à exigência legal para a obtenção de recursos públicos por parte dos municípios e não possuem uma dinâmica local significativa. Um dos mais claros indícios desse fenômeno é que, no Paraná, em que pese a importância da agricultura familiar, cerca de 75% dos conselhos foram criados após o decreto de 1997 que regulamentou o PRONAF infraestrutura e serviços.

Os planos de trabalho elaborados pelos conselhos em sua grande maioria são mais parecidos com uma lista de compras do que com um projeto de desenvolvimento. Diante das imensas carências dos municípios, os planos procuram obter do governo federal o necessário para supri-las. A padronização dos projetos e sua ênfase às ações econômicas, na maioria das vezes estritamente agrícola, revelam a precária participação pública em sua elaboração. Além disso, o corpo técnico que assessora na formulação dos planos e a base social dos conselhos não são orientados pelo processo de desenvolvimento, mas tão somente pelas necessidades da agricultura e dos agricultores (ABRAMOVAY, 2001).

Existe, no território, o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Cantuquiriguaçu (CONDETEC), que possui como objetivo principal promover o desenvolvimento integrado da região via CMDR's. De acordo com o presidente da

entidade, a agricultura familiar é o principal alvo de trabalho do CONDETEC, visto sua importância para o território. Sobre o envolvimento com o PRONAF, foi elaborado em 2009 pela entidade o Plano safra territorial, buscando descobrir os principais problemas de acesso e aplicação do crédito rural do PRONAF na região. Esse trabalho foi realizado em conjunto com os CMDR's que acompanharam os resultados em nível municipal.

Outras entidades de classe presentes no território são as associações de moradores das comunidades rurais, que oferecem benefícios por meio do âmbito associativista, como compras de implementos ou melhorias para a comunidade. No nível territorial, existe a Associação de Municípios do Cantuquiriguaçu, denominada Cantu, fundada em 1984 pelos prefeitos da região que, em parceria, buscam conseguir maior representatividade política na luta por recursos perante as esferas estadual e federal e cujo propósito principal é promover a integração e aperfeiçoar projetos que melhorem as condições socioeconômicas regionais<sup>18</sup>. Mas, ainda é muito incipiente o reconhecimento e o envolvimento da população nessas instâncias, embora essas organizações ambicionem incutir o sentimento de pertencimento ao território e da construção de políticas de cunho territorial, que promovam o desenvolvimento integral dos municípios e território.

Quanto à participação dos órgãos governamentais na operacionalização do PRONAF, muitas prefeituras do território possuem secretarias de agricultura, pecuária e abastecimento que prestam serviços aos agricultores voltados à infraestrutura, orientação técnica, testes sanitários e acompanhamento em programas de apoio à agricultura familiar. Muitas vezes, as secretarias oferecem serviços de assistência técnica e veterinária gratuita, mas seu alcance ainda é muito limitado, devido ao número de profissionais disponíveis para atender a toda a população. Depoimento de um secretário da agricultura do território enfatiza o papel da secretaria na elaboração de projetos por meio dos quais os agricultores podem ter acesso a tecnologias modernizando suas propriedades:

[...] a perspectiva é que a agricultura familiar vai continuar, posso estar sendo otimista, mas o consumo de alimentos sempre vai existir e a produção agropecuária está se tornando atrativa, com essas perspectivas e desenvolvimento tecnológico, terá mais conforto e vai querer continuar no campo. Você consegue renda, fazer investimento e vive tranquilo, há vários

---

<sup>18</sup> Para mais informações sobre o histórico e projetos desenvolvidos pela Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu, ver: CORADELI, R. T. As associações de municípios como estratégias para o desenvolvimento: Considerações sobre a Cantuquiriguaçu/PR, 2011 Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.

produtores vivendo bem. Quanto ao PRONAF, quem acessa tem contribuído para as necessidades, mas ainda é uma luta para que seja estendido o acesso, principalmente por causa do problema da regularização fundiária da região.

Percebe-se assim que o maior envolvimento dos atores locais ocorre no período de elaboração do projeto e épocas de safras, principalmente entre as instituições financeiras, o agricultor familiar e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que orienta a propriedade. De outro lado, cada um dos atores (banco, ATER, associações) tenta cumprir exclusivamente seu papel específico sem constituir um movimento que estimule a rede a trabalhar de forma integrada, moldando as políticas públicas de acordo com os desafios que emergem no processo de desenvolvimento rural do território.

## 5.2 IMPORTÂNCIA DO PRONAF PARA AS TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVAS

O PRONAF apresentou importantes avanços desde sua criação em 1995, entre os quais o aumento considerável dos recursos aplicados, melhoria nas condições de financiamento, ampliação do grupo de beneficiários e o espectro de culturas financiadas. De acordo com Feijó (2013), essa expansão do programa já era esperada, uma vez que “o acúmulo de experiência com o tempo e a anuência da sociedade, quando ocorre, leva ao engajamento de mais e mais pessoas e organizações”.

No entanto, percebe-se que, embora os valores aplicados tenham aumentado consideravelmente ao longo de quase duas décadas, os impactos mais consistentes da política são percebidos na esfera produtiva, especialmente na produção agrícola, reforçando a ideia de que o programa continua sendo influenciado por um viés baseado no aumento da produção agrícola. O modelo de produção agropecuária financiado pelo PRONAF está fortemente centrado na utilização dos chamados “insumos modernos”, os quais elevam sequencialmente a dependência econômica e social dos agricultores de um padrão produtivo, cuja sustentabilidade tem mostrado sinais de esgotamento (MATTEI *et al*, 2007).



Em nível nacional, a ampliação dos financiamentos do PRONAF conseguiu expandir as linhas de crédito para investimento, que estavam em desvantagem nos anos iniciais, quando as operações ficaram muito concentradas em custeio<sup>19</sup>. Contudo, o tamanho médio dos contratos não decaiu e nem ao menos se manteve com sua expansão (FEIJÓ, 2013). No território, observou-se uma crescente evolução dos valores liberados para crédito de custeio e investimento (TABELA 8), com uma superioridade dos créditos de custeio.

Sobre a modalidade de custeio (GRÁFICOS 15 e 16), a contratação na região evoluiu constantemente no território, iniciando com 255 contratos em 1995 (valor médio R\$ 3.175,70) e chegando, no ano de 2004, a 10.847 contratos com valor médio de R\$ 3.500,13. No entanto, após esse período, ocorre queda no número de contratos para 6.451 no ano de 2012, com valor médio de R\$11.058,65. Esse aumento expressivo do valor médio e a diminuição do número de contratos sinaliza a concentração de recursos em determinadas atividades (no caso as *commodities*) e em um grupo de agricultores, já que menos agricultores têm financiado e o valor dos créditos liberados aumentou significativamente.

Para os agricultores entrevistados, a utilização dos recursos de custeio é importante para a atividade produtiva, facilitando a aquisição de insumos, sementes e defensivos para a lavoura, uma vez que, com o pagamento a vista, consegue-se melhor preço e poder de barganha junto às agropecuárias e cooperativas locais. Outra vantagem citada é o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)<sup>20</sup>, que, em tempos de adversidade climática, ajudou na continuidade na atividade rural, pois muitas pessoas foram embora das comunidades em anos de safras ruins, tendo de vender bens para cobrir prejuízos e manter-se na atividade. Foi citado também o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar

<sup>19</sup> Recursos para o financiamento das despesas realizadas em cada plantio, cada safra ou ciclo de produção, incluindo-se as despesas com as atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção própria da agricultura familiar ou de terceiros.

<sup>20</sup> O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O PROAGRO foi criado pela Lei 5.969/1973 e é regido pela Lei Agrícola 8.171/1991, ambas regulamentadas pelo Decreto 175/1991. Suas normas são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e codificadas no Manual de Crédito Rural (MCR-16), que é divulgado pelo Banco Central do Brasil. Em 2004, foi criado o "Proagro Mais", seguro público destinado a atender os pequenos produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nas operações de custeio agrícola, que passou a cobrir também as parcelas de custeio rural e investimento, financiadas ou de recursos próprios, na forma estabelecida pelo CMN, conforme estabelecido pela Lei nº 12.058/2009 (MAPA, 2014).

(PGPAF)<sup>21</sup>, de grande importância, principalmente no caso do milho, utilizado na rotação de cultura e alimentação dos animais e que tem sofrido nos últimos anos constantes queda de preço na região.

TABELA 8 - CRÉDITOS RURAIS DE PRONAF EM REAIS E EM NÚMERO DE CONTRATOS – CUSTEIO E INVESTIMENTO NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – DE 1995 A 2012

Ano	Contratos	Evolução % 1995	Custeio (R\$)	Evolução % 1995	Contratos	Evolução % 1997	Investimento (R\$)	Evolução % 1997
1995	255	100,00	809.803,73	100				
1996	2.292	898,82	7.556.019,03	933,07				
1997	2.805	1100,00	7.420.185,50	916,29	260	100,00	1.840.688,51	100,00
1998	6.306	2472,94	11.404.018,88	1408,24	17	6,54	106.186,65	5,77
1999	9.498	3724,71	18.086.789,75	2233,48	1.267	487,31	11.720.777,30	636,76
2000	9.454	3707,45	19.799.993,39	2445,04	888	341,54	8.133.336,87	441,86
2001	9.605	3766,67	22.659.436,07	2798,14	788	303,08	11.159.390,28	606,26
2002	9.682	3796,86	20.624.934,85	2546,91	600	230,77	8.106.155,88	440,39
2003	9.591	3761,18	27.944.327,92	3450,75	1.251	481,15	8.787.258,74	477,39
2004	10.847	4253,73	37.965.912,02	4688,29	2.379	915,00	12.193.021,42	662,42
2005	9.184	3601,57	37.798.839,50	4667,65	1.721	661,92	12.484.883,55	678,27
2006	8.829	3462,35	37.475.280,81	4627,70	3.043	1170,38	15.504.346,51	842,31
2007	8.476	3323,92	43.179.458,26	5332,09	2.078	799,23	12.436.984,25	675,67
2008	7.340	2878,43	55.959.125,57	6910,21	2.103	808,85	21.212.830,43	1.152,44
2009	6.124	2401,57	46.856.516,01	5786,16	1.904	732,31	33.457.502,12	1.817,66
2010	5.719	2242,75	45.951.040,10	5674,34	3.658	1406,92	35.407.010,74	1.923,57
2011	5.851	2294,51	54.818.504,72	6769,36	2.938	1130,00	37.015.817,12	2.010,98
2012	6.451	2529,80	71.339.345,67	8809,46	3.661	1408,08	52.668.240,17	2.861,33
Total	128.309		567.649.531,78		28.556		282.234.430,54	

FONTE: BACEN, 2014.

O PRONAF tem financiado um processo de mudança da base técnico produtiva da agricultura familiar que tem priorizado o padrão de desenvolvimento econômico baseado nas noções de produtividade e rentabilidade crescentes. Isso tem sido uma contradição para o programa, pois, ao mesmo tempo em que se propõe a ser uma política de desenvolvimento rural com ênfase na diversificação das atividades produtivas rurais, em grande medida, o programa é uma política de desenvolvimento agrícola que continua a financiar a incorporação de tecnologias

<sup>21</sup> O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) garante aos agricultores familiares com financiamento no âmbito do Pronaf a indexação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo de produção e nunca inferior ao estabelecido na PGPM, assegurando a remuneração dos custos de produção aos agricultores. O preço de garantia tem por base o custo variável que inclui remuneração de mão-de-obra familiar, da gestão da unidade de produção e dos custos dos insumos e serviços utilizados, com incremento ou redução de até 10% sobre o valor levantado a campo. (MDA, 2014).

modernas e a incentivar as atividades produtivas e econômicas tradicionais (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2013).

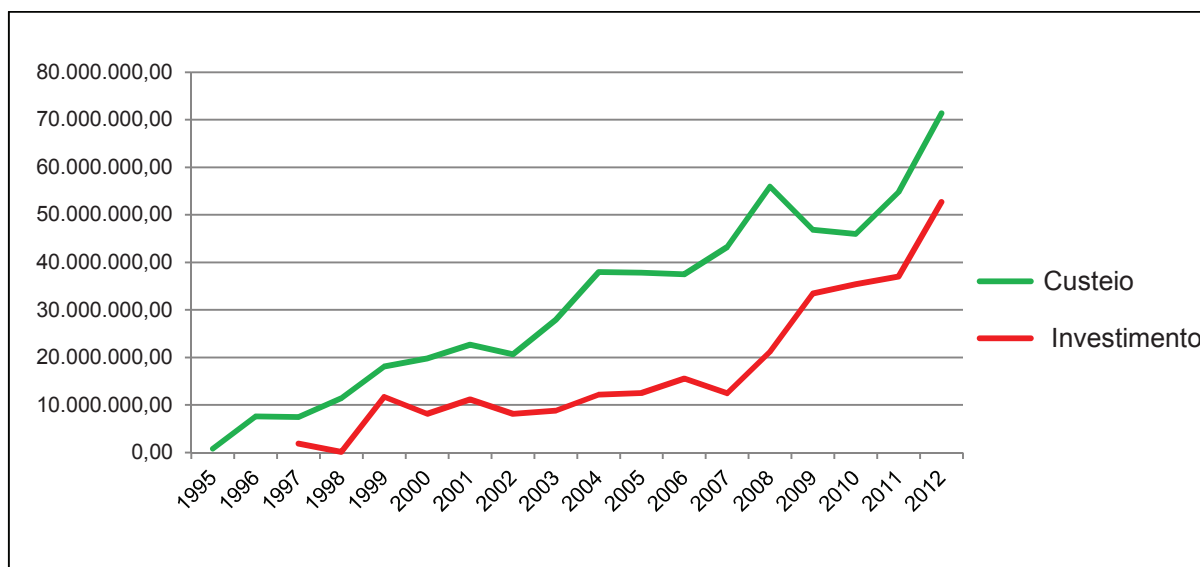


GRÁFICO 15 - CRÉDITOS RURAIS DE PRONAF – CUSTEIO E INVESTIMENTO CONCEDIDOS AOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – DE 1995 A 2012  
FONTE: BACEN, 2014.

Traços dessa ampliação tecnológica podem ser visualizados no cenário do Cantuquiriguaçu, onde os números de financiamentos para investimento, utilizados para a aquisição de estruturas para implantação, ampliação ou modernização das propriedades e da estrutura de produção, cresceram tanto em número de contratos quanto em recursos liberados (GRÁFICO 15 e 16). Em 1997, ocorreram 260 contratos com 1,8 milhões de reais liberados (valor médio R\$ 7.079,57) e, em 2012, 3.661 contratos, sendo liberados R\$52,6 milhões (valor médio R\$ 14.386,30). Parte desse crescimento se deve à criação da Linha Mais Alimentos<sup>22</sup> em 2008, quando houve melhorias nas condições de pagamento e diminuição dos juros cobrados nos financiamentos.

<sup>22</sup> Lançado em 2008, o Mais Alimentos busca incrementar a produção e a produtividade, através da redução dos custos de produção, elevando a renda da agricultura familiar - através de linha de crédito direcionada à modernização da infraestrutura das unidades produtivas e da realização de parceria com a indústria nacional para ofertar produtos a preços mais acessíveis. Atualmente o PRONAF Mais Alimentos destina recursos para investimentos em infraestrutura da propriedade rural, o limite de crédito é de R\$ 150 mil por ano agrícola, limitado a R\$ 300 mil no total, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e juro de 2% ao ano. Para financiamento de estruturas de armazenagem, o prazo pode chegar a 15 anos, com até três anos de carência. Para projetos coletivos, o limite é de R\$ 750 mil. Os financiamentos destinados às atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura podem chegar a R\$ 300 mil. E, para operações de até R\$ 10 mil, o juro é de 1% ao ano (BRASIL, MDA, 2014).

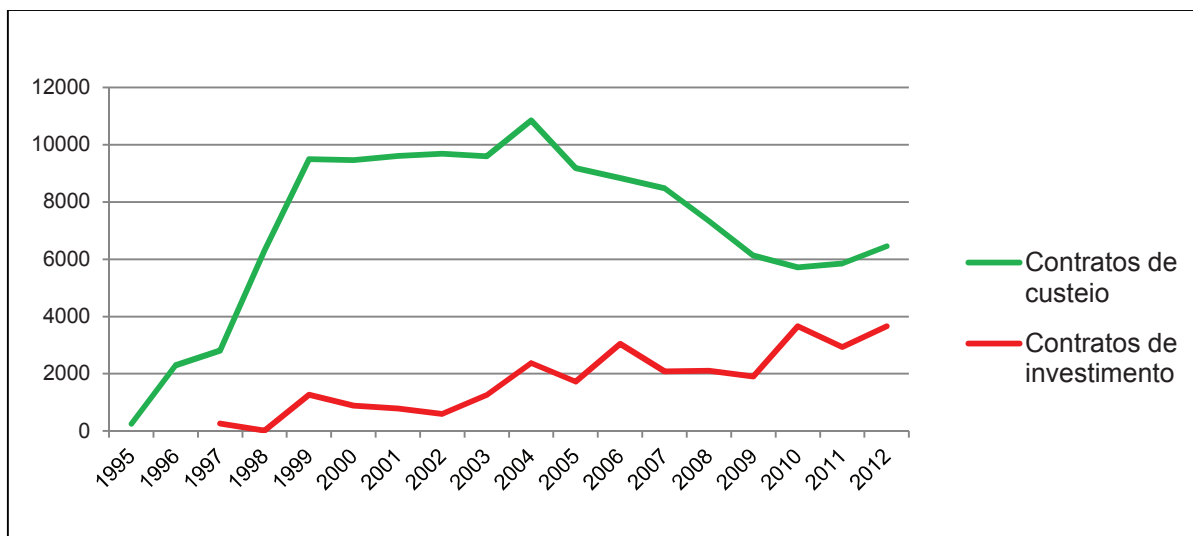


GRÁFICO 16 - NÚMERO DE CONTRATOS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO CONCEDIDOS AOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ - DE 1995 A 2012  
 FONTE: BACEN, 2014.

Quanto ao tipo de atividade produtiva apoiada e à concentração de recursos nas atividades financiadas pelo programa, de acordo com Leite (2001), há uma visível concentração dos recursos do PRONAF no financiamento à produção de *commodities*, principalmente de milho e soja, cenário também observado no Cantuquiriguaçu, onde dados de financiamento de custeio de 1995 até 2008 mostram o milho como o principal produto financiado. A partir de 2008, o financiamento de custeio para soja cresce e torna-se o principal produto beneficiado com os recursos do programa, embora, no total financiado de 1995 a 2012 (GRÁFICO 17), o milho ainda figure como a cultura que recebeu maior volume de recursos na região, cerca de 54,2% do total, enquanto a soja ficou com 30,7%.

Embora a bovinocultura de leite tenha evoluído consideravelmente entre os agricultores da região, pelos dados encontrados na produção do território (GRÁFICO 6), no que se refere a financiamentos pelo PRONAF, os valores são pouco representativos para essa atividade, com apenas 3,5% dos recursos. O financiamento destinado à produção de alimentos<sup>23</sup> no território pelo PRONAF tem sido pequeno, com aproximadamente 8% do total dos recursos no período de 1995 a 2012.

<sup>23</sup> Nesse caso, estão incluídas frutas e hortaliças, trigo, outros, feijão, bovinos de carne e leite, excluídas as *commodities*.

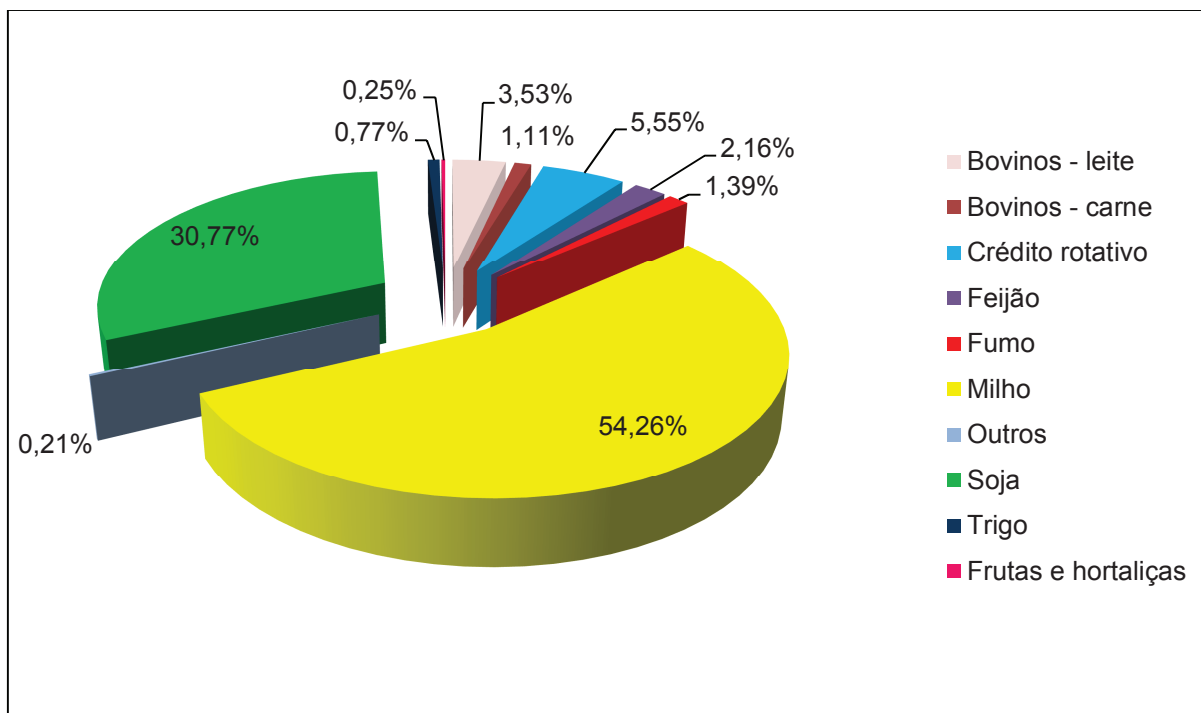


GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO CRÉDITO PARA CUSTEIO POR PRODUTOS (soma dos valores de 1995 a 2012) – CANTUQUIRIGUAÇU – PR  
 FONTE: BACEN, 2014.

O fomento à produção de grãos e commodities agrícolas, com destaque aos cultivos do milho e da soja, mostra que o PRONAF tem fortalecido a inserção produtiva da agricultura familiar, pois, nas propriedades familiares, percebe-se maior especialização produtiva das unidades e processos crescentes de mercantilização e uso mais intensivo de insumos e tecnologias externas. Essa dinâmica tem se destacado entre os agricultores que acessam o programa (SCHNEIDER e GAZOLLA, 2013).

Atualmente, no território, tem predominado o apoio ao financiamento de *commodities* (GRÁFICO 18), visivelmente o milho e a soja, por proporcionarem maior retorno que os demais produtos. Todavia, algumas alterações ocorreram nas atividades financiadas uma vez que o microcrédito teve participação considerável no início do programa. Menção deve ser feita ao fato de o fumo<sup>24</sup> ter tido seu financiamento com recursos do programa proibido. Lentamente se percebe um ingresso de outros produtos, que se inicia em 2005/2006, quando atividades como a produção de leite, carne, feijão começam a avançar, embora timidamente. Já

<sup>24</sup> Resolução 3001 de 24 de julho de 2002, que prevê a vedação da concessão de créditos relacionados com a produção de fumo desenvolvida em regime de parceria ou integração com indústrias fumageiras ao amparo do Pronaf, ver mais em: [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2002/pdf/res\\_3001\\_v2\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2002/pdf/res_3001_v2_L.pdf)

produtos oriundos da fruticultura e da horticultura ainda não têm representatividade no território.

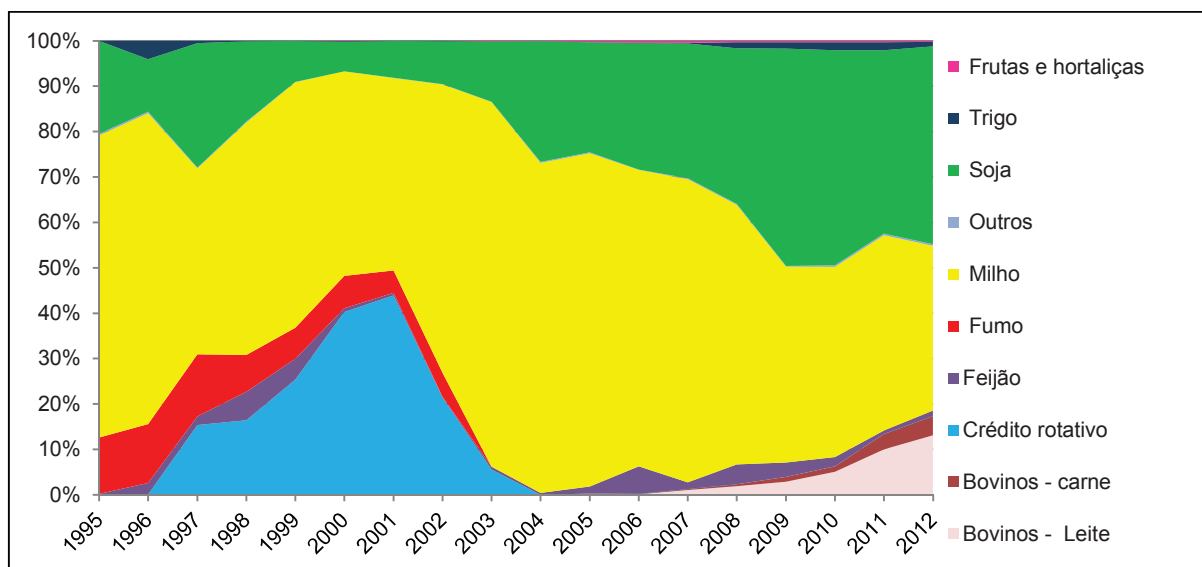


GRÁFICO 18 - CRÉDITOS RURAIS DE PRONAF - CUSTEIO POR PRODUTO NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU - PARANÁ – DE 1995 A 2012.  
FONTE: BACEN, 2014.

Entre as 20 famílias de agricultores entrevistados, a grande maioria conhece o PRONAF (GRÁFICO 19), apenas 25% das famílias nunca utilizou recursos do programa, 20% utilizaram somente para custeio, 15% apenas para investimento e 40% tiveram acesso a ambas as modalidades. Sobre a razão para a utilização dos recursos, grande parte se referiu aos juros baixos e longo prazo para pagamento do investimento, à possibilidade de iniciar novas atividades como a bovinocultura leiteira, com vacas de melhor genética e aumento da produção de leite e à modernização da propriedade e dos implementos utilizados.

Sobre as dificuldades para acesso, foi citada a regularização fundiária que ainda é um grande problema na região, por questões hereditárias de transmissão das propriedades e falta de título oficial do INCRA. Com isso, os recursos do PRONAF, principalmente de investimento, não podem ser acessados. As garantias e o processo de contratação com as agências bancárias também foram citados como empecilho, dada a burocracia do processo e também porque quem não possui imóvel ou bens para hipotecar ou dar em penhor deve recorrer a terceiros como avalistas, o que dificulta o crédito principalmente a agricultores que pretendem iniciar na atividade ou acessar pela primeira vez o programa.

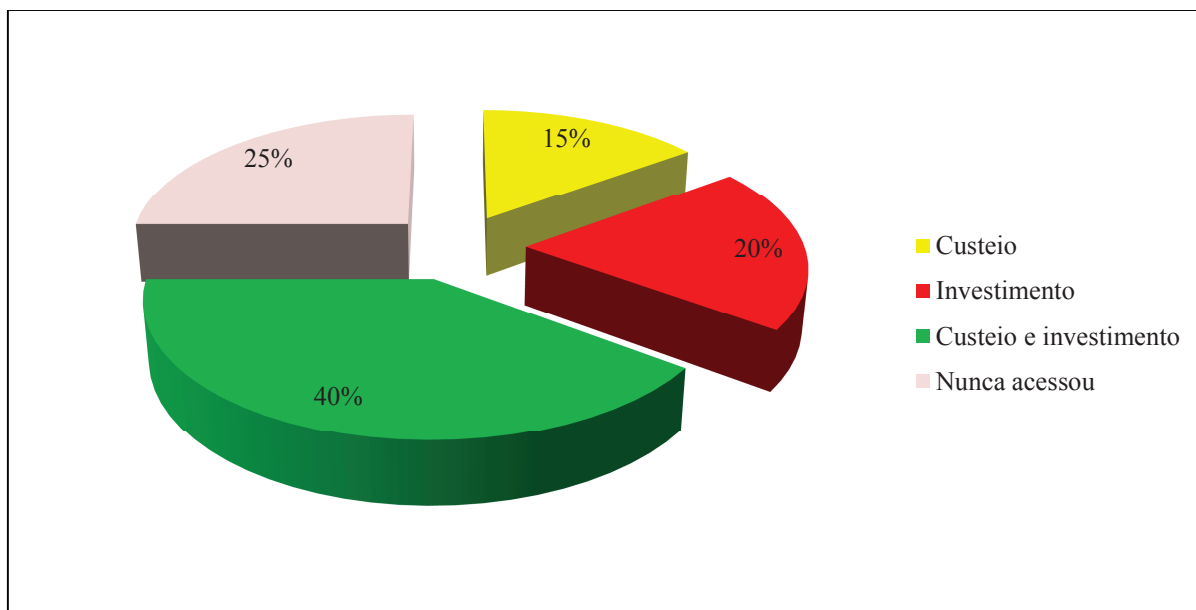


GRÁFICO 19 - TIPOS DE ACESSO AO PRONAF NO GRUPO DE AGRICULTORES ENTREVISTADOS  
 FONTE: Pesquisa de campo

Sobre as mudanças causadas pelo programa e pelo acesso ao crédito, a maioria dos entrevistados citou que foi possível ampliar as áreas de lavoura e mudar os métodos de plantio, modernizando a atividade:

os juros são baixos facilitando a compra de insumos, sementes e defensivos para lavoura, quando paga a vista consegue um bom desconto na cooperativa. A cooperativa lança um plano de safra com pacotes fechados para os cooperados, conforme o prazo é o preço e com o PRONAF dá pra pagar antes.

Também foi atribuído ao PRONAF o incentivo à atividade leiteira, já que possibilitou o financiamento dos animais e equipamentos necessários, dada a grande exigência de capital a ser investido. Uma das famílias que trabalha com o cultivo de uva disse que anteriormente o processo de produção do vinho era todo artesanal e que a compra de máquinas trouxe melhorias ao processo de produção. Outra família, que possui uma agroindústria de embutidos no município, financiada com recursos do PRONAF, mencionou o aumento de 100% da produção, havendo necessidade de contratar duas pessoas para trabalhar na fábrica. De acordo com o agricultor, “seria difícil ter construído sem o PRONAF e que, a partir de agora, poderiam viver bem com o que possuem”.

As principais mudanças ocorridas desde o início do PRONAF se deram na composição das atividades escolhidas pelas famílias. O feijão e o arroz deixaram de



ser produzidos nas propriedades e adquiridos no mercado na maioria das propriedades. O arroz, que deixou de ser produzido em praticamente todas as propriedades, de acordo com os agricultores, tinha baixa produtividade na região e elevado custo de mão de obra para o cultivo, já que grande parte do serviço era realizado manualmente, além de não haver mais moinhos nas cidades para processamento da produção. Muitos alimentos que eram cultivados nas propriedades passaram a ser comprados nos mercados locais, porque, segundo os agricultores, ocupar a área com soja e milho é mais rentável e demanda um contingente menor de mão de obra. Outra mudança importante em termos de atividade produtiva foi a inserção da bovinocultura leiteira na região, que deixou de ser produto de subsistência e passou a ser principal fonte de renda para muitos agricultores, em grande parte alavancada pelos recursos de investimento do PRONAF.

Sobre a atual configuração das atividades desenvolvidas por essas famílias (QUADRO 2), verifica-se que grande parte possui alguma atividade complementar na propriedade, entre as quais a horticultura, a criação de suínos, panificação, etc, complementando a renda, muito embora o cultivo de *commodities* esteja presente na maior parte das propriedades. Alguns ainda precisam recorrer a atividades que não estão ligadas à agricultura para sobrevivência, prestando serviços como diarista, pedreiro, funcionário público ou recebendo aposentadoria. A renda<sup>25</sup> das famílias entrevistadas varia bastante, de acordo com a atividade desenvolvida, o número de pessoas envolvidas nas atividades, o grau de tecnologia empregado e a área de terra disponível, cujo valor bruto é de R\$ 3 mil a R\$12 mil.

Percebe-se assim uma limitação das políticas públicas para modificar o cenário de mercantilização produtiva imposta pelo cultivo de *commodities* agrícolas. Há, portanto, uma situação estrutural na agricultura determinada por sua dependência às exigências impostas pelo processo de desenvolvimento capitalista no campo e pela prevalência dos mercados globais. Assim, as políticas públicas muitas vezes buscam alternativas a esse padrão convencional de desenvolvimento, como é o caso do PRONAF em sua formulação original. Porém, quando da sua operacionalização junto aos agricultores familiares, acaba sendo distorcida por

---

<sup>25</sup> Sobre a renda média aproximada das famílias, refere-se ao valor bruto de produção anual e foi baseado nas informações recebidas dos entrevistados, com base na quantidade obtida e preço de venda informado na data das entrevistas.



vários motivos. No fundo, tal política agrícola acaba estimulando atividades originalmente não contempladas entre seus objetivos, agravando impactos não esperados junto aos agricultores familiares (SCHNEIDER e GAZZOLA, 2013).

QUADRO 2 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS E RENDA MÉDIA ANUAL APROXIMADA

FAMÍLIA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE			
	PRINCIPAL	COMPLEMENTAR	NÚMERO DE PESSOAS	RENDA ANUAL APROXIMADA
1	Milho e soja	leite, horticultura e fruticultura	9	R\$ 177mil
2	horticultura e fruticultura	Milho	4	R\$ 24 mil
3	fruticultura	carneiros, suínos, cachaça, pães	3	R\$ 42 mil
4	milho	leite, suínos, pedreiro	5	R\$ 35 mil
5	leite	aposentadoria, arrendamento	1	R\$ 51 mil
6	milho e soja	queijo, frango e ovos	4	R\$ 50 mil
7	milho e soja	leite	2	R\$ 105 mil
8	milho e soja	leite	3	R\$ 82 mil
9	agroindústria	milho, leite	4	R\$ 171 mil
10	leite	milho e feijão	2	R\$ 25 mil
11	leite	milho	2	R\$ 80 mil
12	tabaco	horticultura	3	R\$ 26 mil
13	milho	feijão, suínos e motorista	2	R\$ 21 mil
14	Leite	bovinos, suínos, bolsa família e diarista	4	R\$ 30 mil
15	milho e soja	leite, pedreiro e agente de saúde	3	R\$ 64 mil
16	Leite	suínos	3	R\$ 41 mil
17	milho e soja	leite e feijão	3	R\$ 25 mil
18	milho e soja	leite	4	R\$ 30 mil
19	leite	aposentadoria	2	R\$ 25 mil
20	milho e soja	bovinocultura	2	R\$ 150 mil

FONTE: Pesquisa de campo

O PRONAF vem se consolidando enquanto política pública importante para um processo de desenvolvimento rural e territorial, dada sua abrangência no país e sua diversidade de linhas de crédito e que viabilizam diversas atividades produtivas. O programa possui capacidade de envolver um grande número de agricultores e atinge uma rede que faz parte desse processo de operacionalização, movimentando economias locais e fomentando o desenvolvimento territorial. De acordo com Silva (2009), a política permite aos agricultores familiares ter acesso tanto a novos insumos para a produção como ao beneficiamento primário e agregação de valor de seus produtos, gerando assim maior demanda e oferta para produtos

industrializados ou semi-industrializados e também fomentando as atividades comerciais nas economias municipais.

No entanto, embora o PRONAF conte com uma gama de linhas de crédito e possa apoiar diversas atividades produtivas, no Cantuquiriguaçu, percebe-se que, desde sua implementação, ocorreu uma centralização do crédito nas culturas de milho e soja e, em menor grau, na bovinocultura de leite. Nas entrevistas realizadas, foram encontrados produtores que trabalhavam com horticultura e fruticultura nas propriedades, como atividade complementar, mas não utilizavam recursos do programa para financiamento. Há certa tradição em utilizar o crédito apenas para atividades mais representativas em termos de valor. Segundo os agricultores, para o cultivo de hortaliças, por exemplo, em que a quantidade plantada e o ciclo de cultivo são menores, não compensa o trabalho de fazer um projeto, deslocarem-se várias vezes até a instituição financeira e ATER, porque o processo de empréstimo é padronizado, independente do valor e da atividade. De acordo com um agricultor, “a burocracia do processo de elaboração até a liberação do crédito faz com que as pessoas desistam do financiamento e até mesmo da atividade”.

Quando se trata de políticas públicas para agricultura, a potencialização de algumas ações territoriais podem trazer melhores resultados para aplicação do crédito, mas estas dependem do grau de integração e comunicação dos envolvidos, bem como de um trabalho contínuo de gestão dessa rede. Essa integração e organização ainda são muito incipientes no Cantuquiriguaçu, em grande parte pela falta de identificação dos agricultores com o território num sentido que vá além de um mero espaço geográfico. Durante as entrevistas, foi perguntado aos agricultores sobre o significado do território, ao que a grande maioria respondeu não saber de que se tratava, tendo alguns apenas ouvido referências no rádio ou em reuniões: “A gente sabe que tem o território, porque a gente vai na reunião da associação e sempre alguém fala, sempre vinha gente e falava, mas era mais política”. De qualquer forma, nas instituições existe um maior conhecimento sobre o tema, como demonstrado pelo representante do CONDETEC ao falar das ações para que o território seja reconhecido pelos habitantes da região:

O conselho congrega representantes das secretarias municipais de agricultura e órgãos oficiais de ATER que atendem os agricultores de seus municípios, também órgãos de representação da categoria (Sindicatos) que promovem assessoria aos agricultores de seus municípios. Por meio

destes, o Conselho tem se esforçado para inculcar na população o sentimento de pertencimento ao território e da construção de políticas de cunho territorial, que promovam o desenvolvimento integral dos municípios e território.

Uma maior organização dos agricultores pode potencializar os resultados positivos da política pública no território, à medida que fornece a esses atores as habilidades sociais necessárias. Essa organização dos sistemas locais deve ocorrer internamente, ou seja, entre os próprios agricultores familiares, por meio de sindicatos, cooperativas e associações e, externamente, com os agricultores criando redes sociais com outros agentes que atuam no âmbito da operacionalização do PRONAF, como os agentes financeiros, entidades de classe, conselhos, ATER, fortalecendo assim um arranjo organizacional mais favorável a eles próprios (SILVA, 2009).

A constituição desses sistemas locais tem influência das atividades econômicas desenvolvidas nessas regiões, alterando o cenário natural do território e moldando a configuração das redes que integram esses espaços, passando gradativamente pelas comunidades e pelos municípios e crescendo ao nível territorial, abarcando outros municípios. Esses sistemas territoriais sofrem intervenções do Estado, por meio das políticas públicas oferecidas e também dos sistemas de comercialização que integram os mercados dessas regiões, de acordo com Silva (2009, p. 495):

Os recursos financiados a partir das linhas de crédito do PRONAF aos agricultores são uma fonte importante de liquidez para as transações econômicas no sentido de proporcionarem uma maior dinâmica em seus mercados, tanto no meio agropecuário como também nos setores industriais e de serviços (Silva, 2009).

É preciso considerar que o desenvolvimento e os resultados das políticas públicas para o setor rural também são influenciados por outros fatores, além do valor dos créditos liberados. Para tanto, são fundamentais suporte institucional para a população do território, uma rede de operacionalização engajada na execução da política pública, infraestrutura de escoamento e de comercialização, assistência técnica para acompanhamento das diferentes atividades, compatibilidade das atividades com os recursos naturais existentes, etc.

Ainda são muitas as nuances a serem abordadas nos trabalhos sobre desenvolvimento rural tendo como base os agricultores familiares e os atores sociais dos territórios, para que se possa compreender como são enfrentadas as mudanças que têm ocorrido nesse meio e como essas redes sociais têm reagido a essas transformações ao longo do tempo. Há uma expectativa também sobre o futuro da agricultura familiar no meio rural, já que se prega sobre o esvaziamento do meio rural, sobre o envelhecimento da população e a migração para as áreas urbanas.

Nas entrevistas com as famílias do Cantuquiriguaçu, sobre seus objetivos como agricultores familiares e o que planejavam para o futuro da família e da propriedade, 15 das 20 famílias disseram que seu objetivo era a sobrevivência no campo e, como segunda opção, responderam que a melhoria de renda era importante também. Quanto ao que esperavam do futuro, uma família falou em abandonar o campo e ir para a cidade, outras duas em diminuir as plantações. Foram muitos os depoimentos, mas a maioria dos entrevistados fez planos para a propriedade, para a continuidade da atividade e para o futuro da família. Construir casas, comprar implementos, aumentar as plantações, mudar de atividade, pagar os empréstimos de PRONAF, aposentar-se e ter recursos para a velhice, pagar os estudos dos filhos, são muitas as expectativas sobre como será o futuro dessas regiões e a vida dos agricultores familiares:

[...] precisamos melhorar, ter mais vaca, mais porco, fazer mais queijo, plantar frutas, parreiral, queremos voltar às raízes e ter saúde, comer bem e queremos melhorar a tecnologia, fazer uma estrebaria, as crianças gostam muito daqui.

[...] pretendemos continuar com as atividades, os filhos planejam ficar e ajudar a família, um já estuda agronomia, a filha de 16 anos está começando um curso de auxiliar administrativo para auxiliar na agroindústria.

O PRONAF viabiliza o acesso às condições para o desenvolvimento das atividades por meio dos créditos de financiamento, tendo impacto sobre estas no sentido de promover a infraestrutura necessária para a compra de insumos, fertilizantes, acesso à tecnologia, o que replica também no espaço natural e na vida dos próprios agricultores da região e nas receitas obtidas pelo setor. É preciso considerar que o desenvolvimento e os resultados das políticas públicas para o setor rural também são influenciados por outros fatores, que não somente o valor dos

créditos liberados, mas toda a infraestrutura disponível no território, em termos de facilitadores para esse setor, uma rede de operacionalização da política pública engajada, infraestrutura de escoamento e comercialização, assistência técnica para acompanhamento das diferentes atividades e compatibilidade das atividades com os recursos naturais existentes.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território do Cantuquiriguaçu está situado em uma área considerada prioritária para o governo do estado do Paraná, onde as carências socioeconômicas são visíveis, demandando políticas públicas adequadas e um forte engajamento da sociedade civil. Nesse sentido, esta pesquisa sobre o território do Cantuquiriguaçu teve como objetivo analisar impactos que a política pública do PRONAF no desenvolvimento rural desta região num contexto em que as comunidades e sistemas agroalimentares locais são influenciadas e transformadas pela dinâmica de mercados cada vez mais globalizados. A trajetória das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, em grande medida moldada pela ação de diversos movimentos sociais, desembocou na criação do PRONAF, de ampla abrangência geográfica, múltiplas linhas de crédito e de apoio.

A análise do território do Cantuquiriguaçu revelou as características socioeconômicas predominantes neste espaço geográfico, onde se observaram melhorias em termos de desenvolvimento ao longo dos últimos anos, mas, mesmo todas as transformações socioeconômicas que ocorreram, não foram suficientes para igualar os índices aos números estaduais e nacionais. O problema da desigualdade de renda e da exclusão das populações rurais mais pobres nesta região é de natureza estrutural e está ligada à estrutura social e econômica que a produziu. Como no território predomina a agricultura familiar, destaca-se a importância da estrutura fundiária e produtiva, das condições de vida desses agricultores familiares da região e das condições mercantis para o desenvolvimento desta região.

A pesquisa de campo realizada nos municípios da região foi fundamental para compreender a visão dos agricultores e atores sociais envolvidos nessa estrutura socioeconômica e na implementação do PRONAF, mediando seus impactos em termos tecnológicos, ambientais e mercadológicos. Buscou-se compreender, por meio das falas dos agricultores, um pouco da história do território e das famílias e como se estabelece o processo produtivo e de comercialização nessas propriedades, bem como qual a importância e o papel do PRONAF para melhoria das condições de vida das famílias.

O processo histórico de ocupação da região pelas *obrages* através de cultivo de erva-mate desembocou na existência de latifúndios que detêm a maior parte dos recursos produtivos. Esse processo não eliminou as forças de resistência manifestadas através da luta pela terra por produtores organizados em torno dos assentamentos e através da permanência da população indígena e outras comunidades periféricas, como os quilombolas. A sobrevivência desses segmentos sociais em solos improdutivos e desprovidos de infraestrutura viária e assistência do poder público, dado o tardio processo de ocupação, se tornou uma marca proeminente da região. Como a maior parte dos habitantes das áreas rurais é constituída de agricultores familiares, os municípios dependem também das receitas desse segmento, que garante boa parte da circulação de valores do território e é responsável também pela sobrevivência dessa população do meio rural.

Quanto à trajetória do PRONAF no território, seus impactos são mais visíveis no impulso às atividades produtivas por meio dos recursos de financiamento. Na região, percebe-se um aumento expressivo do valor médio dos contratos de custeio, sinalizando a concentração de recursos em determinadas atividades e em um grupo de agricultores. A concentração dos recursos em *commodities* tem semelhança com as características do crédito rural brasileiro no período da modernização, cuja ênfase era dada à produtividade e à produção destinada à exportação. Entre as famílias entrevistadas e pelas informações dos dados de crédito do território, parte pouco significativa dos recursos do PRONAF é destinada a atividades vinculadas ao mercado local como a bovinocultura leiteira, horticultura, fruticultura e industrialização de produtos pela agroindústria familiar. Além disso, há grandes dificuldades no engajamento dos produtores em cadeia de comercialização, fraca sintonia com os mecanismos de preço e padronização de suas atividades, destoando assim da forte aderência às commodities globais como soja e milho.

A agricultura familiar tem se mantido ao longo do tempo, adaptando-se para a sobrevivência, acessando inovações, mudanças tecnológicas e buscando novos mercados. Nesse sentido, as políticas públicas para o setor são essenciais, mas é preciso considerar que o desenvolvimento e os resultados das políticas públicas para o segmento da agricultura familiar têm influência de outros fatores, que não somente os créditos de PRONAF. O segmento é dependente de toda a infraestrutura disponível no território em termos de facilitadores para o setor, da rede que operacionaliza a política pública engajada, da existência de uma infraestrutura

de escoamento e comercialização, de assistência técnica para acompanhamento e ainda de recursos naturais compatíveis com as atividades desenvolvidas.

Dessa forma, tendo por base as evidências aqui analisadas, a perspectiva da agricultura familiar deve ser situada para além da estrutura produtiva, envolvendo seus mecanismos de reprodução e o papel que desempenham os diversos atores nesses territórios e respectivos mercados. Portanto, a superação do *status quo* da agricultura familiar na região exige um engajamento dos atores envolvidos na execução de políticas públicas, a exemplo do PRONAF, orientados pela noção de desenvolvimento rural que combine eficiência produtiva, inclusão social e eliminação das desigualdades socioeconômicas.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992. 275 p.

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. IV, p. 379-397, 2000.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS - Editora, 2003. v. 1. 149 p.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, M., NEIMAN, G. y LATTUADA, M. (ed.). **Desarrollo rural** – Organizaciones, Instituciones y territorios. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006, p. 51-70.

ABRAMOVAY, R. O peso da intermediação bancária no Pronaf. **Gazeta Mercantil**. 2002. Disponível em: [http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/O\\_peso\\_da\\_intermediacao.pdf](http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/O_peso_da_intermediacao.pdf). Acesso em: 17 fev. 2015.

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n.43, p. 121-140, 2001.

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, M., NEIMAN, G. y LATTUADA, M. (ed.). **Desarrollo rural** – Organizaciones, Instituciones y territorios. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006, p. 51-70.

ANDRADE DA SILVA, E. R. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**: Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998. Texto para discussão n. 664. Brasília-DF. IPEA, 1999, 48 p.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013> >. Acesso em: 18 dez. 2014.

BACEN, BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário de crédito rural**, 2014.

BACEN, BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do crédito rural (MCR)**. Disponível em: <http://www3.bcb.gov.br/mcr/>. Acesso em: 5 fev. 2015.

BANCO MUNDIAL Washington, DC **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento**, 2008.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa-preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente (IE/UNICAMP). Campinas (SP), 2003.

BOURDIEU. P. **O campo econômico**. Política e Sociedade, Florianópolis, n. 6, p. 15-57, abr. 2005.

BOURDIEU. P. **Escritos de educação**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Relatório: **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil** - Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 8.171 de 17 de janeiro 1991. Dispõe sobre a política agrícola. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jan.1991.

BRASIL. Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de fev., 1993.

BRASIL, **Territórios da cidadania**. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

BRASIL. MDA. **Um novo Brasil rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário 2003/2010. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-mais/sobre-o-programa>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CAPRI; OLIVERO. **História econômica do Paraná**. Curitiba: Empresa E. Brasil, 1923.

CENSO AGROPECUÁRIO IBGE (2006). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

CASTRO, C. M.; RESENDE, G. M.; PIRES, M. J. S. **Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), 2014.

COCA, E. L. F.; FERNADES, B. M.. **Assentamentos rurais: territórios do Território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná**. In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói. Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009.

COELHO, C. N. (2001) 70 anos de política agrícola no Brasil (1931 a 2001), **Revista de Política Agrícola**, MAPA.

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Os Gritos da Terra**. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2014.

DATALUTA - **Banco de dados da luta pela terra**, 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta\\_brasil\\_2012.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2012.pdf).

DELGADO, N.G. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Brasília, II- CA-MDA-CONDRAF, 2009.

DERAL, Departamento de Economia Rural. Relatório de produção

FAJARDO, S. Aspectos da ocupação e formação da estrutura produtiva e das transformações da paisagem rural no território paranaense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 20, fev./2007, p. 89-101. Disponível em: <http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=247&layout=abstract&locale=em>. Acesso em: 5 dez. 2014..

FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional**. Anuário estatístico. Relatório, 2014.

FEIJÓ, Ricardo L. C. **A maioria do PRONAF: uma avaliação crítica do programa de apoio à agricultura familiar em seus 18 anos de vida.** Série Economia-FEA USP, 2013.

FLIGSTEIN, N. *The Architecture of Markets – An Economic Sociology of Twenty-First-Century Capitalist Societies.* Princeton University Press, 2001.

FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação.** Ano VI, nº 9, 1º sem/2001, p. 26-55.

FRIEDMANN, H. *What on Earth is the modern world system? Foodgetting and territory in the modern era and beyond,* Journal of World Systems Research, Special Issue, Volume XI, No. 2, Summer/Fall 2000.

FROELICH, J.M.; PIETRZACKA, R. **Dinâmica populacional rural: análise de gênero e faixa etária na Região Central do Rio Grande do Sul no período 1996-2000.** In: CONGRESSO DA SOBER, 42, 2004, Cuiabá. Anais. Cuiabá: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004. p.1-14.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico,** 1961.

GAZOLLA, M., E SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas:** Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAZOLLA, M.; Schneider, S. Qual Fortalecimento da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 51, p. 45-68, 2013.

GOODMAN, D; SORZ, B; WILKINSON, J. A apropriação industrial do processo de produção rural. In:\_\_\_\_\_. **Da lavoura às biotecnologias.** Disponível em: <http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=23>, 1990.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, p. 481-515, 2008.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

GUIMARÃES, M.D.A. **Desenvolvimento rural: Territórios e redes**. 2013. Tese (Doutorado em desenvolvimento, agricultura e sociedade) – Programa de Pós - Graduação de Ciências sociais em Desenvolvimento, agricultura e sociedade-CPDA, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HASSENTEUFEL, P. Do policy networks matter? Lifting descriptive analyse de l'État en interaction. In: LE GALÉS, P. e THATCHER, M. (orgs.), **Le Réseaux de politique publique. Deabaut author des policy networks**. Paris: Ed. L'Harmattan, 1995, p. 91-108.

IBASE. **Relatório PRONAF: resultados da etapa Paraná**. Rio de Janeiro: IBASE, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 jan. 2014.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Território Cantuquiriguaçu – Paraná: diagnóstico socioeconômico. Projeto de inclusão social e desenvolvimento rural sustentável - PR**. Curitiba: IPARDES, 2004.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Território Cantuquiriguaçu – Paraná: diagnóstico socioeconômico. Projeto de inclusão social e desenvolvimento rural sustentável - PR**. Curitiba: IPARDES, 2007.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caracterização socioeconômica da atividade leiteira no Paraná**. Sumário Executivo. Curitiba: IPARDES, 2009.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Território Cantuquiriguaçu – Paraná: diagnóstico socioeconômico. Projeto de inclusão social e desenvolvimento rural sustentável - PR**. Curitiba: IPARDES, 2007.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Identificação de gargalos tecnológicos da agricultura familiar: subsídios e diretrizes para uma política pública**. Levantamento das demandas tecnológicas e sugestões de diretrizes de políticas públicas. Relatório 1. Curitiba: IPARDES, 2005.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caracterização do desenvolvimento rural do Paraná, síntese dos principais resultados da pesquisa de campo**. Curitiba: IPARDES, 2005.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2003. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/fam\\_pobres.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webasis.docs/fam_pobres.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2012.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: Conceito e medida, 2004.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural**: Conceitos e aplicação ao caso Brasileiro, UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade** (UNICAMP), v. 15, p. 79-112, 2006.

KALDOR, Nicholas. *Speculation and economic stability*. The Review of Economic Studies. V.7, n.1-27, Oc.1939

MAPA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola/proagro>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF**. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_19/PGPAF.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/PGPAF.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MARTINELLI JÚNIOR, O. **A globalização e a indústria alimentar**: Um estudo a partir das grandes empresas. Marília: UNESP, 1999.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: NEAD, 2006.

MATTEI, L.; WAQUIL, Paulo Dabdad; SCHNEIDER, S.; NAMIZAKI, G.; RADOMSKY, Guilherme. **Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões nordeste, sudeste e norte do Brasil**. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina - PR. Anais do XLV Congresso da SOBER, 2007. p. 1-21.

MCMICHAEL, P. **Development and Social Change**: A Global Analysis. Boulder CO: Pine Forge, 1996.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, **Crédito rural**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 14 out. 2012.

MIOR, L. C. **Desenvolvimento rural**: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicação ao caso Brasileiro**, UFRGS, 2008.

NAVARRO, Z. . **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. **Estudos Avançados**, USP, v. 15, n.43, p. 83-100, 2001.

OCEPAR, Sistema Cooperativo Sindical Agropecuário. **Cooperativismo paranaense: desenvolvimento sustentável no campo e na cidade**. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

PEREIRA, L. M. **Modelo de formação de preços de commodities agrícolas aplicado ao mercado de açúcar e álcool**. 209p. Tese (doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PÉREZ, M, SCHLESINGER, S., WISE,T.A. **Promessas e perigos da liberalização do comércio agrícola**: As lições da América Latina. Rio de Janeiro: ActionAid, 2008. 32 p.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, Jorge R. T. (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003, 45-70.

PLOEG, J. D. van der et al. *Rural development: from practices and policies towards theory*. Sociologies Ruralis, Oxford, UK, v . 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus. 2000.



PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. **História do Paraná (Séculos XIX e XX)**. 1. ed. Maringá: Eduem, 2012. v. 1000. 234 p.

QUEDA, O. e SZMRECSÁNYI, T. O papel da educação escolar e da assistência técnica. In: **Vida rural e mudança social**. (Orgs.) QUEDA, Oriowaldo e SZMRECSÁNYI, Tamás. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 217-238.

ROMANO, J. **Políticas nas políticas**: um olhar sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

SANTOS, R. A. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”. 246 folhas, 2008.

SCHROEDER, Mônica. **Plano Safra Territorial do Território Rural do Médio Jequitinhonha**. Brasília: FCR/MDA/SDT, 2006.

SCHNEIDER, S. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Congresso Europeu de Sociologia Rural, Anais, Wageningen, 20-24 agosto de 2007. 39 p.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROELICH, J.M.; DIESEL V.. (Org.). **Desenvolvimento rural** - Tendências e debates contemporâneos. Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo - RS, v. 8, n. 15, p. 117-149, 2000.

SCHNEIDER, S.. Prefácio. In: CONTERATO, M. A.; NIEDERLE, P.A.; TRICHES, R.M.; MARQUES, F. C.; SCHULTZ, G. (Org.). **Mercados e agricultura familiar**: interfaces, conexões e conflitos. 1 ed. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013, v. 1, p. 08-335.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.



SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1 ED 2003 e 2 ED 2009.

SILVA, S. P.; ALVES, E. F. **Impactos econômicos do PRONAF em territórios rurais**: um estudo para o Médio Jequitinhonha - MG. Revista Econômica do Nordeste, v. 40, p. 481-498, 2009.

SUBIRATS, J. *Análisis de políticas y eficacia de la administración*. Madrid: Instituto Nacional de Administración Publica, 1989.

VAN DER PLOEG, J. El processo de trabajo agrícola y la mercantilizacion. In: GUZMAN, E. S.; MOLINA, M.G. d (Ed). *Ecología, campesinato y historia*. Madrid: La Piqueta, 1993. p.153-195.

VEIGA, J. E. Perspectivas nacionais do desenvolvimento rural. In: S. Shiki, J. G. Silva, & A. C. Ortega. **Agricultura, meio Ambiente e sustentabilidade do Cerrado Brasileiro** (p. 101-118). Uberlândia: UFU/CNPq/FAPEMIG, 1997.

VEIGA, J. E. . A relação urbano/rural no desenvolvimento regional. **Cadernos do CEAM** (UnB), Brasília, v. V, n.17, p. 09-22, 2005.

VEIGA, J. E. **O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. Estudos avançados, v.15, n.43,2001, p.101-119.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos**. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WOLFFENBUTTEL, A. **O que é? Índice de Gini**. Ed. 4. IPEA, 2004.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Entrevistas com agricultores familiares do território do Cantuquiriguaçu que acessam o PRONAF

#### 1) Sobre o PRONAF

1.1) Por que utiliza o Pronaf?

1.2) Desde quando acessa o programa? Que tipo de atividades desenvolvia antes do PRONAF? E agora?

1.3) Acessa que linhas do Pronaf?

( ) Custeio            ( ) Investimento        ( ) Ambos

1.4) Já teve ou tem dificuldades para acessar o programa?

( ) Decisão sobre qual atividade solicitar o crédito

( ) Elaboração de Projeto

( ) Apoio dos familiares

( ) Garantias ou outra situação junto ao banco

( ) Outra: qual?

1.5) Houve mudanças na qualidade de vida da família, no modelo produtivo, atividades desenvolvidas, depois que passou a acessar o crédito do PRONAF?

1.6) Conhece as condições ou regras necessárias do PRONAF (Projeto, tipo de documentação, valor mínimo, condições de pagamento, período de recuperação)?

1.7) É possível sobreviver na agricultura sem o PRONAF?

1.8) Quais as fontes de renda da propriedade? (vendas de produtos, aposentadoria, bolsa família, outros apoios).

1.9) Tem acesso a outra ajuda do governo? Quais? Quanto representa em sua renda?

1.10) Quais os destinos do recurso do crédito?

( ) gado

( ) implementos, quais?

( ) eletrodomésticos

( ) sementes

( ) pastagens

( ) defensivos

☐ materiais de construção

☐ reforma

☐ outros, quais?

## 2) Perfil do agricultor familiar

2.1) Sexo

2.2) Idade:

2.3) Escolaridade:

☐ fundamental ☐ ensino médio ☐ graduação ☐ pós-graduação

☐ incompleto

2.4) Qual a sua renda total?

☐ até 2 mil (mensal)

☐ de 2 mil a 5 mil (mensal)

☐ 5 a 10 mil (mensal)

☐ acima de 10 mil (mensal)

2.5) Qual seu objetivo como agricultor familiar?

☐ sobrevivência

☐ melhoria da renda

☐ produção de alimentos

☐ aquisição de bens

2.6) Faz parte de alguma associação de produtores ou sindicato? Qual?

2.7) Está vinculado à Cooperativa atualmente (referência – data entrevista)?

Qual? Finalidade:

2.8) Sempre morou na região? Qual sua origem?

2.9) Quantas pessoas trabalham na propriedade? Quem são elas?

Familiar:

Contratada:

## 3) Perfil da propriedade familiar e produção de alimentos

3.1) Sobre a propriedade:

a) tamanho:

☐ até 18 ha

☐ de 18 até 32 ha

☐ de 32 até 54 ha

☐ de 54 até 72 há

b) condição da propriedade:

( ) própria

( ) arrendada

( ) posse

( ) sociedade/meeiro

( ) parceria familiar

c) Quais construções possui na propriedade (depósito, sala de ordenha, casa, etc.)?

d) Qual sua opinião sobre os serviços abaixo (utiliza ou não)?

( ) Água

( ) Luz elétrica

( ) Escola

( ) Posto de Saúde

( ) Transporte

3.2) Qual a distância da propriedade da sede do município em Km?

3.3) Principais atividades desenvolvidas na propriedade e a quantidade produzida (atividade, área, produção)

3.4) Quais alimentos consumidos pela família são produzidos na propriedade?

3.5) Quais alimentos são adquiridos no comércio?

3.6) Enfrenta dificuldades na comercialização? Quais e por quê?

3.7) Faz negociação antecipada (física ou financeira)? Desde quando?

4) Assistência Técnica e inovação/atores sociais

4.1) Quais são as principais tecnologias utilizadas na propriedade?

Sim ou não:

( ) trator, idade:

( ) colheitadeira, idade:

( ) arado, idade:

( ) pulverizador, idade:

( ) semeadora, idade.:

( ) sistema de irrigação

( ) ordenhadeira, idade:

( ) tanque de resfriamento:

( ) estufa:

( ) Outros:

4.2) Quais são os principais insumos utilizados na propriedade?

Usa sementes fiscalizadas? Desde quando?

quais (fabricantes), se soja é OGM?

inseticidas (fabricantes):

herbicidas (fabricantes) :

fertilizantes (fabricantes):

4.3) Recebe assistência técnica? De quem? Durante que fases do processo produtivo?

4.4) Quais responsabilidades/atribuições você acredita que as seguintes instituições possuem?

Instituições financeiras:

Emater:

Sindicato:

Cooperativa:

Conselho de Agricultura:

Associação:

Prefeitura:

4.5) Em relação à capacitação e à aplicação de novas tecnologias no sistema produtivo, o PRONAF ajudou? Como?

4.6) O PRONAF faz exigência para proteção ambiental? Quais? Em que atividades?

4.7) O que o senhor planeja para sua propriedade no futuro?

4.8) Sugestões de melhorias referentes:

a) comunidade:

b) agricultura familiar:

c) PRONAF:

4.9) Como agricultor familiar, se vê como um habitante do Território do Cantuquiriguaçu (em vez do município)? Por quê?

## **APÊNDICE B - Entrevistas com agricultores familiares do Território do Cantuquiriguaçu que não acessam o PRONAF**

### **1) Sobre o PRONAF**

1.1) Por que não utiliza o Pronaf?

1.2) Quais as principais dificuldades para acessar o programa?

( ) Decisão sobre qual atividade solicitar o crédito

( ) Elaboração de Projeto

( ) Apoio dos familiares

( ) Garantias ou outra situação junto ao banco

( ) Outra: qual?

1.3) Conhece as condições ou regras necessárias do PRONAF (Projeto, tipo de documentação, valor mínimo, condições de pagamento, período de recuperação)?

1.4) Como se mantém na atividade rural?

1.5) Quais as fontes de renda da propriedade? (vendas de produtos, aposentadoria, bolsa família, outros apoios).

1.6) Tem acesso a outra ajuda do governo? Quais? Quanto representa em sua renda?

1.7) Utiliza alguma outra fonte de crédito? Qual?

( ) gado

( ) implementos, quais?

( ) eletrodomésticos

( ) sementes

( ) pastagens

( ) defensivos

( ) materiais de construção

( ) reforma

( ) outros, quais?

### **2) Perfil do agricultor familiar**

2.1) Sexo:

2.2) Idade:

2.3) Escolaridade:

( ) fundamental ( ) ensino médio ( ) graduação ( ) pós-graduação

( ) incompleto

2.4) Qual a sua renda total?

( ) até 2 mil (mensal)

( ) de 2 mil a 5 mil (mensal)

( ) 5 a 10 mil (mensal)

( ) acima de 10 mil (mensal)

2.5) Qual seu objetivo como agricultor familiar?

( ) sobrevivência

( ) melhoria da renda

( ) produção de alimentos

( ) aquisição de bens

2.6) Faz parte de alguma associação de produtores ou sindicato?

Qual?

2.7) Está vinculado à Cooperativa atualmente (referência – data entrevista)?

Qual?

Finalidade:

2.8) Sempre morou na região? Qual sua origem?

2.9) Quantas pessoas trabalham na propriedade? Quem são elas?

Familiar:

Contratada:

3) Perfil da propriedade familiar e produção de alimentos

3.1) Sobre a propriedade:

a) tamanho:

( ) até 18 ha

( ) de 18 até 32 ha

( ) de 32 até 54 ha

( ) de 54 até 72 há

b) condição da propriedade:

( ) própria

( ) arrendada

( ) posse

( ) sociedade/meeiro

( ) parceria familiar

c) Quais construções possui na propriedade (depósito, sala de ordenha, casa, etc.)?

d) Qual sua opinião sobre os serviços abaixo (utiliza ou não)?

( ) Água

( ) Luz elétrica

( ) Escola

( ) Posto de Saúde

( ) Transporte

3.2) Qual a distância da propriedade da sede do município em Km?

3.3) Principais atividades desenvolvidas na propriedade e a quantidade produzida (atividade, área, produção)

3.4) Quais alimentos consumidos pela família são produzidos na propriedade?

3.5) Quais alimentos são adquiridos no comércio?

3.6) Enfrenta dificuldades na comercialização? Quais e por quê?

3.7) Faz negociação antecipada (física ou financeira)? Desde quando?

4) Assistência Técnica e inovação/atores sociais

4.1) Quais são as principais tecnologias utilizadas na propriedade?

( ) trator, idade:

( ) colheitadeira, idade:

( ) arado, idade:

( ) pulverizador, idade:

( ) semeadora, idade.:

( ) sistema de irrigação

( ) ordenhadeira, idade:

( ) tanque de resfriamento:

( ) estufa:

( ) Outros:

4.2) Quais são os principais insumos utilizados na propriedade?

Usa sementes fiscalizadas? Desde quando?

Quais (fabricantes), se soja é OGM?

inseticidas (fabricantes):

herbicidas (fabricantes) :

fertilizantes (fabricantes):

4.3) Recebe assistência técnica? De quem? Durante que fases do processo produtivo?



4.4) Quais responsabilidades/atribuições você acredita que as seguintes instituições possuem?

Instituições financeiras:

Emater:

Sindicato:

Cooperativa:

Conselho de Agricultura:

Associação:

Prefeitura:

4.5) Em relação à capacitação e à aplicação de novas tecnologias no sistema produtivo, o PRONAF ajudou? Como?

4.6) O PRONAF faz exigência para proteção ambiental? Quais? Em que atividades?

4.7) O que o senhor planeja para sua propriedade no futuro?

4.8) Sugestões de melhorias referentes:

a) comunidade:

b) agricultura familiar:

c) PRONAF:

4.9) Como agricultor familiar, se vê como um habitante do Território do Cantuquiriguaçu (em vez do município)? Por quê?

## **APENDICE C – Roteiro para entrevistas com instituições financeiras**

- 1) Qual a visão da Instituição quanto à agricultura familiar?
- 2) Desde quando opera com os financiamentos do PRONAF?
- 3) A Instituição opera com todas as linhas do programa? Se não, quais são as linhas que opera e por quê?
- 4) Porque é interessante para a instituição trabalhar com as linhas do PRONAF?
- 5) Quais são as maiores dificuldades dos agricultores na hora de acessarem o crédito do programa?
- 6) Quais os documentos e quais os procedimentos são exigidos pelo Banco para o agricultor acessar uma linha de crédito do PRONAF?
- 7) Quais as principais linhas acessadas? Quais os destinos produtivos do PRONAF (culturas que mais têm o apoio do crédito no território)?
- 8) Na visão da Instituição, por que ainda existem agricultores familiares que não acessam o PRONAF?
- 9) Quanto ao território do Cantuquiriguaçu, por que a instituição escolheu estar presente? Qual sua visão sobre a região?
- 10) A instituição possui programas de incentivo ao desenvolvimento da comunidade em andamento? Quais são os grupos e as culturas/atividades beneficiadas?
- 10) Críticas e sugestões sobre o PRONAF.
- 11) Há uma identidade cultural ligada ao território ou os agricultores e a sociedade local estão mais identificados com seu município e ou comunidade?

**APÊNDICE D – Roteiro para entrevistas com instituições (EMATER, Cooperativas, sindicatos).**

- 1) Qual o histórico da instituição no Território do Cantuquiriguaçu e qual sua missão?
- 2) Qual a visão da Instituição sobre a Agricultura Familiar no Território e qual seu papel em relação a esta e ao PRONAF?
- 3) Como a Instituição vê a relação do PRONAF com as necessidades dos agricultores? O programa tem complementado as necessidades de todos? Ou de alguns?
- 4) A Entidade divulga o PRONAF? Como? Incentiva os agricultores a acessarem?
- 5) Quais as principais linhas acessadas? E qual o real destino do dinheiro retirado pelo agricultor por meio do Pronaf? Quais os destinos produtivos do Pronaf (culturas que mais têm o apoio do crédito no Município)?
- 6) Quanto àqueles agricultores familiares que não acessam o Pronaf, na visão da Instituição não acessam por quê?
- 7) Que tipo de assistência a Instituição dá aos agricultores que não acessam o PRONAF?
- 8) Na opinião da Instituição, como os agricultores que não acessam o Pronaf conseguem se manter no campo e na produção?
- 9) A Instituição conhece a realidade vivenciada por esses grupos? E o que faz por eles? Como atua com esses grupos?
- 10) Qual seu papel na comercialização dos produtos da agricultura familiar?
- 11) Quais as principais dificuldades dos agricultores para a comercialização?
  - ( ) Preço
  - ( ) Qualidade
  - ( ) Cooperativismo/associativismo
  - ( ) Outra? Qual?
- 12) A instituição possui programas de incentivo ao desenvolvimento da comunidade? Quais são os grupos e as culturas/atividades beneficiadas?
- 13) Críticas e sugestões sobre o PRONAF.
- 14) Há uma identidade cultural ligada ao território ou os agricultores e a sociedade local estão mais identificados com seu município e ou comunidade?